



ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Desafios Geopolíticos no Médio Oriente e Norte de África

João Rodrigues Mendes

Aspirante a Oficial Piloto-Aluno Aviador 138268-D

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador

Júri

Presidente:	Tenente-General Rui Mora de Oliveira
Orientador:	Professora Doutora Maria Francisca Saraiva
Coorientador:	Tenente-coronel Luís Manuel Pinto de Almeida Rocha
Vogal:	Professora Doutora Carla Guapo Costa

Sintra, Maio de 2017

(página intencionalmente em branco)



ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Desafios Geopolíticos no Médio Oriente e Norte de África

João Rodrigues Mendes

Aspirante a Oficial-Aluno Piloto Aviador 138268-D

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Aeronáutica Militar, na Especialidade de Piloto-Aviador

Júri

Presidente:	Tenente-General Rui Mora de Oliveira
Orientador:	Professora Doutora Maria Francisca Saraiva
Coorientador:	Tenente-coronel Luís Manuel Pinto de Almeida Rocha
Vogal:	Professora Doutora Carla Guapo Costa

Sintra, Maio de 2017

Esta dissertação foi elaborada com uma finalidade essencialmente escolar, durante a frequência do Curso de Pilotagem Aeronáutica cumulativamente com a atividade escolar normal. As opiniões do autor, expressas com total liberdade académica, reportam-se ao período em que foram escritas, não representando doutrina sustentada pela Academia da Força Aérea.

Agradecimentos

A presente dissertação marca o fim do caminho académico no meu sonho e ambição de ser Piloto-Aviador da Força Aérea Portuguesa. O sucesso alcançado ao longo dos últimos cinco anos e que culmina com a materialização deste trabalho científico não teria sido possível sem a contribuição das seguintes entidades.

À Academia da Força Aérea, agradeço a forma como me fez evoluir, tanto a nível pessoal como militar ao longo destes cinco anos.

À Professora Doutora Maria Francisca Saraiva, além de agradecer por ter aceitado orientar esta investigação, gostava de mostrar os meus profundos agradecimentos pela disponibilidade demonstrada e a ajuda fornecida na elaboração deste trabalho académico.

Ao Tenente-Coronel Luís Rocha, pela liberdade oferecida na escolha do tema da presente dissertação e pelos ensinamentos fornecidos na área das Relações Internacionais bem como as orientações académicas no desenrolar do trabalho.

Aos Professores Doutores Ana Santos Pinto e Bruno Cardoso Reis, agradeço a disponibilidade e o fato de terem aceitado pertencer a esta investigação, na forma de entrevista, que em muito ajudou na elaboração do meu pensamento e na redação do presente trabalho.

À minha família, pela educação que me deram e pela forma como me apoiaram, ao longo de toda a minha vida, na perseguição dos meus sonhos. Hoje não seria o que sou sem a vossa ajuda.

À minha segunda família, e ao melhor curso da Academia da Força Aérea, os BARÕES, agradeço todos os momentos que partilhámos, os bons e os difíceis, e aos outros todos que ainda estarão para vir. O sucesso individual é o sucesso de todos e sem vós nada seria o mesmo.

Por fim, quero dar uma palavra especial de agradecimento à minha namorada, que, tendo me acompanhado ao longo de todo o percurso, foi a que sofreu mais com as vicissitudes que decorrem na vida de um aluno dum estabelecimento de ensino superior militar. Não tenho palavras para expressar o quanto importante foi o teu apoio e aquilo que significas para mim.

Agradeço assim, a todos os que me acompanharam nesta jornada.

(página intencionalmente em branco)

Resumo

Em pleno século XXI, a região do Médio Oriente e Norte de África consta como um dos grandes desafios e ameaças para a segurança e estabilidade global. Detentora das maiores reservas energéticas do mundo, a estabilidade na região é essencial para a economia mundial. O passado histórico colonial e a influência internacional encontram-se bem presentes no «outro lado» do Mediterrâneo, mostrando os maiores índices autoritários em relação a qualquer outra região do globo. Simultaneamente, a corrente liberal, que impera na comunidade internacional, apela por uma ordem mundial democrática que exige o respeito e a igualdade de direitos para todos os cidadãos.

Numa época em que o paradigma liberal da sociedade internacional tenta romper pelos costumes tradicionais e iliberais das sociedades locais dizimadas por conflitos, a construção de paz dos últimos anos não tem sido materializada com o sucesso pretendido devido a uma multiplicidade de fatores.

Como alternativa concetual à intervenção da comunidade internacional, surge o conceito de hibridismo, tentando fornecer um novo paradigma nas relações entre atores externos e locais, de modo a aproximar as perspetivas liberais e iliberais para atingir um processo de paz a aplicar numa determinada sociedade.

Fruto do que é a História do Médio Oriente e Norte de África e dos fracassos das intervenções Ocidentais na região, a solução para uma paz sustentável necessita primeiro de ser legítima aos olhos da população. Nesta ótica, os intervenientes externos não se podem iludir por falsas esperanças e devem abraçar a realidade encontrada no terreno de modo a atingir resultados positivos.

A construção de paz não pode ser considerada como um molde definido e pronto a aplicar em qualquer região. A especificidade e diversidade de cada cultura impede uma aproximação universal, sendo que se torna imperativo uma resolução híbrida que resulta da negociação e contestação dos moldes liberais e iliberais.

Palavras-chave: Médio Oriente e Norte de África; Hibridismo; Construção de paz; Paz liberal

Abstract

In the midst of the 21st century, the Middle East and North Africa region is one of the major challenges and threats to global stability and security. Holding the world's largest energy reserves, stability in the region is essential for the world economy. The international influence and the colonial past are well present on the 'other side' of the Mediterranean, showing the highest authoritarian indices in relation to any other region of the globe. At the same time, the liberal current that dominates the international community calls for a democratic world order that demands respect and equal rights for all citizens.

At a time when the liberal paradigm of international society attempts to break through the traditional and illiberal customs of local societies decimated by conflict, peacebuilding in recent years has not materialized with the desired success due to a multiplicity of factors.

As a conceptual alternative to the intervention of the international community, the concept of hybridity arises, trying to provide a new paradigm in the relations between external and local actors, in order to bring closer the liberal and illiberal perspectives so that a peace process can be achieved and applied in a given society.

As a result of the history of the Middle East and North Africa and the failures of Western interventions in the region, the solution to a sustainable peace first needs to be legitimate in the eyes of the population. From this perspective, external actors cannot be deceived by false hopes and must embrace the reality found on the ground in order to achieve positive results.

Peacebuilding cannot be considered as a definite and ready-to-apply mold in any region. The specificity and diversity of each culture prevents a universal approach, and demands for a hybrid resolution resulting from the negotiation and contestation of the liberal and illiberal molds.

Keywords: Middle East and North Africa; Hybridity; Peacebuilding; Liberal Peace

Índice

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
1.2 ÂMBITO DE ESTUDO.....	13
1.3 REVISÃO DA LITERATURA	15
1.4 CONCETUALIZAÇÃO OPERACIONAL.....	18
1.5 MOTIVAÇÃO E PERTINÊNCIA	22
2 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	25
2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	27
2.1.1 <i>Questões de Investigação e Subquestões da Investigação</i>	28
2.2 HIPÓTESES DE TRABALHO.....	29
3 CARACTERIZAÇÃO DO MÉDIO ORIENTE E NORTE DE ÁFRICA.....	31
3.1 DEFINIÇÃO	31
3.2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	33
3.3 ÚLTIMOS 100 ANOS	42
3.4 REVOLUÇÕES DE 2011	47
3.5 PANORAMA ATUAL	49
4 PAZ E DEMOCRACIA	53
4.1 PRESSUPOSTOS DA DEMOCRACIA	53
4.2 PAZ LIBERAL	56
4.3 DEMOCRACIA NO MENA	68
5 HIBRIDISMO	72
5.1 GOVERNAÇÃO DE PAZ HÍBRIDA	75
5.2 HIBRIDISMO VS. GOVERNAÇÃO DE PAZ HÍBRIDA	82
5.3 MECANISMOS HÍBRIDOS	86
6 CONCLUSÕES	91
BIBLIOGRAFIA.....	99
ANEXOS	109
Anexo A - Transcrição Integral da entrevista com Doutora Ana Santos Pinto	A-1
Anexo B - Transcrição Integral da entrevista com Doutor Bruno Cardoso Reis.....	B-1
Anexo C - Índice de Democracia no MENA em 2016.....	C-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Região do MENA.....	31
Figura 2 - Tipo de Exportação dos países do MENA	33
Figura 3 – Expansão do Califado Islâmico desde 622 d.C. a 750 d.C	36
Figura 4 – Países em que o Árabe é língua oficial.....	38
Figura 5 – Extensão do Império Otomano no final do séc XVII	41
Figura 6 – Mapa do Acordo de Sykes-Picot.....	43
Figura 7 – Mapa das Revoltas de 2011.....	48
Figura 8 - Espectro híbrido da liberalidade na construção de paz	76
Figura 9 - Espectro híbrido de violência na construção de paz.....	77
Figura 10 - Exemplos de Governação de Paz Híbrida e Liberal.....	77

Glossário

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

EIA – *United States Energy Information Administration*

I4P – *Infrastructures for Peace*

MDN – Ministério da Defesa Nacional

MENA – *Middle East and North Africa*

ONU – Organização das Nações Unidas

UNDP – *United Nations Development Programme*

1. Introdução

Analisando o panorama internacional, desde a queda da União Soviética e do virar do novo milénio, é irrefutável que este tem sofrido grandes alterações e que uma das suas constantes é a instabilidade em certas regiões.

De entre as várias regiões afetadas por crises, as regiões do Norte de África e Médio Oriente (MENA) são das que mais impactos e alterações sofreram, tanto a nível político como geográfico, tornando-as umas das mais instáveis a nível global. Dada a sua proximidade com o território europeu e português e pelo potencial energético que existe nestas regiões, assegurar e manter a segurança nesta zona crítica a sul e a este do Mediterrâneo é de extrema importância para Portugal e para a Europa para a manutenção dos valores de democracia e segurança da população europeia bem como para a defesa dos direitos humanos dessas populações em conflito.

Com o colapso da União Soviética e o consequente abandono do modelo político comunista, a democracia tornou-se no único sistema político a reivindicar ter legitimidade para se assumir como modelo universal. Apesar de ainda não ser praticada por todo o globo e de não ser uniformemente aceite, a governação democrática alcançou um *status* onde por norma é sempre a melhor opção. Da mesma maneira que a população almeja crescimento económico e igualdade de tratamento, ao mesmo tempo procura também ter os seus direitos respeitados e a possibilidade de escolher o seu próprio governo (Plattner, 2009).

Desde a década de 90 que a democratização, de acordo com os modelos ocidentais, tem contado como parte integrante das missões de paz efetuadas pela comunidade internacional em regiões com conflitos armados e em sociedades divididas por guerras civis. Numa situação pós-guerra, a paz e a democracia são os objetivos perseguidos pela comunidade internacional. No entanto, tem-se observado que avanços no processo de democratização por vezes ameaçam a manutenção da paz e alguns compromissos necessários para a paz impedem a continuação do processo de democratização (Jarstad e Sisk, 2010).

Atualmente é impossível falar em construção de paz sem mencionar o forte envolvimento da comunidade internacional. Ao mesmo tempo, existe um número crescente de atores internacionais a desempenhar papéis importantes nos esforços para ajudar países afetados pela guerra. Por norma, estes atores internacionais têm outros interesses que por vezes se tornam conflitantes com as necessidades internas (que muitas vezes são postas de lado), o que pode atrasar ou até prejudicar os esforços efetuados na procura de paz e de democracia, podendo até escalar de novo o conflito (Tschirgi, 2014).

Dito isto, de modo a melhor compreender os fenómenos referidos, importa conhecer a natureza dos processos de democratização e de pacificação, bem como as relações e dinâmicas entre os atores internacionais e as sociedades dos países afetados pela guerra.

1.1 Contextualização

O termo “Médio Oriente” surgiu no início do século passado, em 1902, popularizado pelo Capitão Alfred Thayer Mahan, um estratega da Marinha Americana. Foi ainda por volta dessa altura, tendo em conta o seu potencial energético e geográfico, que o seu futuro começaria a ser decidido. Geograficamente, o Médio Oriente consiste na região que se estende desde a zona este do Mediterrâneo, começando no Egito e Turquia, prolongando-se até à fronteira entre o Irão e Afeganistão, incluindo ainda a Península Arábica a sul (Friedman, 2016).

Mas o Médio Oriente não pode ser considerado simplesmente uma região geográfica, este também pode ser definido pela sua etnicidade e pelos seus traços religiosos. Em termos de presença árabe nesta região, o Médio Oriente estende-se desde Marrocos até ao Iraque, excluindo países como a Turquia e o Irão persa. Se observamos do ponto de vista Muçulmano, a região é mais ampla considerando-se uma área que vai de Marrocos até ao Afeganistão, estendendo-se a sul para África e a norte para a Ásia Central e Sudeste Europeu. Para efeitos da presente investigação utilizamos o conceito de MENA (ibid.) de modo a abranger toda a zona do Norte de África e Médio Oriente com a delimitação atrás referida.

O MENA, historicamente, é considerado como o berço de civilizações antigas, bem como a origem de 3 grandes religiões, o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo. Esta região tem sido o ponto de encontro cultural, científico e comercial, onde durante a Idade de Ouro Islâmica, entre os séculos VIII e XIII, sábios de todo o mundo se juntavam em Bagdade para trocar conhecimentos e traduzir as ciências conhecidas para Árabe. Além do seu património cultural, o seu potencial ao nível dos seus recursos energéticos tornou o Médio Oriente num ponto estratégico que atraiu para a região Europeus, Russos e Americanos, que por sua vez viriam a dominar a região (Ahmirahmadi, 2015). Esta atração passaria a ser a grande responsável pelos impactos geopolíticos devastadores que a região viria a sofrer até aos dias de hoje.

Ao olhar para os últimos 100 anos vemos os impactos que a comunidade internacional teve com a sua intervenção na região MENA¹. Sendo que na primeira metade do séc. XX as intervenções serviam apenas os interesses coloniais, na segunda metade passaram a servir interesses capitalistas e socialistas, isto sem nunca ter em consideração as populações locais e as suas diferenças, ao marcar fronteiras geográficas traçando linhas a direito num mapa. Atualmente, a região tem enormes clivagens entre classes sociais, fruto da riqueza proveniente dos recursos energéticos e da corrupção existente. A instabilidade sentida hoje na região mais conflituosa e mais militarizada do mundo deve-se principalmente à fragilidade com que a comunidade internacional operou nos últimos anos sem pensar num futuro próspero em que se considerassem soluções a longo prazo.

1.2 Âmbito de Estudo

A presente dissertação de mestrado, realizado no âmbito da área de investigação de Relações Internacionais, constitui um trabalho académico, decursivo da frequência do Curso de Mestrado em Aeronáutica Militar, mais especificamente na especialidade de Piloto-Aviador, lecionado na Academia da Força Aérea.

¹ Ver capítulo 3 desta dissertação.

Alusivo à temática das Relações Internacionais, torna-se necessário materializar o conceito desta área de Investigação com o propósito de melhor contextualizar o estudo projetado.

De acordo com o professor Adriano Moreira, as Relações Internacionais podem ser entendidas como a *“disciplina que estuda os fatores e a política exterior e o poder das unidades básicas, por exemplo, estados e grandes espaços.”* (2014, p. 54)

Deste modo são identificados como atores das Relações Internacionais: os Estados-nação, os grupos internacionais e organizações do Estado, os grupos transnacionais e organizações não estatais², os grupos subnacionais e os indivíduos (Dougherty e Pfaltzgraft Jr., 2011).

Sendo as Relações Internacionais uma área autónoma de investigação das Ciências Sociais, o cariz multidisciplinar desta complexa área é realçado pelo professor Adriano Moreira: *“o estudo das relações internacionais e da política precisa de apoiar-se numa série de disciplinas que, genericamente, podem ser indicadas como sendo aquelas cujo campo classicamente definido vem a ser intercetado por esta nova perspetiva.”* (Moreira, 2014, p. 56)

Tendo em conta a abrangência da temática, as investigações em Relações Internacionais almejam conhecimentos mais aprofundados nos campos da história, política, economia, geografia, demografia, diplomacia, direito internacional, ética, religião e em quase todos os ramos da ciência e da tecnologia contemporâneas (Dougherty e Pfaltzgraft Jr., 2011).

Centrado na região geopolítica do MENA e no seu potencial como catalisadora de conflitos, pretende-se fazer uma análise crítica da esfera de intervenção da comunidade internacional na região do Médio Oriente e Norte de África em busca da democracia e de uma paz sustentável.

² Destas organizações não estatais ou Organizações Não Governamentais fazem parte *“partidos comunistas, as guerrilhas e movimentos de libertação, os grupos terroristas internacionais (como o Hezbollah), os traficantes internacionais de armas e um elevado número de organizações não-governamentais.”* (Dougherty e Pfaltzgraft Jr., 2011, p. 25)

Como contemplado anteriormente, o estudo sobre uma região necessita de um aprofundamento do conhecimento numa panóplia de assuntos. Assim irá ser analisada a esfera de intervenção da comunidade internacional na região do MENA investigando diferentes áreas do conhecimento, sendo que neste caso terão principal foco as componentes: histórica, económica, religiosa, geopolítica e diplomática.

A fim de analisar os níveis da esfera de intervenção da comunidade internacional torna-se imperativo escrutinar as intervenções do último século em torno da região de modo a perceber as falhas deste modelo de intervenção e para perspetivar modelos futuros para a mesma.

Desde o fim do Império Otomano que a região do Médio Oriente e Norte de África tem sido alvo de intervenções por parte da comunidade internacional. Sendo que desde a mesma altura a conflitualidade da região também tem aumentado. Apesar de sucessivas intervenções pela comunidade internacional os problemas mantêm-se. Numa perspetiva crítica, a investigação vai tentar explicar a razão para as falhas do Mundo Ocidental em alcançar uma paz sustentável e em exportar os moldes ocidentais políticos e teorizar alterações na esfera de intervenção, para evitar repetir os erros do passado e assegurar a estabilidade da região.

Em suma, a importância e atualidade da temática, a instabilidade geopolítica, o potencial aumento da insegurança a nível mundial e a importância estratégica da região constituem fatores importantes para a comunidade internacional no que diz respeito aos desafios geopolíticos e relações internacionais do séc. XXI.

1.3 Revisão da Literatura

Não é difícil perceber o apelo da comunidade internacional pela democracia. A ideia de que a democracia e a paz internacional andam de mão dadas remonta ao final do séc. XVIII com a publicação por Immanuel Kant da “Paz Perpétua”, na qual o filósofo alemão argumenta que as “Repúblicas”³ são

³ Atualmente designadas por democracias liberais.

as formas de Estado menos suscetíveis de entrar em guerras umas contra as outras. De facto, ao longo da História do Homem, tanto os Estados dinásticos, como os religiosos, os totalitários e as ditaduras militares entraram em guerra contra Estados com o mesmo regime. Mas raros foram os casos em que as “Repúblicas” não conseguiram resolver os problemas através de meios mais pacíficos. Isto porque dada a transparência dos sistemas democráticos torna-se bastante difícil para um chefe de Estado convencer a sua população a mobilizar o país para uma guerra justa e necessária contra outro regime democrático em que a mesma transparência exista e de que não existe nenhuma solução pacífica para o *terminus* do conflito (Annan, 2001).

No livro “*Is Democracy Exportable*” (2009) editado por Zoltan Barany e Robert Moser questiona-se, tal como sugere o título, se é possível a exportação de Democracia, sendo que umas das premissas de partida é que a exportação pura e dura da Democracia que o Ocidente conhece é impossível de ser exportada. No decorrer do livro, uma das conclusões a que chegam é que:

“One may go even further, and say, that unless the people of a country are willing to support and even defend democracy, no democratic system can long survive” (Plattner, 2009, p.1).

Ou seja, se não houver uma predisposição por parte da população dum país e se não houver um enraizamento da democracia, por mais que se queira forçar nenhum regime democrático poderá almejar um desenvolvimento sustentável. No que diz respeito a forçar essa mudança de regime, ao longo do livro também é abordado a questão da moralidade de impor democracia recorrendo a intervenções militares. O que se torna um bocado paradoxal, dada a natureza liberal duma democracia. No entanto, conclui-se que esta ação é justificável se for considerado o último recurso como resposta a uma determinada ameaça, sugerindo-se como exemplos o Japão no *terminus* da 2ª Guerra Mundial e a intervenção no Kosovo (Pangle, 2009; Plattner, 2009).

Como dito anteriormente, a democratização pós conflito tem sido um ponto central na agenda das intervenções internacionais. No centro de praticamente todos os conflitos está presente a questão do Estado e do seu poder – quem o controla e como é usado. É impossível resolver algum conflito

sem ultrapassar estes obstáculos. A comunidade internacional tende a ver a introdução de democracia como a solução para esta questão. Ao estudar esta problemática da introdução de democracia no pós guerra civil, Anna Jarstad e Timothy Sisk expõem a seguinte questão:

“How can societies shattered by war, with all the deep social enmity, personal suffering, and economic devastation that war brings, simultaneously move toward peace and democracy when competitive politics and hard-fought elections exacerbate social and political conflict?” (Jarstad e Sisk, 2010, p.1)

Os autores exploram esta questão analisando dois paradigmas: o paradigma da transição democrática e o paradigma da construção de paz pós guerra. Sendo uma das premissas admitidas a de que esforços em nome da paz e da democracia por vezes criam conflitos entre os dois objectivos, os autores propõem uma *framework* de missões de paz de modo a evitar este dilema, mas também identificam situações em que por vezes tem que ser feita a escolha entre paz ou democracia e que situações parecidas não têm a mesma solução, admitindo que cada caso é um caso dada a especificidade e natureza de cada cultura e país. Um dos problemas com que se deparam é que neste tipo de operações, por um lado, os *conflict managers* procuram respostas para o curto prazo e assumem a paz como um pressuposto para a democracia e, por outro lado, os *democratizers* focam-se mais nas soluções a longo prazo e assumem a democracia como pressuposto para a paz (ibid.).

Apesar da democracia liberal como sistema político ser o mais ambicionado pela comunidade internacional, não significa que a democracia “Ocidental” funcione num contexto diferente em que a cultura e mentalidade não é compatível com os moldes ocidentais. Sendo a busca pela paz internacional uma missão que não deve ser posta em causa, por outro lado, como a evolução é uma constante, não se deve adotar uma atitude conformista no que diz respeito ao sistema político. Neste contexto surge a ideia de “hibridismo”, que como Necla Tschirgi, Chetan Kumar e Jos de la Haye sugerem, é uma mistura entre a teoria internacional e a cultura e especificidade dum país. Através da construção de infraestruturas para a paz, diálogos que envolvam as comunidades e duma

abordagem que não implique aplicar modelos ocidentais de partida, o fosso entre abordagens nacionais e internacionais diminui, o que possibilita aumentar a perspectiva duma paz sustentável permitindo que nasça um novo sistema político mais bem adaptado à região e aos ideais da mesma (Kumar e De la Haye, de, 2012; Tschirgi, 2014).

1.4 Concetualização operacional

Nesta secção pretende-se apresentar uma seleção dos conceitos mais importantes para o desenvolvimento da investigação, de forma a proporcionar um melhor entendimento e esclarecer sobre a temática em estudo. Desta forma, pretende-se atribuir uma definição concreta a um conceito, de modo a especificar a aplicação do mesmo dentro dum determinado conjunto de circunstâncias.

De acordo com Quivy e Campenhoudt, *“a conceptualização é mais do que uma simples definição ou convenção terminológica. É uma construção abstrata que visa dar conta do real. Para isso não retém todos os aspetos da realidade em questão, mas somente o que exprime o essencial dessa realidade do ponto de vista do investigador. Trata-se portanto duma construção-selecção.”* (2008, p.121-122)

Assim vemos que a conceptualização tem como principal objetivo restringir o conceito em causa, explorando os conceitos pertinentes na ótica do investigador, sendo que esta concetualização vai criar a ponte entre os pensamentos abstratos e a interpretação do universo a explicar com o intuito de clarificar os mesmos conceitos e ajudar na formulação das hipóteses.

No seguimento do que foi exposto, torna-se imprescindível a operacionalização dos conceitos chaves e basilares de toda a dissertação.

Geopolítica

Olhando para o vocábulo “Geopolítica”, verifica-se que se trata da relação entre a geografia e a política. Desde que o termo foi primeiramente utilizado no séc. XIX, não existe um consenso na sua definição, tendo sido apresentada várias definições. Segundo Øyvind Østerud a definição de Geopolítica é mais

complexa do que apenas as relações entre poder político e o espaço geográfico, incorpora também algumas assunções subjacentes: Os Estados são os principais atores no sistema; existe, entre os Estados, uma competição económico-militar pelos recursos necessários para o Poder Nacional; Os Estados e alianças são capazes de se equilibrarem uns aos outros através da ocupação física ou da manutenção de influência política num determinado espaço geográfico, sendo que esse espaço representa o grande determinante de relações políticas. (Østerud, 2014)

Na sua explicação do significado, Raymond Aron (1962 apud Martins, 1996) observa que:

“A Geopolítica combina uma esquematização geográfica das relações diplomático-estratégicas com uma análise geográfico-económica dos recursos, com uma interpretação das atitudes diplomáticas em função do modo de vida e do meio” (p.28-29)

Para finalizar, Luís Tomé define a geopolítica em três vertentes (disciplina, conceito e área das Relações Internacionais), sendo que como área das Relações Internacionais

“A geopolítica é normalmente empregue para situar um espaço mais amplo de interações de poder e o poder num macro-espaço, referenciando o jogo e a estrutura de poder seja em virtualmente todo o espaço planetário seja num espaço delimitado como uma região. Portanto, espaço e poder, geografia e política, constituem a essência da geopolítica em qualquer caso e sob qualquer perspectiva.” (2010, p.55)

Paz Democrática

A escola de pensamento realista nas Relações Internacionais baseia-se no princípio em que o comportamento dos Estados é conduzido pelo equilíbrio de poder entre Estados rivais no sistema internacional. Esta tensão constante no Sistema Internacional faz com que o comportamento dos Estados seja semelhante, independentemente das estruturas políticas, económicas ou ideologia. Este pensamento faz com que os Estados, quer sejam democracias ou autocracias, procurem o equilíbrio de poder (através de alianças por exemplo)

contra Estados mais fortes e o reforço das suas capacidades militares (Mearsheimer, 2001; Moore e Morgenthau, 1949).

Este pensamento foi alvo de bastante escrutínio no período final da Guerra Fria. Sendo que na década de 80 Michael Doyle (em 1983 e 1986) e R.J. Rummel (1983 e 1985) chegaram à conclusão de que durante os séculos XIX e XX não houve duas democracias que se tenham envolvido numa “*full-scale war*”.

“Even though liberal states have become involved in numerous wars with nonliberal states, constitutionally secure liberal states have yet to engage in war with one another”(Doyle, 1983, p.18)

Esta conclusão mais tarde viria a materializar-se na conceptualização hoje conhecida como a Teoria da Paz Democrática.(Kinsella e Rousseau, 2009)

Dentro da Paz Democrática existem duas proposições, a monádica e a diádica. Enquanto a proposição monádica afirma que os Estados Democráticos são mais pacíficos por natureza e que exportam as práticas pacíficas de resolução de conflitos na sua interação com todos os regimes, a proposição diádica diz-nos que existe a exportação dos modelos de resolução mais pacíficos, se for expectável que do outro lado exista o mesmo comportamento. Deste modo, na proposição diádica, o comportamento dum Estado Democrático é condicionado pela expectativa do comportamento do Estado em interação, sendo que consoante o regime do Estado é expectável que regimes democráticos adotem métodos mais pacíficos e que regimes não democráticos tenham um comportamento mais agressivo (ibid.).

O pilar de que regimes democráticos raramente lutam contra outro regime democrático é uma das provas empíricas mais robusta e importante nas Relações Internacionais, sendo talvez a única “lei” nas Relações Internacionais, comprovada empiricamente, o que não quer dizer que não tenham surgido algumas críticas à Paz Democrática. Uma das críticas principais por parte dos realistas é que a falta de conflito entre democracias é um artefacto estatístico que pode ser explicada por fatores realistas como o equilíbrio de poder ou interesses comuns. Outra crítica feita à teoria é que o conceito de democracia tem sido distorcido de modo a atingir os resultados e que só no período pós-1945 é que passou a haver um número de democracias significativo para se

começar a fazer o estudo da conflitualidade entre democracias (Dafoe, 2011; Etten, 2014; Maoz, 1998).

Peacemaking

De acordo com o 6º Secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) Boutros Boutros-Ghali o *peacemaking* consiste na ação que leva a um acordo fações hostis, com recurso a meios pacíficos como os previstos no capítulo VI da Carta das Nações Unidas (1992).

“As partes numa controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais, ou qualquer meio pacífico à sua escolha.” (Art. 33º Cap. VI Carta das Nações Unidas, 1945)

Por norma, o uso de *peacemaking* está associado a esforços diplomáticos para chegar a um acordo de paz. No entanto, em certos casos, sanções económicas e até intervenções militares com o objetivo de terminar o uso da força num conflito podem ser consideradas como parte integrante do *peacemaking*. (Berghof Foundation, 2012).

Hibridismo

Apesar de não haver um conceito específico para o Hibridismo na área de *peacemaking*, Necla Tschirgi define-o como o:

“Processo e o resultado da contestação entre os diferentes sistemas normativos e sociopolíticos que levou à criação de um novo sistema que é suficientemente distinto dos seus progenitores.” (2014, p.27)

Ou seja, podemos ver que o hibridismo advém duma interação conjunta entre os objetivos dos intervenientes internacionais e a agenda nacional no que diz respeito à manutenção duma paz sustentável resultando num sistema político novo de raiz com forte apropriação local. Sendo que o desafio deste conceito consiste em:

“Procurar formas e meios de criar a adaptação mútua positiva do Estado e dos mecanismos e instituições consuetudinárias não-estatais ou da sociedade civil... para que possam emergir novas formas de comunidade política que sejam mais capazes, eficazes e legítimas do que aquelas geradas por modelos ocidentais de Estado concebidos de forma restrita” (Boege et al, 2009 apud Tschirgi, 2014, p.28)

1.5 Motivação e Pertinência

Com o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética assistiu-se à alteração do paradigma dos conflitos, passando a haver uma proliferação de conflitos internos em detrimento dos conflitos interestatais de grande escala que tanto marcaram o século XX. Esta multiplicidade de crises internas veio criar instabilidade no xadrez geopolítico mundial.

“O sistema internacional entrou num período de transição, caracterizado tanto por uma multiplicação de crises, como pelo aumento da conflitualidade e da turbulência ... nos equilíbrios internacionais e no ambiente de segurança dos Estados. A transição internacional implica uma crescente instabilidade e imprevisibilidade...” (MDN, 2013, p. 16)

Atualmente, a região do MENA é definida por uma grande instabilidade e incerteza. Marcada por uma grande presença ditatorial, os últimos anos vieram trazer grandes alterações no xadrez geopolítico e na conflitualidade da região.

Para Portugal e para a Europa, a estabilidade da região é crucial para os seus interesses estratégicos. Por um lado, atendendo à dependência dos recursos energéticos da região, a defesa da estabilidade no MENA consta como um grande fator atrativo de ajuda internacional. Por outro lado, devido à proximidade entre a região do MENA e a Europa, a conflitualidade da região tem ameaçado a segurança europeia, como tem sido observado pelos últimos acontecimentos. Assim, torna-se bastante importante o auxílio dado à região, de modo a salvaguardar a população europeia, os seus valores democráticos, e principalmente a defesa dos direitos fundamentais do Homem.

“O Norte de África e Médio Oriente são uma região essencial para a projeção externa da UE. Trata-se de sublinhar a importância das fronteiras e vizinhanças a sul, no contexto do desenvolvimento e da segurança global, quer pela sua proximidade, quer pelas suas reservas energéticas, quer ainda por ser uma região caracterizada pelos enormes desafios de índole económica e social. As últimas mudanças políticas... acentuaram os riscos de violência, criaram novos problemas de instabilidade política e podem degenerar em novas divisões políticas e territoriais. Os riscos de proliferação nuclear persistem, bem como algumas tendências para o extremismo.” (MDN, 2013, p. 18)

Em termos pessoais, a motivação surge principalmente do foro privado, pautado pela busca de conhecimento na área das Relações Internacionais, sendo este um campo bastante dinâmico e com um enorme cariz multidisciplinar. O interesse subjacente na temática advém da desmistificação das Relações de Poder existentes no xadrez geopolítico. Por outro lado, existe uma componente organizacional. Na qualidade de aluno de Mestrado em Ciências Aeronáuticas Militares na Academia da Força Aérea e na qualidade de futuro Oficial Piloto-Aviador dos Quadros Permanentes da Força Aérea Portuguesa, esta temática aborda questões do panorama internacional que tem ligações intrínsecas à matéria de segurança e defesa a nível global.

Em suma, pretende-se que a pertinência da temática e as óticas de reflexão sugeridas por este trabalho possam servir como contributo de valor acrescentado, ainda que diminuto, para a área das Relações Internacionais.

(página intencionalmente em branco)

2 Metodologia da Investigação

A metodologia, como corpo orientador de toda a pesquisa é das componentes mais importantes desta dissertação de mestrado, sendo que tem como propósito creditar a verificação empírica, validando o processo investigativo e dotando o trabalho do carácter científico no domínio das relações internacionais. Posteriormente, carece dum planeamento cuidado que vá de encontro a um conjunto específico de normas, sendo que estas podem variar, dependendo do modelo teórico ou metodológico em particular.

De acordo com Quivy e Campenhoudt, as técnicas de investigação constituem instrumentos ou ferramentas que incorporam teorias que por sua vez irão compendiar a informação, transformando-a, dependendo do assunto a tratar e da lógica de tratamento ou da metodologia escolhida, podendo influenciar os resultados científicos obtidos. No entanto, apesar da panóplia de técnicas utilizadas na investigação científica, não existe um modelo ideal universal para todos os estudos, sendo que é necessário adaptar um método ou criar um novo, que seja ajustado ao tipo de estudo que se pretende efetuar (Quivy e Campenhoudt, 2008).

Neste capítulo pretende-se explicitar quais os instrumentos, as técnicas, as teorias e os objetos a serem investigados de forma a moldar a crítica do trabalho científico.

Este trabalho irá recorrer à técnica de pesquisa de observação direta intensiva, onde irão ser examinados os fatos e fenómenos em estudo, de modo a determinar alguns aspetos da realidade, sustentado também pelo recurso a entrevistas semiestruturadas a fim de obter informações do assunto estudado (Marconi e Lakatos, 2003).

De forma a tratar o objeto de estudo da forma mais eficiente, conclui-se que a aplicação da metodologia constitui uma aproximação ao método das técnicas. Sendo que cabe ao investigador optar por uma abordagem predominantemente quantitativa ou qualitativa como justificação para os meios

e métodos utilizados, de forma a melhor compreender o problema. (Quivy e Campenhoudt, 2008)

Referente ao parágrafo anterior, a investigação a utilizar será qualitativa, sendo que o investigador irá usar desta perspetiva através de técnicas de observação da realidade, através de fenómenos observados e comparação de teorias existentes de modo a comprovar as hipóteses formuladas. Por sua vez, também irá ser explorada a observação participativa, através de entrevistas qualitativas.

Na descrição do tipo de perguntas a serem utilizadas em entrevistas, de acordo com a classificação de Mertens, existem seis tipos de perguntas: de opinião, de expressão de sentimentos, de conhecimentos, sensitivas, de antecedentes e de simulação, sendo que nesta investigação o carácter de perguntas abordado será o opinativo (Sampieri, Collado e Lucio, 2013).

Através da utilização de entrevistas qualitativas, o investigador pretende observar o objeto de estudo através do ponto de vista da pessoa entrevistada e perceber esta nova perspetiva. O tipo de entrevistas a efetuar serão semiestruturadas sendo que se basearam num roteiro específico de perguntas, no entanto o investigador mantém a liberdade de formular novas questões de modo a esclarecer pontos de vista ou novos conceitos (King, 2004).

No que diz respeito a tipologias de investigação passíveis de se adotar, de acordo com a classificação de Danhke, são as seguintes: exploratórias, descritivas, correlacionais e explicativas (Sampieri, Collado e Lucio, 2013).

Recorrendo, principalmente, à ótica descritiva pretende-se especificar as características de maior importância dos fenómenos, submetendo-se análise pormenorizada a partir da recolha de dados que demonstrem a manifestação de um evento, com o objetivo de descrever determinado fenómeno, especificando o seu contexto, ambiente ou comunidade, podendo ainda fazer um tipo de previsão.

Baseado no que foi exposto anteriormente, centrando o estudo na problemática da postura interventiva da comunidade internacional e nos desafios geopolíticos

da região do Médio Oriente e Norte de África, a investigação conduzida será baseada numa tipologia de investigação maioritariamente descritiva, por se entender que melhor se aplica face à problemática e ao tipo de aproximação sugerido na definição do problema.

2.1 Definição do Problema

Desde o fim da Primeira Grande Guerra e, principalmente, desde a segunda metade do séc. XX que a comunidade internacional tem mostrado grande interesse na região do MENA, interesses estes relacionados com o sector dos recursos energéticos e com o sector político.

Este crescente interesse e as intervenções por parte da comunidade internacional na região foram grandes catalisadores dos conflitos que ocorreram desde a formação do Estado de Israel. Intervenções que sucessivamente foram alterando o paradigma geopolítico da região de maneira a salvaguardar os interesses geoestratégicos secundários das Nações intervenientes.

Em pleno século XXI, a região dos países do MENA constitui uma matriz de potenciais e reais conflitos em torno de diferentes eixos, entre os quais se conseguem destacar os interesses religiosos dos Estados; as diligências geopolíticas, centradas na procura do poder associado à conquista e controlo dos recursos energéticos; o terrorismo como fator de instabilidade e ameaça à escala global, a questão dos direitos humanos como fonte de insegurança na região, as intervenções da comunidade internacional em busca de paz e o estabelecimento de democracia.

Num mundo cada vez mais globalizado e dependente duma cooperação numa escala global, a existência dum ambiente seguro e próspero dentro da comunidade internacional é fulcral para o desenvolvimento mundial.

Para tal, as intervenções que ocorrerem na região têm que ser impulsionadas apenas pelo bem comum da comunidade internacional e não por objetivos/interesses secundários que outros Estados possam ter. À medida que o mundo se torna cada vez mais globalizado as intervenções da comunidade

internacional precisam ser o mais transparentes possível, no sentido de ajudar a região e de assegurar um futuro sustentável para os Estados. Intervir só com o objetivo de acabar um certo conflito sem contemplar uma solução viável a longo prazo pode criar guerras civis ou situações piores àquelas que as intervenções tentaram resolver. Da mesma forma, intervir com o propósito de aplicar modelos diplomáticos com perspectivas puramente ocidentais que não têm em consideração, nem envolvem as populações locais, prejudica e põe em causa os esforços efetuados na busca de uma paz sustentável e defesa dos direitos humanos.

2.1.1 Questões de Investigação e Subquestões da Investigação

Numa ótica orientadora da investigação, a pergunta de partida consiste num enunciado realista, pertinente e preciso do assunto a investigar.

“Com esta pergunta, o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível aquilo que procura saber, elucidar e compreender melhor. A pergunta de partida servirá de primeiro fio condutor da investigação.” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.44)

Dito isto, propõem-se a seguinte pergunta de partida e perguntas derivadas:

“De que maneira é que a comunidade internacional condicionou a atual situação vivida na Região do Médio Oriente e Norte de África?”

Perguntas derivadas (PD):

PD1 – “Deverá manter-se a atual abordagem política por parte da comunidade internacional face à atual conjuntura da região?”

PD2 – “De que maneira é possível atingir uma paz sustentável na presença de interesses estratégicos por parte da comunidade internacional?”

2.2 Hipóteses de Trabalho

Como tentativa de explicação do objeto de estudo, as hipóteses definem o que se desejará aferir. Sendo que são proposições não necessariamente verdadeiras e que, como tal, nem sempre serão comprovadas pelos factos investigados e enunciados durante a investigação.

Na sequência da temática e das questões apresentadas anteriormente, foram formuladas as seguintes hipóteses principais (HP) e secundárias (HS):

HP1 – “A comunidade internacional, começando pela Organização das Nações Unidas, tem que ser mais pragmática na sua abordagem para resolver as crises no Médio Oriente e no Norte de África, não deve tentar manter paz e estabelecer uma democracia em simultâneo.”

HS1 – “Deve-se procurar uma aproximação híbrida quando se trata de mudanças de regimes políticos.”

HS2 – “A comunidade internacional não deve intervir com o objetivo de implantar uma democracia liberal.”

(página intencionalmente em branco)

3 Caracterização do Médio Oriente e Norte de África

3.1 Definição

A região do MENA, que apesar de algumas semelhanças, não se deve confundir com os termos Grande Médio Oriente e Mundo Árabe, engloba os países do Médio Oriente e do Magrebe, estendendo-se desde Marrocos a oeste até à Síria, seguindo a costa Sul e Este do Mediterrâneo, prolongando-se ainda para este até ao Irão e para sul até à Península Arábica. O termo MENA é normalmente utilizado em contexto académico ou por organizações internacionais ou económicas, sendo que existem certos países que por vezes são considerados parte do termo e por outras não. Enquanto os termos Mundo Árabe e Grande Médio Oriente são usados para definir a região com base em fatores sociais e religiosos o termo MENA define a região apenas do ponto de vista geográfico.

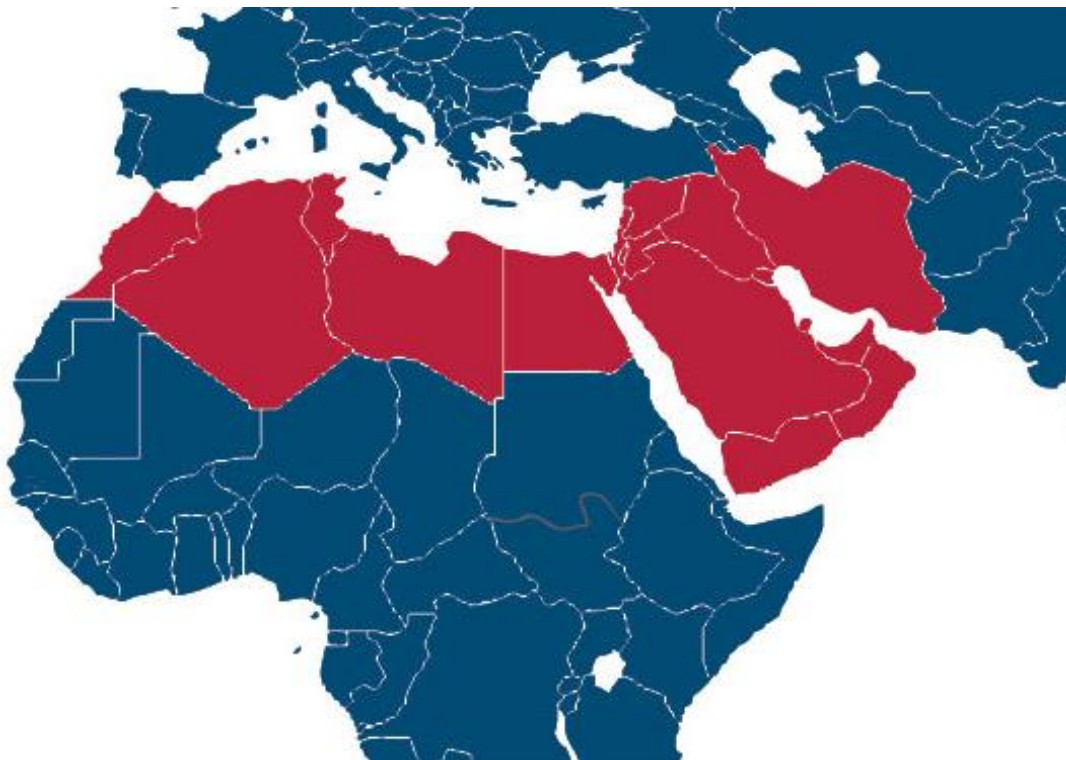


Figura 1 – Região do MENA

Fonte: (World Bank, 2017)

De acordo com o *World Bank* a região do MENA é composta pelos seguintes países: Arábia Saudita, Argélia, Bahrain, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Faixa de Gaza e Cisjordânia, Irão, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, Síria e Tunísia. A definição da região, como referido anteriormente, é incerta sendo que para outras organizações existem outros países que também podem pertencer a esta região⁴ (World Bank, 2017).

Em termos demográficos, a região alberga cerca de 6% da população mundial, rondando os 381 milhões de habitantes sendo que cerca de metade da população tem idade inferior a 25 anos. Dentro da região, a maioria da população, mais de 90%, é muçulmana o que corresponde a 20% da população mundial de muçulmanos. Enquanto a maioria dos muçulmanos da região são sunitas, cerca de 15% dos muçulmanos são xiitas. Com exceção do Irão, Iraque e Bahrain, todos os países muçulmanos do MENA são de maioria sunita, apesar de haver minorias significantes de xiitas no Líbano, Líbano, Kuwait, Síria e Qatar (ibid.).

No que diz respeito ao sector energético, a região é alvo de constante escrutínio derivado das grandes reservas existentes de petróleo e gás natural, tornando-se assim num alvo de grande importância estratégica do ponto de vista económico. A instabilidade gerada na região cria efeitos diretos e indiretos por todo o mundo. De acordo com a *United States Energy Information Administration* (EIA) só a região do MENA é responsável pela exportação de 20% de todo gás natural no mundo e, no caso do petróleo, a região suporta 40% de toda a exportação mundial. Os países do MENA albergam a maioria das reservas destes recursos, sendo que no caso do gás natural, constituem 45% de reservas naturais e no caso do petróleo cerca de 60% das reservas mundiais estão situadas nestes países (Ratner e Nerurkar, 2011).

Na figura 2 podemos ver o tipo de exportação que os países fazem. Como é possível observar, à exceção de Marrocos, Israel, Jordânia e Líbano a

⁴ Afeganistão, Arménia, Azerbaijão, Chade, Chipre, Eritreia, Geórgia, Mali, Mauritânia, Nigéria, Paquistão, Somália, Sudão, Sudão do Sul e Turquia são países que para algumas organizações também podem ser considerado como pertencentes à região do MENA.

exportação de recursos energéticos é efetuada por todos os outros países da região.



Figura 2 - Tipo de Exportação dos países do MENA

Fonte: (Ratner e Nerurkar, 2011)

3.2 Enquadramento Histórico

Como berço de três religiões⁵ e de inúmeras civilizações, a região do MENA foi durante séculos o centro do conhecimento, poder político e poder militar. Nos últimos dois mil anos a região foi alvo de sucessivas transformações, tendo sido disputada pelos dois grandes impérios do seu tempo, o Império Romano e o Império Persa, assistiu ao desenvolvimento do Monoteísmo e do Cristianismo, passou pela rápida expansão do Islão, sofreu as sucessivas invasões da Horda Mongol de Genghis Khan, viu o crescimento dos Turcos Otomanos na Anatólia, dos Mamelucos no Egito e dos Safávidas do Irão, testemunhou ainda o pico e o declínio do grande Império Otomano e foi o grande

⁵ Judaísmo, Cristianismo e Islamismo.

palco do balanceamento de poder entre o Mundo Cristão e Islão (Cleveland e Bunt, 2016; Lewis, 1995).

No advento do Cristianismo, a região do MENA estava dividida entre duas superpotências, por um lado, o Império Romano controlava a região que circundava o Mar Mediterrâneo, ficando assim em controlo da região do Norte de África e com a parte Ocidental do Médio Oriente, por outro lado o Império Persa⁶ controlava a parte Oriental do Médio Oriente (Cleveland e Bunt, 2016).

O mapa político da região do MENA de à dois mil anos em nada se assemelha ao mapa dos dias hoje. Os países eram diferentes e os territórios também. Numa era de confronto Perso-Romano, a maioria das culturas antigas do Médio Oriente⁷ já se tinham desvanecido ou sido assimiladas por vizinhos mais fortes. Dessas culturas antigas, uma das que ainda conseguia manter a sua identidade apesar de sucessivas invasões era a do Antigo Egipto (ibid.).

Dentro do Império Romano, as terras do MENA eram administradas como províncias Romanas mas mantinham a sua cultura helénica em vez de latina⁸. Com a transferência da capital romana para Constantinopla (330 d.C.) e a subsequente queda do Império Romano Ocidental no século seguinte, a identidade oriental da região começou a formar-se, sendo representada pelo Império Bizantino, que preservava as práticas administrativas romanas contextualizadas no modo de civilização grega. Sob o poder do Imperador Teodósio, o Cristianismo tornou-se na religião estatal do Império sendo que as outras religiões foram proibidas por lei (Lewis, 1995).

Em poucos séculos, a adoração de vários deuses e cultos foi sendo gradualmente abandonada e substituída por religiões monoteístas que surgiram de maneira sucessiva na região. A ideia de monoteísmo não era um conceito que nunca tivesse aparecido, ideias esporádicas já tinham surgido mas tinham

⁶ Império Persa refere-se às três dinastias imperiais centradas na Pérsia (atualmente Irão) que governaram desde 550 a.C. até 651 d.C. altura em que integraram o primeiro Califado.

⁷ Das quais constam por exemplo os Sumerianos, a Antiga Israel, os Acádios, os Amoritas e os Caldeus.

⁸ No século IV a.C. e no seguimento das conquistas de Alexandre, o Grande, as terras do Médio Oriente entre o Irão e o Mar Mediterrâneo absorveram costumes gregos na administração e na cultura. Do Egipto à Anatólia o Grego tornou-se na linguagem das elites.

um carácter temporário e pouco impacto no pensamento teológico. Os Judeus foram o primeiro povo a absorver a cultura monoteísta na Antiga Israel. Apesar de terem sido expulsos da Palestina pelos Romanos nos primeiros dois séculos da Era Comum, a cultura monoteísta dos judeus fortaleceu-se na região do Médio Oriente, abrindo assim caminho mais tarde para um futuro desenvolvimento do Islão⁹ (ibid.).

Na altura em que o Islão estava prestes a surgir¹⁰, as terras do Médio Oriente a norte do que é hoje o território da Arábia Saudita, estavam sob disputa entre o Império Bizantino e a dinastia Sassânida do Império Persa. Com o declínio do Império Bizantino a rivalidade entre os dois impérios despoletou um conflito que duraria 79 anos. Nesta época de conflito, divisões religiosas dentro de cada império causavam descontentamento no seio das populações sendo que a ausência duma religião comum entre o povo e o seu soberano criava um forte sentimento negativo em torno da lealdade com o Estado (Cleveland e Bunt, 2016).

Na península Arábica do séc. VII d.C., o modo de vida era bastante diferente dos dois impérios anteriormente referidos, não existia nenhum órgão central estatal, consistia em sistemas políticos e sociais tribais sendo que era aí que a lealdade do indivíduo residia. A maioria das tribos nómadas vivam da criação de gado. Mas a escassez de zonas de pastagem na região induzia uma forte competitividade entre as diferentes tribos e portanto a existência de conflitos tribais era algum comum. Apesar das diferentes existente na estrutura tribal da região, existia um forte sentido de unidade cultural, que mais tarde viria a tornar-se fulcral para a divulgação da palavra do Profeta (ibid.).

Apesar de ser uma região isolada, a Península Arábica não estava desconectada do restante mundo conhecido. A norte, tanto o Império Bizantino como o Império Persa contratavam coligações de tribos para defender as suas zonas fronteiriças sendo que estas acabavam por assimilar traços dos respetivos

⁹ Outras formas de monoteísmo estavam presentes na região, o Zoroastrismo que surgiu no séc.VII a.C. e professava a existência dum Deus supremo numa luta constante contra forças maléficas foi a religião estatal do último império persa pré-islâmico (dinastia sassânida) de 234 d.C. a 634 d.C.

¹⁰ Finais do séc. VI e início do séc VII.

impérios, no que diz respeito à religião. A sul, o lémen era um ponto forte de ligação externa. Ao contrário do resto da região, o lémen era bastante fértil e abundante em água conseguindo suportar assim uma sociedade agrária e um ponto importante nas rotas comerciais. Nos séculos que antecederam o Islão, várias comunidades árabes a Sul e a Norte da região tinham-se tornado cristãs ou judias, no entanto o interior continuava a ser composto por tribos que praticavam várias formas de animismo¹¹ e veneravam ídolos locais (ibid.).

O Islão, que nasceu em 622 d.C., teve grande sucesso na conquista de grande parte do mundo “civilizado” da altura, como se vê na Figura 3: penetrou na Península Ibérica, passando pela região do MENA até à Pérsia (Cleveland e Bunt, 2016; Lewis, 1995).

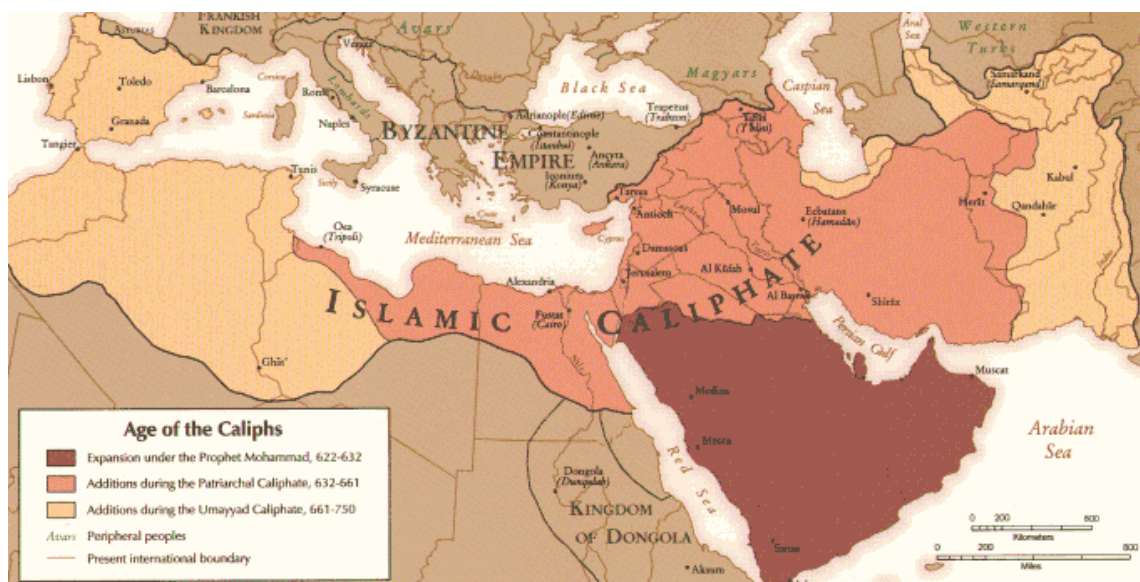


Figura 3 – Expansão do Califado Islâmico desde 622 d.C. a 750 d.C.¹²

Fonte: <https://web.archive.org/web/20051214081609/http://www.gl.iit.edu/govdocs/maps/Middle%20East-Age%20of%20the%20Caliphs.gif>

Três grandes fatores explicam este sucesso. Primeiro, os seus exércitos tinham um poder militar bastante qualificado. Como referido anteriormente, as tribos da Península Arábica estavam em constante conflito, conflito este que

¹¹ Animismo refere-se à visão do mundo em que entidades não humanas possuem uma essência espiritual.

¹² As fronteiras presentes na figura não correspondem às fronteiras da época.

criava uma cultura nos homens para desde cedo estarem preparados para a arte da guerra. Quando o Islão foi assimilado pela região este conflito cessou¹³ e criou uma Arábia unificada com um grande corpo de homens, treinados e prontos para a guerra, que passavam a olhar para fora da região, motivados pela expansão do Islão e a sede de espólios de guerra. Segundo, a exaustão que o conflito entre o Império Bizantino e Persa gerou em ambos os territórios, tanto nos cofres de estado como na população, fez com que as invasões muçulmanas, que viriam 5 anos depois do fim do conflito, tivessem resultados devastadoras. Por fim, o terceiro fator, enquanto a expansão da fé cristã era praticamente intolerante com as tradições locais¹⁴, a fé muçulmana era mais flexível com os costumes locais permitindo uma assimilação gradual da religião nas culturas, esta diferença fez com que não houvesse grande resistência à chegada da espada dos exércitos muçulmanos (Cleveland e Bunt, 2016; Lewis, 1995).

Em pouco mais de um século após a morte do Profeta, o mundo testemunhou a ascensão do poder e da religião do Império Muçulmano, em que as forças árabes atingiram o subcontinente Indiano a este, e a oeste estenderam-se pelo Mediterrâneo Sul em direção ao Atlântico, chegando a ocupar a península Ibérica. Neste Império, o Islão era a religião Estatal e o Árabe a língua oficial, que rapidamente usurpou outras línguas locais para se tornar no principal meio da vida pública (Cleveland e Bunt, 2016).

Hoje, mais de mil e trezentos anos após o início da era muçulmana, a era dos califados árabes há muito que se extinguiu. No entanto, em todos os territórios conquistados pelos muçulmanos, à exceção da Península Ibérica a oeste e da Ásia Central e do Irão a este, a língua árabe mantém-se na linguagem popular, bem como no principal instrumento de comércio, cultura e governo (ibid.).

¹³ O profeta Maomé proibia conflitos entre muçulmanos, o que veio trazer uma paz interna à região, terminando assim com os conflitos tribais.

¹⁴ Aqueles que se convertessem ao Cristianismo tinham que esquecer o seu passado cultural e tradições ancestrais para poderem ser aceites pela Igreja.

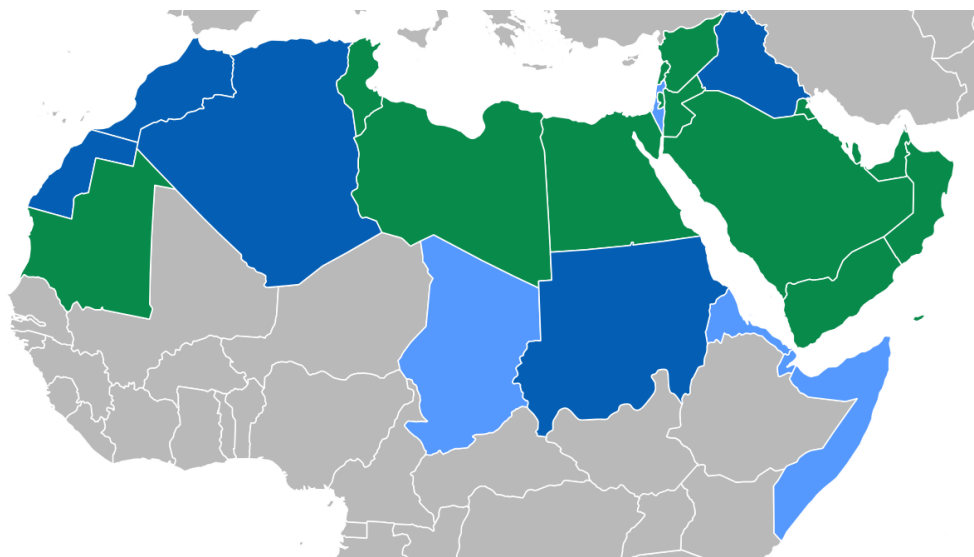


Figura 4 – Países em que o Árabe é língua oficial¹⁵

Fonte: http://societymatters.org/wp-content/uploads/2010/04/Arabic_speaking_countries.jpg

Com a morte do Profeta *Muhamad* e não havendo um claro sucessor ao trono do império Muçulmano, uma grande divisão surgiu dentro do Islão originando os dois grandes ramos do Islão: o sunismo e o xiismo (Hall, 2016).

Os critérios de sucessão do líder são motivo de cisão entre sunitas e xiitas. A questão é saber se deve basear-se num consenso “democrático” ou se apenas os descendentes do Profeta poderiam reinar. Na sua essência, o conflito resume-se ao fato de que os Sunitas entendiam que Abu Bakr, amigo e conselheiro do Profeta, era o legítimo líder dos Muçulmanos, enquanto os Xiitas acreditavam que o sobrinho e genro do Profeta, Ali, era o legítimo Califa (ibid.).

Apesar de ambos os homens terem adquirido o título de líder Muçulmano¹⁶, os muçulmanos sunitas defendiam que a sua interpretação do Islão seguia a *Sunnah*¹⁷ e os muçulmanos xiitas argumentavam que Ali era o primeiro legítimo califa e portanto só os seus descendentes é que poderiam ser aclamados como os verdadeiros líderes dos Muçulmanos (Lewis, 1995).

¹⁵ Única língua oficial (verde); Uma das línguas oficiais usada pela maioria dos habitantes (azul-escuro); Uma das línguas oficiais devido a minorias significantes ou razões histórico-culturais (azul-claro).

¹⁶ Abu Bakr foi o primeiro califa e depois do assassinio do segundo e terceiro califa, Ali assumiu o poder.

¹⁷ Referente aos modos de vida do Profeta *Muhammad*.

A divisão Sunita-Xiita levou a que cada denominação desenvolvesse a sua própria cultura, doutrina e escola de pensamento. Por um lado, os Sunitas focam-se mais no poder de Deus no mundo físico e reconhecem os califas como os líderes religiosos da *ummah*¹⁸ no entanto, como seres mortais sem poderes divinos, a sua autoridade é temporal, sendo que deixam as matérias de jurisprudência e doutrina para os *ulama*¹⁹. Aos califas cabe assegurar o cumprimento da *Sharia*²⁰ e a existência de oportunidades para que o cumprimento do modo de vida islâmica prevaleça dentro da comunidade. Por outro lado, os Xiitas dão mais valor às recompensas depois da morte e portanto dão grande valor ao martírio. Para os xiitas, os *Imams*²¹ têm um papel religioso especial que os califas sunitas não possuem e, apesar da dominância sunita ter impedido os Imãs de exercerem poder político, a minoria xiita considera que são os veículos através dos quais *Allah*²² guia a sociedade humana (Cleveland e Bunt, 2016; Lewis, 1995).

Durante o séc. XI o poder militar e autoritário foi gradualmente passando dos árabes para os Turcos²³. No Irão, os *Seljuks*, uma confederação de tribos turcas, estabeleciam o seu domínio e em 1055 d.C. o califa abássida convida o líder *Seljuk* para assumir a autoridade administrativa e militar em Bagdade. Apesar do curto tempo do domínio *Seljuk*, pouco mais de 100 anos, outras tribos turcas migraram para a região, e com a derrota do exército bizantino em 1071 d.C., as tribos migrantes ocuparam a Anatólia e gradualmente foram transformando a região cristã de língua grega num território muçulmano de língua turca. Tendo expandido o controlo Islão para a região da Anatólia, o Império *Seljuk* preparou o terreno para uma futura ascensão do Império

¹⁸ Palavra árabe para comunidade muçulmana.

¹⁹ Palavra árabe que significa aqueles que são reconhecidos como autoridade na hierarquia religiosa dos estudos Islâmicos.

²⁰ Lei islâmica.

²¹ Enquanto no Sunismo, os *Imams* (ou Imãs) representam aqueles que guiam as preces islâmicas. No contexto xiita, os Imãs correspondem aos líderes espirituais da comunidade e são escolhidos por Deus para serem os exemplos perfeitos dos fiéis.

²² Palavra islâmica para Deus.

²³ Tribos turcas provenientes de migrações da Ásia Central. Entraram em contacto com o Islão no início das conquistas árabes. Serviam como soldados profissionais nos exércitos do califado Abássida.

Otomano, considerado o Império mais poderoso de todos os impérios Islâmicos (Cleveland e Bunt, 2016).

No seguimento da queda do Império *Seljuk*, o Irão ocidental e as terras árabes centrais fragmentaram-se em vários Estados, que não eram mais que cidades-Estado. Neste mundo politicamente dividido, do lado ocidental surgem os primeiros cruzados europeus que estabeleceram os reinos latinos de Edessa, Antioquia, Trípoli e Jerusalém²⁴. Do lado Oriental, surge a ameaça mongol de Genghis Khan, que em duas vagas de conquistas, fez sentir o poder da horda mongol por todas as terras islâmicas desde a Índia até à Síria²⁵. As forças mongóis, que vinham com o objetivo de conquistar todas as terras islâmicas até ao Egito, foram travadas pelos Mamelucos²⁶ do Egito em 1260 d.C.. Como resultado da sua vitória, tornaram-se nos mestres do Egito e da Síria e estabeleceram o seu Império até 1517 d.C.. Mais uma vez, nota-se assim a importância da governação turca nos Estados islâmicos do Médio Oriente, do séc. XI para a frente (ibid.).

No século XVI, as terras islâmicas centrais, devastadas pelas invasões mongóis, recuperaram a sua unidade política e viram a sua cultura vitalizada com duas identidades imperiais, o Império Safávida do Irão e o Império Otomano. Ambos os Impérios deixaram bem marcada a sua marca cultural, política e social. Apesar de no Irão o Império Safávida ter colapsado em 1736, este foi bem sucedido a abrir caminho para o Irão moderno, quando decretou e manteve como religião de Estado o Islão Xiita. O Império Otomano, que reinou continuamente desde o séc. XIV até ao séc. XX, foi o grande poder central do Médio Oriente desde o séc. XVI até ao fim da Primeira Guerra Mundial, tendo deixado um legado de práticas e instituições administrativas que permaneceram no Médio Oriente moderno após o desvanecimento do Império. No seu pico de poder, o

²⁴ Após 200 anos duma ocupação atribulada e de várias cruzadas, os europeus foram expulsos do leste do Mediterrâneo. Além de terem criado um espírito de resistência e cooperação por parte dos governantes sírios e egípcios que acabou por levar à sua expulsão dos cruzados, a influência dos cruzados para a região foi mínima.

²⁵ As ambições mongóis tinham apenas como objetivo a conquista territorial, sendo que o contributo das campanhas de 1220 d.C. e 1256 d.C. baseou-se apenas na devastação do Irão e Iraque.

²⁶ Termo árabe para designar soldados ou governantes de origem escrava. Os Mamelucos do Egito eram escravos turcos que foram vendo o seu número aumentando no Sultanato de Cairo até que subiram ao poder em 1250 d.C.

em 1931 após 20 anos de resistência, o processo de colonização é terminado e Itália ganha uma nova colônia que passa a denominar-se Líbia. O Egito que à data de 1882 era um estado autónomo do Império Otomano, após invasão britânica potencializada pelo interesse estratégico do canal do Suez, torna-se num protetorado do Império Britânico sendo oficialmente reconhecido como tal à data do início da Primeira Guerra Mundial (Brett, 2015).

3.3 Últimos 100 anos

Desde 1916, em plena Primeira Guerra Mundial, que a região do Médio Oriente tem sido o tabuleiro de xadrez dos Estados mais poderosos. Na altura, fazendo parte do território do Império Otomano, foi dividida em duas partes, a serem partilhadas entre França e Reino Unido. Esta divisão consolidou as áreas divididas numa configuração que não existia antes, ignorando fatores como religião e etnia. Conhecido como Acordo de Sykes-Picot, este acordo consistia numa divisão do Médio Oriente em duas esferas de controlo direto e de influência. A norte da linha entre Mossul e Haifa passaria a estar sobre controlo e influência francesa e a sul passaria a estar sobre domínio britânico (Eytan, 2016).

Com o término da Primeira Grande Guerra e a realização do Acordo de Sykes-Picot, a região ficou sujeita à influência das potências europeias acabando assim com mais de 4 séculos de domínio Otomano. As fronteiras foram redesenhadas traçando linhas direitas em mapas, não tendo em conta culturas e religiões, cruzando fronteiras naturais já existentes, dando primazia apenas aos recursos existentes (Amirahmadi, 2015).

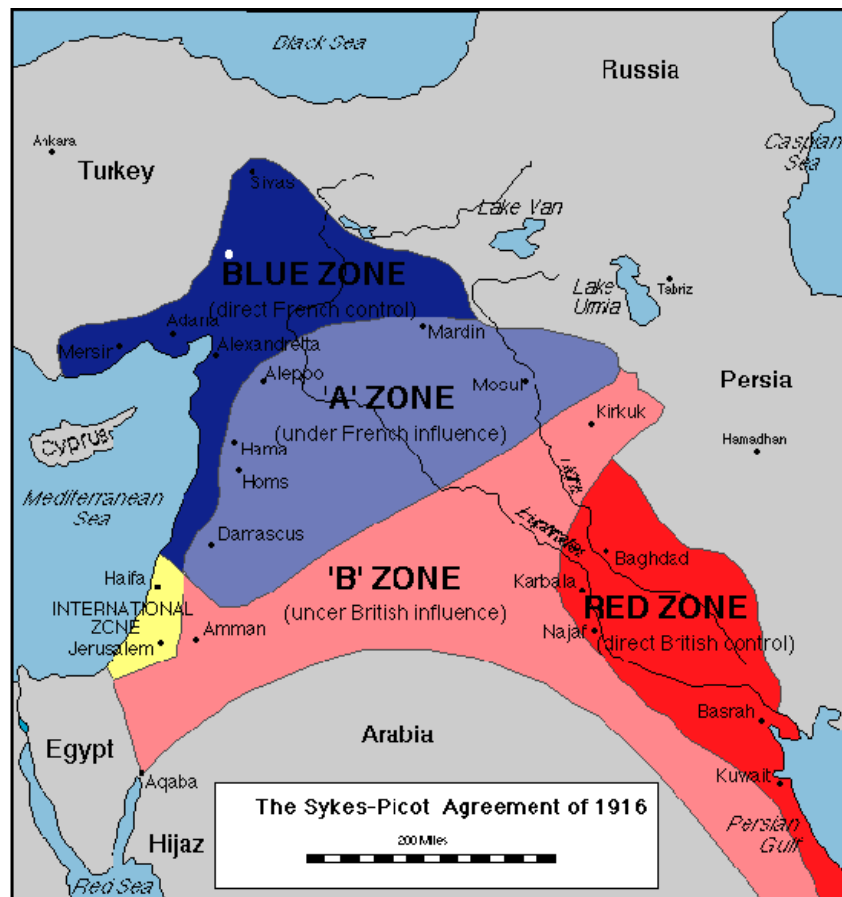


Figura 6 – Mapa do Acordo de Sykes-Picot

Fonte: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/the-sykes-picot-agreement-1916>

As diferentes etnias da região passaram a estar sujeitas às duas potências europeias, que com a sua divisão pouco pensada do território, acabaram por separar famílias, destruir o comércio local e dar início a uma grande vaga de corrupção.

Como diz Maria João Tomás, “Com o fim da Primeira Guerra Mundial, e o desmembramento do Império Otomano, o Médio Oriente e o Norte de África transformam-se numa manta de retalhos dos interesses europeus, e nasce outro imperialismo, feito à imagem do Ocidente. O Médio Oriente torna-se uma extensão da Europa e vive-se nas colónias como na metrópole. O sentimento anti-Ocidente vai crescendo no seio das elites de pensamento islâmico, que veem o laicismo e o secularismo esvaziarem a sociedade muçulmana dos seus valores e princípios morais, fruto da proximidade aos costumes e hábitos europeus.” (2013, p. 30)

Esta divisão em zonas de influência sem ter em consideração os povos locais ignorou quaisquer fatores demográficos, religiosos e socioculturais, levou a que várias tribos Árabes ficassem separadas e dispersas por vários estados. Como forma de evitar movimentos nacionalistas, ou seja, para impedir que a ideia se estendesse a zonas dominadas por minorias e para suprimir a relação entre as várias etnias e grupos religiosos, à frente de ramos institucionais do governo eram colocados diferentes grupos de modo a que cada tribo tivesse grande representação nuns sectores, enquanto noutros a sua influência seria diminuta (ibid.).

O fim da Segunda Guerra Mundial veio pôr fim também aos Impérios Europeus e às suas ideias colonialistas. O que levou à criação de novos Estados e ao ressurgimento de Estados antigos na nova Ordem Mundial. Entre os novos atores que surgiram encontrava-se Israel. As colónias europeias foram transformadas em nações e Estados artificiais, chefiadas por ditadores e com fronteiras que não obedecem a uma opção lógica, são puramente linhas retas, ignorando qualquer fator histórico ou geográfico. As raízes para o desastre estavam a ser lançadas ao aplicar conceitos de nações europeias que não eram compatíveis em terras árabes. O processo de descolonização e a aproximação europeia à formação das novas nações fizeram com que na região do MENA eclodissem conflitos estatais, étnicos e sectários que continuam bastante presentes na região. (Amirahmadi, 2015).

À medida que os europeus abandonavam a região do Médio Oriente, o espaço deixado começou a ser ocupado por outras duas superpotências: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América, ao mesmo tempo que se entrava no período da Guerra Fria. O confronto entre o lado capitalista e o lado socialista tomou forma imediatamente após o fim da 2ª Guerra Mundial, com o objetivo de cada um dos lados possuir um maior controlo sobre a região que ganhava cada vez mais importância, devido à dependência de petróleo que era um recurso essencial não só para o desenvolvimento da economia, mas também para corresponder com as necessidades logísticas de abastecimento que um confronto em larga escala poderia trazer. Assim, entre as décadas de 1950 e 1960, vivia-se uma Guerra Fria Árabe que opunha a

comunidade árabe entre os regimes monárquicos árabes que defendiam o lado ocidental, como Jordânia e Arábia Saudita, contra os estados islâmicos socialistas como Egito, Síria e Líbia. O petróleo passava a ser então o recurso energético com maior importância a nível global, o que fez com que as economias locais ficassem bastante dependentes da exportação do mesmo. (ibid.).

A mudança mais importante na região do Médio Oriente a seguir ao fim da Segunda Guerra Mundial foi a formação do Estado de Israel, uma democracia judaica “ocidental”, em 1948. Com este novo Estado ocorre imediatamente a primeira guerra israelo-árabe. Nesta altura os Estados Unidos da América assumiam o monopólio do petróleo e de Israel enquanto a União Soviética fortalecia as forças populares e nacionalistas da região.

Neste mundo bipartido, a busca do petróleo criava uma separação cada vez mais acentuada entre uma minoria super-rica e uma maioria extremamente pobre. Também originou uma crescente tendência ditatorial e corrupção dos Estados dependentes e fragilizados. Só o conflito israelo-palestiniano levou ao deslocamento de mais de 700 000 mil israelitas. Nestas condições, o ressurgimento árabe e muçulmano ganhou forma com vários movimentos nacionalistas e golpes populares e com a luta com Israel. Apesar disto, estes movimentos não foram capazes de derrubar as ditaduras, de derrotar Israel ou de cumprir com a promessa de justiça e independência almejada pelas classes médias e operárias. A derrota militar juntamente com a perda de terras para o Estado judeu tornaram-se numa fonte de frustração e humilhação que fez emergir uma cultura de vitimização no mundo árabe (Eytan, 2016).

Em 1956, apoiados por armamento e dinheiro soviético e tendo os Estados Unidos faltado à promessa de providenciar fundos ao Egito para a construção da barragem Aswan no rio Nilo, o presidente egípcio Abdel Nasser ordena a nacionalização do canal de Suez. Esta ação gerou bastantes tumultos, principalmente entre os britânicos, que procuram o apoio de França e de Israel e juntos iniciaram uma operação militar tendo conseguido tomar posse do canal (History.com Staff, 2009).

No entanto, e de acordo com o Tenente General Eduardo dos Santos, o presidente americano Dwight “*Eisenhower interveio contra os seus aliados europeus, originando a primeira crise no seio da NATO. Ao contrariar a invasão tripartida (Reino Unido, França e Israel) do Egito, Eisenhower deu o golpe de misericórdia no imperialismo europeu no Médio Oriente. O desafio vitorioso do Presidente egípcio, Nasser, e a ulterior nacionalização do Canal incendiaram uma chama de ardor nacionalista árabe. A partir dessa altura, Nasser começou a apadrinhar a guerrilha palestina*” (Santos, 2009).

A guerra pelo controlo do Canal de Suez em 1956 afetou o mundo árabe e a situação política e estratégica da região. Os regimes do Médio Oriente, prontos para sofrerem revoluções, caíram um após outro: a monarquia do Iraque foi deposta por uma ditadura militar. Na Síria surgiu um novo golpe de Estado. No Iémen, com apoio egípcio, deu-se uma revolução militar que originou uma guerra civil de 8 anos. No Líbano após uma intervenção americana em apoio do regime pró-Occidente gerou-se uma guerra civil (Eytan, 2016).

Apoiados por nações estrangeiras, os chefes de Estado dos países do Médio Oriente destruíram qualquer tipo de oposição nacionalista e socialista. São exemplos disto os casos do Irão, Israel e a Guerra dos Seis Dias em 1967 e a invasão americana no Iraque de 2003. Estes movimentos foram gradualmente, destruindo os movimentos pan-arabistas²⁸ (ibid.).

Por outro lado, enquanto o pan-arabismo começava a perder influência, os movimentos islâmicos sobreviviam aos esforços contra estes. No mundo Árabe juntamente com Irão e Afeganistão, o extremismo islâmico viria a ganhar fulgor e passaria a ganhar uma influência crescente na geopolítica da região, que hoje podemos observar (Ahmirahmadi, 2015).

Em 2011, um ressurgimento do pan-arabismo levou a um período de revoltas antigovernamentais e insurreições armadas contra as ditaduras árabes na região do MENA, ao qual foi dado o nome de “Primavera Árabe», no entanto não havia nenhum consenso sobre os modelos políticos e económicos que

²⁸ Pan-arabismo consiste na ideia assente no nacionalismo árabe de formar uma única nação.

viriam a substituir os modelos vigentes. Em certos regimes, o objetivo era depor os chefes de Estado (e.g. Egito e Tunísia), noutros era exigido uma alteração de regime (Marrocos e Jordânia). Apesar de ter tido sucesso em derrubar alguns regimes, a “Primavera Árabe» despoletou violência em massa noutros regimes, criando guerras civis e um clima de instabilidade e insegurança que perdura nos dias de hoje (Manfreda, 2016).

3.4 Revoluções de 2011

O conjunto de revoluções que surgiu em 2011 na maioria da região do MENA conhecidas como “Primavera Árabe»²⁹, foram despoletadas pela auto imolação de um tunisino de 26 anos como protesto contra o tratamento das autoridades locais. Este evento foi a última a faísca que veio deflagrar protestos e insurreições populares antigovernamentais contra as ditaduras dos países Árabes da região do MENA (ibid.).

A figura seguinte mostra a situação das revoltas e dos protestos á data de Março de 2011, apenas quatro meses depois do início dos protestos os governos da Tunísia e do Egito já tinham sido depostos e já existiam protestos por praticamente toda a região do MENA com exceção dos Emirados Árabes Unidos, Israel, Líbia e Qatar.

²⁹ Esta designação é enganadora pois “remete para a «Primavera de Praga» e a «Revolução de Veludo» bem como para todas as outras que se lhes seguiram na ex-Europa de Leste e do Centro, incluindo muitas das repúblicas ex-soviéticas nas quais tiveram lugar as «revoluções coloridas». Tem como implícito, por isso, a ideia de que estaríamos perante transições democráticas” (Tomás, 2013, p. 35)

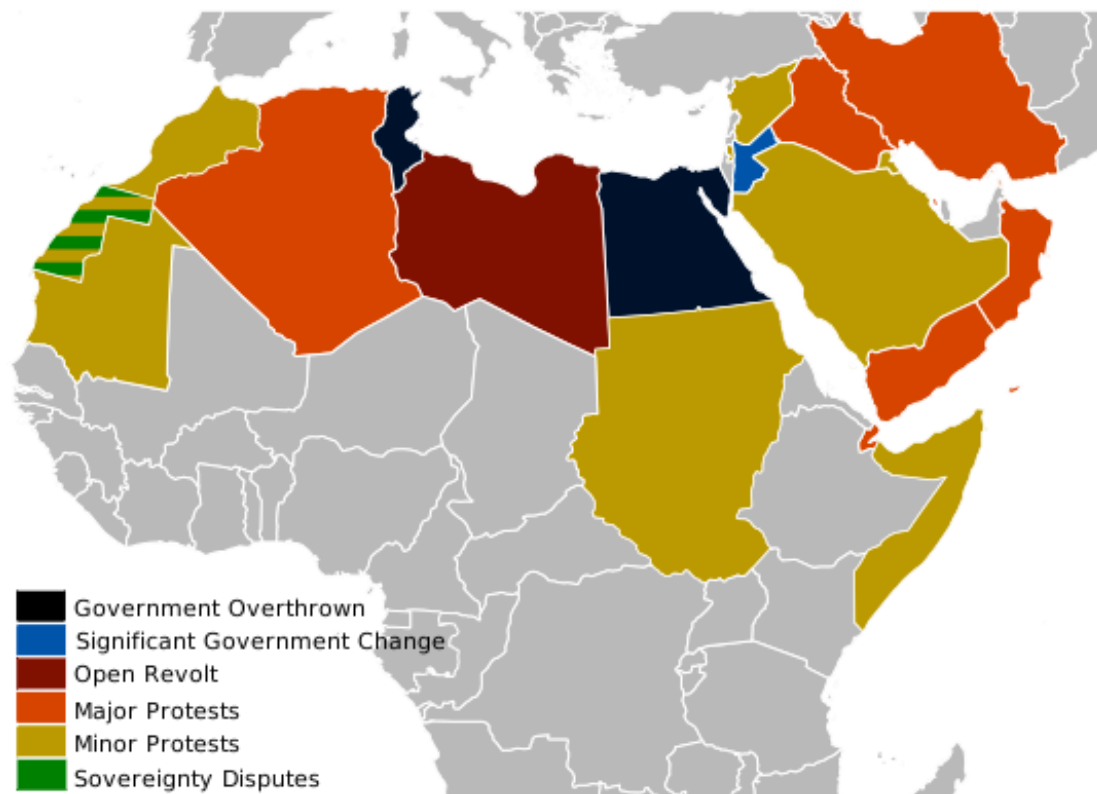


Figura 7 – Mapa das Revoltas de 2011

Fonte: (Shah, 2012)

Estas revoltas na região surgem num contexto geopolítico em que prevalecem os regimes autoritários³⁰ que foram legitimados através de apoio externo principalmente alimentado pelo caráter energético da região. Numa altura em que a região abandonava a matriz colonial vivida até meados do séc. XX, as potenciais proto-democracias que iriam surgir no mundo foram substituídas por ditadores, onde a corrupção se mantinha um fator bastante importante. Numa primeira fase a voz do povo foi suprimida com a ajuda das receitas da exportação de recursos energéticos, mas a conjugação de certos fatores³¹ na região do MENA fez emergir uma série de manifestações potencializada por uma enorme população jovem educada, globalizada e combativa (Hroub, 2011; Shah, 2012).

³⁰ Quer sejam monarquias, ditaduras e repúblicas religiosas.

³¹ A crise financeira global, o aumento dos preços, do desemprego, a corrupção, as divisões culturais/étnicas, o conhecimento constante de outras realidades com o advento da tecnologia e a falta de direitos fundamentais

De acordo com Khaled Hroub (2011) as manifestações trazem seis mensagens salientes:

1 – Os povos Árabes já não suportam os ditadores e aqueles que os legitimavam tendo sido precisas décadas para chegar aquele ponto;

2 – A população acredita que há alternativas ao modelo autoritário e ao modelo de ditadores baseado num controlo islâmico;

3 – A mudança promovida pelas revoluções não vem das elites nem de intervenção externa, provém diretamente do povo;

4 – Os protestos são fundamentalmente políticos apontando para um futuro a longo prazo;

5 – Tanto as elites locais como os intervenientes externos precisam de entender que a estabilidade (superficial) baseado numa segurança armada pode resultar durante um certo período mas acaba por implodir e que a visão de curto prazo do Ocidente - através da presença armada - ignora a repressão do povo e revela a opacidade dos seus valores democráticos;

6 – Tendo em conta a dimensão não-armada dos protestos e a exposição global obtida nos protestos, os aparatos de segurança e institucionais não têm poder para suprimir estas revoltas sem estarem sob o forte escrutínio de todos.

3.5 Panorama atual

Passados 6 anos após o início do processo revolucionário com o objetivo de depor as ditaduras e partir para um futuro melhor, a realidade no MENA é bastante diferente do otimismo que marcou o sucesso inicial da Tunísia e do Egito. No pós «Primavera Árabe», os países do MENA, com exceção de um ou outro caso positivo, mergulharam no caos ou restauraram as autocracias em prol da estabilidade.

No meio de todo o caos gerado, a Tunísia surge como o único caso positivo. Após a Revolução de Jasmim³², o país, seguindo a via democrática,

³² Nome dado à revolução tunisina que depôs o presidente Ben Ali.

realizou as suas primeiras eleições livres desde que se tornou uma nação independente em 1956. O resultado desta eleição deu vitória ao Partido islâmico do Movimento Ennahda que ganhou com 37% dos votos populares, no entanto, uma crescente oposição face ao governo fez com que, em dezembro de 2013, se negociasse um afastamento pacífico do governo, incluindo novas eleições e o caminho para uma nova constituição. Desde então, em 2014 realizou-se um novo ciclo eleitoral que pôs no governo o partido secular Nidaa Tounes que acabou por fazer um governo de unidade nacional com o Ennahda e estabeleceu como presidente, em dezembro de 2014, Beji Caid Essebsi, tornando-se no quinto homem a ocupar o cargo desde a independência da Tunísia (Malsin, 2015).

No caso do Egito, as manifestações tiveram sucesso e rapidamente o presidente Mubarak resignou ao cargo, após quase 30 anos de poder. Naquilo que foi visto como um progresso em direção a uma democracia, após um governo militar interino, realizaram-se eleições que deram vitória à Irmandade Muçulmana que colocou Mohamed Morsi no poder. No entanto, pouco tempo depois da tomada de poder o presidente Morsi procede de maneira a assegurar o seu poder absoluto estabelecendo-se assim como um verdadeiro autocrata. Esta decisão gerou bastantes tumultos e manifestações contra o regime do presidente. A 3 de Julho, após o ultimato das forças armadas negado pelo governo, as Forças Armadas Egípcias realizam um golpe de estado com o objetivo de usurpar o poder ao Presidente Morsi e dissolveu o conselho de Shura³³. No ano seguinte, o líder do golpe de estado e chefe das forças armadas general Abdel Fattah el-Sisi é eleito presidente. Numa economia fragilizada e com o turismo em queda, o combate à forte presença terrorista e ajuda externa providenciada legitimaram o presidente Sisi que rapidamente fez voltar o regime ditatorial em nome da estabilidade (Fantz, 2016; Raghavan e Habib, 2016).

No Iémen, as manifestações levaram o Presidente para exílio que juntamente com a ausência duma transição política mergulhou o país numa guerra civil que opõem milícias rebeldes contra forças revolucionárias e ainda conta com uma tentativa de controlo territorial por parte dos grupos terroristas, o

³³ O equivalente ao senado no sistema bicameral do Egito.

autoproclamado Estado Islâmico e, a afiliada da Al-Qaeda, Al-Qaeda na Península Arábica. Na Líbia, apoiado por forças ocidentais, o afastamento do poder e a consequente perseguição e morte do ditador Coronel Ghaddafi impulsionou o país para uma anarquia que conjugada com a falta de instituições para realizar o processo democrático, uma estrutura tribal bastante armada e uma falta de vontade de cooperação torna bastante difícil o fim duma guerra civil que criou um grande fluxo de refugiados. Na Síria, o Presidente Bashar Assad apoiado pela Federação Russa, Iraque e Irão vê o seu país entrincheirado numa guerra civil contra forças democráticas rebeldes apoiadas por estados de maioria sunita e por forças ocidentais como França, Reino Unido e Estados Unidos da América. Simultaneamente, além do conflito civil, a Síria conta ainda com um conflito paralelo fruto duma enorme presença terrorista principalmente pelos grupos do autoproclamado Estado Islâmico e pela Frente de Al-Nusra (Al Jazeera, 2017; Pfeffer, 2016; Stephen, 2016).

Nos restantes países árabes, as manifestações populares trouxeram poucas mudanças. Em certos países as manifestações foram silenciadas e o povo acabou por preferir a fraca estabilidade dos regimes autoritários à incerteza tipicamente associada a processos de mudança de regime. A Tunísia, sendo o único país a sair das «Primaveras Árabes» com uma democracia funcional, mostra que a existência de certos fatores que provêm dos seus tempos coloniais como o secularismo, o sindicalismo e a igualdade para com o sexo feminino tornou-se essencial para uma rápida transição pacífica, no entanto, uma democracia precisa de tempo para se desenvolver sendo que nos restantes países árabes o desejo pela liberdade e democracia foi suplantado pelo instinto de sobrevivência e estabilidade (Pfeffer, 2016).

(página intencionalmente em branco)

4 Paz e Democracia

4.1 Pressupostos da Democracia

“Democracy is the worst form of government ... except for all those other forms that have been tried from time to time.”

Winston Churchill, 1947

Nos últimos 200 anos, o paradigma político do mundo tem sido alvo de um *boom* democrático, no que diz respeito a regimes políticos, que tornou a democracia no regime que governa mais de metade da população mundial, atualmente, e naquele que até a esta altura é o que oferece aos cidadãos a garantia de maiores liberdades. As democracias diferem de regimes autocráticos no sentido em que nos últimos não são garantidas as liberdades civis dos cidadãos e não pode ser expressa qualquer tipo de preferência política. Em relação às anocracias³⁴, estas ficam no meio do espectro entre democracias e autocracias (Roser, 2016).

Não existe um conceito preciso universal para a definição de democracia, sendo alvo de constantes debates, não só a nível académico, na atualidade. Do ponto vista clássico, a democracia, proveniente da língua grega e que significa «poder do povo», é definida como o oposto dos outros tipos de governo: Monarquia, Aristocracia³⁵, Oligarquia³⁶, Teocracia³⁷ e Ditadura. Apesar da maioria das democracias no contexto político atual serem Repúblicas, existem países democráticos na Europa que são monarquias constitucionais³⁸, onde o rei/rainha é o chefe de Estado e a constituição protege os direitos fundamentais dos cidadãos, tal como numa república democrática, e limita os poderes do monarca. Portanto, a definição clássica de regime oposto aos referidos acima, torna-se algo difuso. A definição moderna de Democracia caracteriza os regimes

³⁴ Regime híbrido que mistura características democráticas com autocráticas.

³⁵ Regime onde o poder reside na classe mais alta da sociedade, sendo hereditário.

³⁶ Regime governado por um pequeno grupo de pessoas.

³⁷ Regime em que os líderes religiosos governam em nome de um deus.

³⁸ Reino Unido, Espanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e os Países Escandinavos.

democráticos como o oposto conceptual dos regimes totalitários ³⁹ e autoritários⁴⁰ (Markus, 2010).

A definição moderna democrática consiste numa configuração institucional que permita a participação popular através do processo eleitoral. Este princípio democrático assenta em dois pilares, o de participação política e o de contestação política. O primeiro requer que todos os cidadãos aptos a votar o façam, em eleições justas e livres, e que haja uma transição de governo pacífica, sendo estes processos replicados nos níveis locais, distritais e nacionais. O segundo refere-se à possibilidade da contestação e expressão do descontentamento, através da liberdade de expressão e de imprensa. Regimes democráticos que garantam a liberdade eleitoral e os direitos civis da população são referidos como democracias liberais (Saylor Academy, 2012).

Tendo em conta o referido acima, a democracia assenta em quatro princípios básicos (Diamond, 2004):

1. É um regime político para escolher e substituir o governo através de eleições justas e livres;
2. Existe uma participação da população, como cidadãos, na vida política e civil;
3. Existe a proteção dos direitos humanos de todos os cidadãos;
4. Existe um poder judicial, no qual as leis e procedimentos aplicam-se de forma igual a todos os cidadãos.

Ou seja, a definição moderna de democracia diz-nos que, para um país ser titulado de democracia, precisa de cumprir com estes requerimentos. Sendo que estes não devem apenas estar tipificados na Constituição mas também defendidos pelos políticos e pelas autoridades. Outras qualidades inerentes às democracias, em teoria, devem também ser tomadas em conta, como a separação de poderes⁴¹ entre os órgãos de soberania do Estado, a liberdade

³⁹ Regimes governados por um grupo de líderes baseado numa ideologia que sobrepõe todos os aspetos da vida e a religião. Nestes regimes, não existe tolerância contra comportamentos desviantes da ideologia estatal nem respeito pelos direitos básicos de cidadania. (por exemplo a Alemanha de Hitler e a Rússia de Estaline).

⁴⁰ Regimes em que o poder circula em torno de um grupo de Líderes, cujo objetivo consiste na manutenção do poder e no enriquecimento pessoal à custa do país e da população.

⁴¹ Poder executivo, legislativo e judicial.

religiosa e a boa governação, focada no interesse público e na ausência de corrupção (Markus, 2010).

O regime democrático é o meio que a população tem para escolher os seus líderes e fazer o *accountability* das suas políticas e da maneira como o governo é conduzido, sendo que este é baseado no consentimento do governado. O papel fulcral do cidadão numa democracia é o de participar na vida pública. É dever de qualquer cidadão manter-se atualizado sobre as problemáticas do quotidiano, prestando atenção particular à utilização dos poderes por parte dos seus líderes políticos e representantes. O poder eleitoral é algo que os cidadãos devem fazer de maneira ponderada, sendo que se deve tomar atenção aos pontos de vista dos diferentes partidos e candidatos e depois tomar a decisão sobre que lado apoiar (Diamond, 2004).

Como referido neste capítulo, existem direitos fundamentais comuns a todos os cidadãos, que o Estado não pode retirar, sendo que estão protegidos pelo Direito Internacional. No entanto, existe o dever de praticar estes direitos de forma pacífica, com respeito pela lei e pelos direitos dos outros (ibid.).

Por norma, os conceitos «democracia» e «liberdade» são equiparados, no entanto não se devem confundir como sinónimos. A democracia deve ser vista como o agregado de práticas e princípios que por sua vez protegem a liberdade. A liberdade é um bem essencial da democracia, mas por si só, não é suficiente (The Economist Intelligence Unit, 2017).

O princípio da proteção dos direitos humanos é aceite pela grande maioria, estando contemplado em múltiplas constituições espalhadas pelo mundo e também na ONU. Estes direitos fundamentais consistem na liberdade de expressão, na liberdade de imprensa, liberdade religiosa, liberdade de associação, liberdade de movimento, direito de autodeterminação, direito a um processo equitativo (ONU, 1997).

Todos os regimes democráticos são sistemas em que as decisões políticas são feitas pelos cidadãos que as escolhem através da decisão da maioria. No entanto, o governo através da maioria não é necessariamente democrático. Numa democracia, este poder da maioria deve ser combinado e

coordenado com os direitos humanos individuais e com os direitos das minorias (Diamond, 2004).

A democracia é mais do que a soma das suas instituições, apesar de necessitar dum governo funcional⁴², para a legitimidade e o bom funcionamento duma democracia é necessário uma cultura política democrática que não seja simplesmente passiva e apática. O pensamento de simples obediência não é complacente com a democracia. A participação e contestação é essencial para a sobrevivência do regime democrático. O governo é apenas uma fração do conceito de democracia composto por organizações e associações políticas e instituições sociais. Apesar de não ser permitida a participação compulsória no processo político e os cidadãos serem livres de expressar o seu descontentamento pela não participação, a apatia e abstenção são inimigos da democracia, sendo que um regime democrático saudável precisa da participação ativa e livre dos seus cidadãos na vida pública (The Economist Intelligence Unit, 2017).

4.2 Paz Liberal

Desde a década de 90 do século XX que tem havido um aumento significativo do número de guerras civis, ao mesmo tempo, também tem havido um maior envolvimento por parte da comunidade internacional na resolução de conflitos. Com o incremento deste envolvimento, tem sido crescente o número de processos de paz, acordos de paz, programas de reconstrução pós conflito que deram experiência e feedback sobre como se faz e mantém paz a muitas organizações internacionais, governos, organizações não-governamentais, etc.. Grande parte desta experiência provém da tentativa e do erro, no entanto, os processos de paz não podem ser considerados como *templates* estandardizados que podem ser utilizados noutros locais.

Cada conflito tem o seu contexto civil, sendo que tem a sua própria especificidade e não se replica. Na mesma linha de pensamento, existem ambientes mais propícios que outros para que os processos de paz tenham sucesso. No entanto, a existência dum processo de paz pode encorajar, tanto a

⁴² Se decisões democraticamente escolhidas não conseguem ser implementadas, então o conceito de democracia perde o seu significado.

nível nacional como internacional, a surgimento doutro processo na mesma região e as técnicas utilizadas num local podem ser adaptadas para o outro contexto onde se verificam algumas similaridades (Darby e MacGinty, 2008).

No *peacemaking*⁴³ e *peacebuilding* contemporâneos⁴⁴ apesar de não existir um modelo com um roteiro bem definido, a resolução de conflitos começa sempre com um acordo de paz inicial, que tipicamente é apoiado pela ONU, seguido de operações de manutenção da paz, a construção de paz, a realização de eleições⁴⁵ e a alteração do sistema político. Começando nas elites e operando do topo até ao último nível, as instituições e organizações cooperam com o objetivo da construção de paz liberal. Enquanto na teoria parece um processo que quando iniciado se desencadeia facilmente, a complexidade de cada conflito torna a realidade bem diferente. A realidade dos processos de paz consiste numa dinâmica composta por avanços e retrocessos e de uma complexa sequência de iniciativas e de concessões por ambos os lados para haver correspondência com as circunstâncias locais (Richmond, 2008).

Processo de paz tornou-se no termo conveniente para descrever as iniciativas em prol da paz que ultrapassam a fase inicial da intenção e que envolvem os principais antagonistas num dado conflito. Consiste em mais do que uma proposta de paz isolada, tendo uma certa robustez e qualidades que permitem aguentar pressões e desenvolver-se além dos argumentos iniciais de intenção por parte dos protagonistas. Um processo de paz pode ter uma panóplia de definições, pode ser formal ou informal, do foro privado ou público, pode estar sujeito a uma aprovação popular ou restrito a um acordo entre as elites. Estas iniciativas de paz podem surgir de fontes internas, ou então podem ser apoiadas pela ONU ou outros intervenientes internacionais. A fragilidade é algo inerente a todos os processos, sendo que são muitos aqueles que colapsam logo no início em relação aqueles que são bem sucedidos. O sucesso de um processo de paz tem uma forte dependência da vontade política das partes envolvidas e do contexto internacional político e económico. A vontade de negociar pelas partes

⁴³ Na bibliografia consultada, o termo *peacebuilding* é comumente utilizado com uma conotação geral em relação às esferas de intervenção da ONU, sendo que doravante, quando se refere em *peacebuilding*, refere-se também a *peacemaking*.

⁴⁴ Também se pode referir como *peacebuilding* e *peacemaking* liberal.

⁴⁵ Que servem como plataforma para o início da retirada da comunidade internacional

em conflito, o envolvimento dos atores preponderantes, a resolução dos problemas centrais do conflito, a não utilização de força para atingir os objetivos e o envolvimento dos negociadores, tanto a nível nacional como internacional, para um processo longo são importantes fatores que ajudam a determinar um acordo de paz como sucesso ou não (Darby e MacGinty, 2008).

Atingir um acordo de paz não marca o fim de um complexo conflito civil. O conflito continua a ser gerido através da implementação e da institucionalização dos acordos. Parte integral do processo de paz consiste na reconstrução pós conflito. A rapidez, o formato e as prioridades deste processo têm uma importância significativa para a qualidade e longevidade do acordo. A reconstrução não consiste apenas em reparar os danos físicos, é crucial que se estenda à reparação de relações e comunidade fraturadas. Por outro lado, a globalização e a interdependência⁴⁶ a que assistimos na atualidade é seguida pela necessidade da estabilidade a nível mundial, o que oferece a muitas guerras civis características transnacionais e internacionais. Na mesma medida, os processos de paz têm dimensões transfronteiriças. No panorama estratégico, tanto os países na região do conflito como os países com interesses estratégicos significativos podem considerar os processos de paz como uma oportunidade para estabilizar a região ou então, como uma ameaça a um *status quo* mais apetecível. Assim, os intervenientes políticos estão expostos a eventos externos ao conflito em si que podem alterar a sua intervenção. (Jarstad, 2010).

John Darby e Roger Macgintty (2008) mostram que a análise crítica aos processos de paz contemporâneos revelam três grandes críticas na estrutura e métodos utilizados. A primeira crítica consiste na dificuldade de resolver as causas que geraram o conflito, dando primazia à resolução das manifestações do mesmo. Resolver a manifestação do conflito tem a capacidade de melhorar a vida das populações mas sem resolver a dimensão afetiva⁴⁷ do conflito deixa as fundações para o ressurgimento do conflito em gerações futuras.

⁴⁶ Potencializada pelos mercados liberais e pelo setor energético.

⁴⁷ Esta dimensão do conflito e as atitudes de ódio, preconceito, luto, medo e insegurança são pontos essenciais para a transformação dum conflito violento, que, no entanto, é posta de parte em prol de intervenções mais tecnocráticas ao nível do governo e das instituições.

A segunda crítica feita é de que não existe ligação com a grande maioria dos cidadãos e que as intervenções em apoio da paz apoiadas internacionalmente refletem normas políticas, económicas e culturais Ocidentais nas atividades de reconstrução e de criação de paz. Sendo que os programas de democratização, legislação sobre os direitos humanos, novas constituições e outras reformas refletem as expetativas dos países ocidentais e ignoram as normas indígenas (ibid.).

Por fim, a terceira crítica é de que este processo reforça o poder dos grupos que tinham uma posição armada dominante no conflito e replicam padrões de exclusividade nas relações políticas e sociais, independentemente da sua autoridade para representar a comunidade. Outras vozes sem capacidade de se fazerem ouvir tendem a ser ignoradas. Como resultado, cria-se uma paz conservadora em vez de transformadora (ibid.).

Como referido na presente investigação, os esforços em promover a paz em zonas de conflito, têm sido constantemente acompanhados por uma vertente democratizadora.

Numa transição de guerra para paz, é crucial a criação duma autoridade governamental legítima. No *modus operandi* corrente, o apoio da cidadania é essencial, sendo que tem que ser testado e validado. São poucas as circunstâncias em que o próprio acordo de paz é validado através de plebiscitos⁴⁸⁴⁹, no entanto, a um dado ponto de qualquer processo com sucesso, os negociadores têm que procurar a aprovação local. Existe uma ligação clara entre os processos de paz e o processo de legitimação democrática. Por norma, os tratados de paz entre lados opostos envolvem uma mudança no aparelho do Estado, através de acordos envolvendo os grupos representativos, distribuição de poderes, estruturação territorial, entre outros. Um Estado, obrigatoriamente, precisa de um governo, sendo que também precisa de validar o mecanismo democrático aos olhos da comunidade internacional como condição essencial na assistência pós conflito. (Reilly, 2008).

⁴⁸ Plebiscito consiste na convocação dos cidadãos que por meio de voto, sim ou não, aprovam ou refutam a questão que lhes foi submetida.

⁴⁹ Recentemente, em 2016 o processo de paz entre Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Do ponto de vista internacional, a implementação dum sistema democrático tem o propósito de garantir que o novo regime usufrui de legitimidade em nome dos cidadãos que representa e das políticas que irá definir e executar. De fato, esta legitimidade no pós conflito é essencial para determinar o sucesso, ou o insucesso, do tratado de paz. No entanto, sociedades em pós conflito são altamente marcadas por diferentes conceitos de autoridade e existem grandes divisões do ponto de vista social marcadas pelas hostilidades. Particularmente em torno de divisões étnicas e visões opostas do Estado e da forma de cidadania. A legitimação democrática normalmente ocorre através de eleições⁵⁰, sendo que começa a ser neste passo que os problemas do sistema democrático começam a surgir em sociedades divididas. Isto porque nos deparamos com o desafio de construir um Estado democrático sustentável que funciona sem o envolvimento internacional direto (ibid.).

Uma vez alcançado um nível mínimo de paz e se existir um nível básico de infraestruturas, são realizadas eleições⁵¹, seguidas da passagem de autoridade para o novo governo eleito e da saída física dos atores internacionais. Esta pressão, na dimensão temporal, pode gerar eleições prematuras, criando repercussões que aumentam a possibilidade de deflagrar de novo o conflito. Na maioria dos casos, eleições realizadas imediatamente após o *terminus* do conflito, resultam numa competição entre as fações rivais do conflito, disfarçadas de partidos políticos. Ao servirem de ponto de saída da comunidade internacional e juntamente com a velocidade que se impõe na transição democrática, as eleições prematuras também podem criar situações frágeis, o que diminui o sucesso numa transição para uma democracia sustentável (Reilly, 2010).

Benjamin Reilly (2008) identifica três situações conflituosas em resultado de eleições convocadas apressadamente no pós conflito. A primeira é que eleições prematuras catalisam o desenvolvimento de partidos com o objetivo de colocar as elites locais no poder e prejudicam o desenvolvimento de instituições e partidos políticos com programas políticos definidos e que tendem a agregar a população em vez de continuarem baseados em etnias diferentes.

⁵⁰ Pode ser através de plebiscitos, eleição duma assembleia de constituintes ou uma eleição nacional dum governo.

⁵¹ Por norma, entre o primeiro e segundo ano após o processo ter sido iniciado.

Segundo, devido ao subdesenvolvimento e à divisão existente na maioria das sociedades a sair de conflitos, as eleições expõem os problemas da sociedade, agravando as divisões sociais existentes, dado que a maneira mais fácil para mobilizar apoio para as eleições é apelar aos mesmos problemas que geraram o conflito. No Médio Oriente, eleições que produzam resultados diferentes do que aqueles apoiados pela ajuda internacional⁵² têm sido alvo de contestação, demonstrado a hipocrisia na retórica democrática Ocidental e os desafios que os movimentos radicais podem causar em noções democráticas pluralistas liberais promovidas por operações internacionais (ibid.)

Por fim, existe uma debilidade forte no setor económico que é transversal à maioria das sociedades e que é herança do conflito civil. Consequentemente, os compromissos internacionais de ajuda e as potenciais recompensas esperam o novo governo, tornando assim o acesso ao Estado como recompensa económica. Assim, as eleições tornam-se numa competição económica em que o acesso aos recursos do Estado é o prémio final (Reilly, 2008, 2010)

No entanto, é importante salientar que em certas circunstâncias e em tempo oportuno, as eleições e outras formas de consulta popular durante os processos de paz e democratização podem servir positivamente os dois lados. Tomando por exemplo o caso da Irlanda do Norte⁵³ em 1998, as eleições legislativas resultaram num *power sharing* entre membros pró paz dos lados em oposição. Isto sucedeu não só porque se capitalizou o timing do conflito⁵⁴ mas também porque as «regras do jogo» estavam estruturadas de maneira a promover os pontos de vista moderados em detrimento dos extremistas e a facilitar a competição a nível interno e entre grupos. Da mesma maneira, as eleições sul-africanas de 1994 foram um passo crucial que abriu caminho para a paz. Em ambos os casos, as eleições foram precedidas de vários anos de negociação entre as elites rivais que foram rejeitando referendos antecipados

⁵² Sendo um claro exemplo, a vitória do partido político palestino Hamas nas eleições legislativas de 2006.

⁵³ O conflito da Irlanda do Norte ocorreu durante a segunda metade do séc. XX e consistia num conflito de nacionalismo étnico que opunha a comunidade Protestante e aqueles que se consideravam britânicos aos Republicanos nacionalistas, predominantemente católicos, que queriam uma Irlanda independente.

⁵⁴ Já existiam um desgaste significativo do conflito e um sentimento moderado dentro da comunidade Norte Irlandesa.

para dar primazia a negociações calibradas que foram aproximando os extremos de cada lado do conflito. Após terem sido acordadas matérias territoriais e constitucionais, concordou-se em levar a voto nacional variados assuntos com o propósito de construir uma paz sustentável, tendo resultado numa vitória em favor do compromisso e do processo democrático. Outro caso que merece atenção é o da Nova Caledónia, e da aproximação francesa à democratização e descolonização, que na década de 80 esteve prestes a entrar num conflito civil entre os que apoiavam a continuação da dependência em relação aos franceses e os que lutavam por independência. Após intervenção de forças francesas, o acordo de paz⁵⁵ de 1988 garantia um referendo sobre Acordo de Nouméa da Nova Caledónia após 10 anos. Neste período houve um esforço significativo através de ajudas educacionais e infraestruturais que permitiram sensibilizar a população e aproximar os grupos marginalizados, tendo sido alcançado um resultado em favor ao acordo por 72% da população (Reilly, 2008).

Com base no que foi referido, torna-se claro que numa transição de conflito para paz, no panorama atual, as eleições tem que ser consideradas como início de um processo longo de democratização e não o ponto de saída da comunidade internacional. A antecipação de eleições, antes de existirem as condições necessárias para as mesmas, pode ser pior, a longo prazo, para o processo de democratização do que se não houvesse eleições. As mesmas têm que ser orientadas para promover um sentimento moderado, em vez de extremista, e deve ser evitado a sua antecipação para evitar os perigos da competição política. Essencialmente, as eleições têm que ser vistas como um passo integrado num processo longo em busca dum sistema democrático. (Reilly, 2008)

Nesta busca bipartida por paz e democracia, Anna Jarstad (2010) identifica quatro situações em que tem que ser feita a escolha entre prosseguir com as reformas democráticas ou continuar com os esforços para promover a paz. A autora refere os dilemas como o dilema horizontal, vertical, sistémico e temporal. Estes dilemas resultam da interligação proveniente da transição de

⁵⁵ Este acordo prevê a transferência de poder político de França para a Nova Caledónia até que o território decida num referendo a realizar em 2018 se continua sob a alçada da República Francesa, ou se, se torna num Estado independente.

guerra para democracia, onde existem dois processos diferentes⁵⁶ que se sobrepõem e criam um impasse sobre qual é que se deve dar primazia, sabendo que irá ter resultados adversos no outro processo.

O dilema horizontal consiste na problemática relativa a que grupos devem ser representados nos processos de transição de guerra para democracia. Pelo ponto de vista democrático, a inclusão geral num tipo de *power sharing*⁵⁷ é tão mais democrática quantos mais grupos estiverem representados. Alguns grupos têm legitimidade para exigir poder político após anos de opressão e discriminação. No entanto, quando esta inclusão se estende a grupos violentos, pode gerar efeitos negativos tanto a nível democrático como no que diz respeito aos processos de paz. Em relação aos esforços democráticos, a inclusão pode ser vista como a recompensa pelo uso da violência, indo contra os princípios democráticos, principalmente quando implica amnistia a grupos que cometeram violações dos direitos humanos durante o conflito. Por outro lado, prejudica a paz pois a não inclusão no futuro governo dum grupo rebelde pode aumentar a conflitualidade nas zonas em que o grupo tem mais poder. Ou seja, existe um acréscimo na dificuldade em escolher que grupos vão ser representados, sendo que a inclusão de grupos violentos pode levar a que outros grupos recorram à violência para conseguir algum poder de negociação. Dito isto, o dilema horizontal circula em torno da inclusão, com o objetivo de alcançar uma paz sustentável e uma grande representação, e da exclusão, tendo em mente a democratização a longo prazo. Após chegar a um acordo, para continuar com o processo de democratização e para que o mesmo se comece a enraizar, os atores preponderantes precisam de abandonar os métodos militares em prol da negociação e do compromisso, sendo que os líderes precisam de convencer os seus seguidores a prosseguirem com o desarmamento. Idealmente, também se deveriam abandonar as ideologias de exclusão e prosseguir para um suporte democrático geral e não apenas de natureza étnica, por exemplo (ibid.)

⁵⁶ Por um lado, a transição de conflito para paz e por outro, a transição de um regime autoritário para um regime democrático.

⁵⁷ *Power Sharing* consiste no acordo do político em que diferente grupos formem um governo juntos.

O dilema vertical gira em torno da eficácia e legitimidade. Incide na relação entre as elites e a política das massas. Quando a população está envolvida em todas as fases num processo de paz e quando tem a hipótese de influenciar uma nova constituição é expectável que a legitimidade aumente. Por outro lado, é recorrente que as elites possuam um maior interesse num processo do foro privado, de modo a conseguirem um melhor resultado para o seu lado. Uma das maneiras utilizadas para garantir a legitimidade do processo democrático consiste na realização de referendos a nível nacional. No entanto, a governação pela maioria através de referendos pode aumentar a disparidade e conflitualidade entre a população, levando à necessidade de novos processos de negociação (ibid.).

O terceiro problema, o dilema sistémico, remete para se o ónus do controlo da transição de guerra para democracia deve estar sob a alçada internacional ou sob a alçada local. Na maioria das vezes, para facilitar o processo de negociações e para terminar com o uso da violência é necessário o envolvimento internacional. Esta ajuda no desenvolvimento democrático vem com o objetivo de promover a estabilidade e instituições para a resolução do conflito. No entanto, uma transição de guerra para democracia carece sempre de um forte envolvimento das elites e da população local. O *peacebuilding* contemporâneo por vezes inclui a transferência de controlo dos processos políticos para atores externos, que não são formalmente responsáveis pelos cidadãos dos estados em questão. Nestes casos, o controlo local é fraco, o que, por sua vez, arrisca a paragem ou retrocesso do processo de paz e de democracia, podendo também alienar as populações do ideal democrático. Estes riscos das intervenções internacionais aumentam o apoio por ideais extremistas. No entanto, a implementação dos acordos de paz por vezes precisa de avanços políticos arriscados, que os políticos locais poderiam não efetuar com medo de perder o apoio dos seus constituintes. Neste dilema existem vários prós e contras sendo que, por um lado, o apoio internacional pode ser bastante importante para fortalecer a capacidade local de moderar grupos e de facilitar a democratização, tornando o processo endógeno e aumentando as hipóteses de resultados a longo prazo. Por outro, a ajuda internacional costuma ser bastante específica, principalmente no que diz respeito a fundos monetários, que do ponto

de vista local não são tão urgentes. O envolvimento internacional por sua vez também costuma ser de curto prazo, resultando num aceleração do processo de democratização, que não estando bem enraizado, dificilmente se manterá a longo prazo (ibid.).

O último dilema consiste na dimensão temporal no que diz respeito à disputa entre resultados a curto e a longo prazo na democratização e no *peacebuilding*. O processo de democratização, a curto prazo, pode aumentar o risco de violência e por sua vez afetar o enraizamento da democracia a longo prazo. Do outro lado, o processo de paz pode resultar em algumas restrições nas liberdades democráticas como a liberdade de imprensa e as manifestações, que a longo prazo pode criar descontentamento, tornando-se num obstáculo para a implementação do acordo de paz. Outro fator do dilema temporal consiste nas eleições. Atualmente a legitimidade democrática é assegurada pelas eleições, que além de servirem como ponto de saída para a comunidade internacional, também trazem o fim definitivo ao conflito e selam o acordo de paz. No entanto, as eleições pós conflito costumam ser acompanhadas de violência resultando em resultados que facilmente são contestados. Ao saber que, como consequência dos processos de paz e democratização alguns atores irão perder poderes políticos e controlo sobre determinados recursos, através de ameaças e intimidações, estes atores tentam prejudicar a transição democrática. Sendo que, nos piores casos, pode haver a cessação e a reversão do processo de democratização. Por esta razão, é sugerido que as eleições só ocorram quando existam condições estáveis e instituições democráticas, tornando vital não apressar o processo (ibid.) Do ponto de vista histórico, tem havido um declínio na magnitude e no tipo de destruição presente nos conflitos, tendo vindo a diminuir o número de conflitos entre Estados. No entanto, guerras civis em Estados frágeis e várias formas de conflito de baixo nível são considerados como os desafios primários de segurança na era contemporânea. Primeiro, porque os conflitos violentos constituem uma forma direta e indireta de violação dos direitos humanos. Segundo, porque sociedades instáveis e propícias a conflito representam uma ameaça à estabilidade e segurança internacional (Newman, Paris e Richmond, 2009).

Neste contexto, as aproximações do *peacebuilding* são bastante controversas e contestadas no que diz respeito à efetividade de promover a democracia liberal e uma economia de mercado em estados voláteis e propícios ao conflito. A ausência de *ownership* local e de falta de envolvimento dos atores locais questiona a legitimidade das operações. O foco orientado para uma intervenção a começar pelo topo da cadeia local⁵⁸, em vez duma intervenção orientada para a comunidade cria problemas de sustentabilidade. A negligência da resolução das razões intrínsecas à origem do conflito sugerem que a natureza da paz que está a ser edificada não é totalmente inclusiva e não aborda a dimensão afetiva (Darby e MacGinty, 2008; Jarstad, 2010; Newman, Paris e Richmond, 2009).

Nos últimos anos, o *peacebuilding* internacional, abrangendo o setor de segurança, o desenvolvimento, a assistência humanitária, a governação e o Estado de Direito, tem vindo a desenvolver e a expandir o leque de operações e a abrangência das mesmas, em simultâneo também aumentou o número de atores internacionais envolvidos nestas missões. Devido à natureza e à abrangência das atividades de *peacebuilding*⁵⁹, o *peacebuilding* contemporâneo é comumente tratado como «*Peacebuilding* Liberal». Esta denominação baseia-se na teoria da paz liberal, ou seja na ideia de que sociedades liberais tendem a ser mais pacíficas, tanto nos assuntos internos como internacionais, do que sociedades iliberais. A variante internacional consiste na «Teoria da Paz Democrática»⁶⁰ segundo a qual democracias consolidadas não entram em guerra contra outras democracias, pois além de serem mais pacíficas por natureza e preferirem uma resolução de conflitos negociada existem uma série de restrições institucionais que tornam mais difícil a justificação do conflito armado em detrimento duma solução mais pacífica. A juntar a estas razões, atualmente, dada a forte dependência económica, entrar em conflito tem um forte impacto nas relações económicas (Kinsella e Rousseau, 2009; Newman, Paris e Richmond, 2009).

⁵⁸ Através das elites e da construção de instituições estatais.

⁵⁹ Focando uma ordem democrática e uma economia de mercado juntamente com práticas e valores baseado numa autoridade secular, na construção de instituições estatais, num governo centralizado liberal e no Estado de Direito.

⁶⁰ Abordada no primeiro capítulo desta dissertação.

Países que se governem democraticamente não entram em guerra uns contra os outros, não executam «limpezas étnicas» das suas próprias populações e existe uma probabilidade muito menor de ocorrerem insurreições impulsionadas por motivos étnicos. Estes regimes criam parcerias abertas e duradouras e a longo prazo oferecem climas mais propícios ao investimento. Dada a transparência necessária para o bom funcionamento da democracia, nestes países os acordos internacionais são provavelmente respeitados e a negociação de acordos privados é mais difícil. Como dentro das suas fronteiras são respeitados o Estado de Direito, o direito de propriedade, as liberdades civis e a competição, são os regimes mais propícios para promover uma ordem mundial baseada na prosperidade e na segurança internacional (Newman, Paris e Richmond, 2009).

Este conceito de *peacebuilding* liberal é fortemente contestado no que diz respeito ao modo como é promovido em sociedades fragilizadas e divididas. A grande crítica consiste no conceito de que a democracia liberal, a liberdade dos direitos civis, o valor do mercado, a integração das sociedades na globalização e que a centralidade e secularidade do Estado não são necessariamente aplicáveis. No mesmo contexto, a dimensão da paz liberal e de uma economia de mercados livre não é sempre apropriada para sociedades em conflito ou divididas. Sendo que a democracia e a economia de mercado são forças conflituosas naturais em democracias Ocidentais estáveis, não se pode dizer o mesmo em sociedades voláteis com fraca estabilidade institucional (ibid.). Os mesmos autores questionam se promoção de paz liberal estará simplesmente a ser feita em sociedades incompatíveis com o modelo, ou apenas é preciso garantir que instituições nacionais e fundações estáveis estejam enraizadas na sociedade antes de existir este processo de liberalização (ibid.).

Atualmente, o paradigma de *peacebuilding* internacional centra-se muito na distinção entre os pontos de vista internacionais e locais. Nestes termos surge o risco baseado num *tradeoff* entre as ambições locais e a validação internacional sendo que não existe uma boa comunicação entre os dois lados. Assim, surge o problema de como é que a comunidade internacional deve agir com as elites e comunidades locais sem aceitar práticas e costumes que não

estejam de acordo com as normas internacionais. Por outro lado, fazer experiências sociais pode trazer consequências problemáticas não desejadas. Podemos ter necessidade de repensar as tipologias abrindo a possibilidade de consagração de tipos de *peacebuilding* não liberais, ou então considerar mais amplamente modelos alternativos de políticas, que possam resultar em outros contextos sociais, criando menos problemas para a população local. Isto porque apesar da democracia ser o regime que mais concede liberdades à população e na lógica da Teoria da Paz Democrática ser o sistema que mais contribui para uma ordem de paz e segurança mundial, a especificidade das várias culturas, além da Ocidental, não permite que os resultados se repliquem com os mesmos fins. Paradoxalmente, apesar de ser considerado o regime político mais pacífico na resolução interna e externa de conflitos, o caminho para a democracia é marcado por uma grande conflitualidade.

No capítulo seguinte irá ser explorado o Hibridismo, no contexto do *peacebuilding*, que envolve a mistura baseada no diálogo entre as convenções internacionais liberais e os modelos e práticas locais.

4.3 Democracia no MENA

A região do MENA, de acordo com o Índice de Democracia mundial de 2016, é a região menos democrática do Mundo. Tal como mostra a tabela dos resultados da região no anexo C, dos vinte países considerados como pertencentes da região apenas dois, constituem uma democracia, Tunísia e Israel, quatro encontram-se sob regimes híbridos, Líbano, Marrocos, Palestina⁶¹ e Iraque, sendo que os restantes países contemplam regimes autoritários. Este índice é composto por cinco fatores avaliados de 0 a 10 e avalia: o processo eleitoral e o nível de pluralismo, o funcionamento do governo, a participação política, a cultura política e as liberdades civis da população. De acordo com o resultado os regimes são catalogados como Democracia Plena⁶², Democracia

⁶¹ Nome atribuído aos territórios da Faixa de Gaza e Cisjordânia.

⁶² Regimes em que não só são garantidos as liberdades políticas e os direitos civis respeitados, como também são conduzidos por uma cultura política favorável ao desenrolar da democracia.

Imperfeita⁶³, Regimes Híbridos⁶⁴ e Regimes Autoritários⁶⁵ (The Economist Intelligence Unit, 2017).

No rescaldo imediato da «Primavera Árabe» era alta a expectativa que os resultados da Europa de Leste na década de 90, com o colapso da União Soviética, se replicassem na região, surgindo uma vaga de democratização que viesse alterar a matriz política da região mais autocrática do mundo. Apesar do imediato sucesso da Tunísia em consolidar os movimentos democráticos, tendo sido considerada em 2014 como uma democracia imperfeita, os restantes países ou mantiveram o *status quo*, ou mergulharam em conflitos civis. No entanto, a transição democrática da Tunísia tem sido acompanhada por uma *performance* económica bastante débil, enfraquecendo o ponto de vista tunisino de que uma democracia viria acompanhada de uma situação económica mais favorável. Por outro lado, cria uma necessidade maior de apoio externo que nem sempre é bem visto pela população (Puddington e Roylance, 2017).

No panorama democrático, o Egipto, que inicialmente seguia o mesmo caminho que a Tunísia, voltou para o sistema autoritário em prole da segurança. Apesar de alguns esforços democráticos como as eleições parlamentares, a aplicação de medidas duras no que diz respeito a oponentes políticos e organizações da sociedade civil retirou bastante legitimidade a todo o processo. A Líbia, a Síria e o Iémen estão imersos em guerras civis. Sendo que na Síria, os esforços internacionais para findar a guerra civil têm falhado em melhorar o estado de segurança e de tornar o regime de Assad mais transparente para o público⁶⁶. Como resultado, no Índice de Democracia, o regime de Assad apenas

⁶³ Estes países realizam eleições livres e na generalidade os direitos civis são respeitados. No entanto, existem algumas debilidades significativas noutros aspetos democráticos, como problemas na governação, uma cultura política fraca, ou pouco desenvolvida.

⁶⁴ Nos Regimes Híbridos, existem eleições, só que estão sujeitas a irregularidades substanciais que põe em causa os resultados obtidos, existem falhas graves no funcionamento do governo, na cultura e na participação política. Tende a existir corrupção e o poder judicial é fraco. Por norma costuma haver algum tipo de perseguição aos jornalistas e os tribunais não são independentes.

⁶⁵ Estes países na sua maioria são ditaduras, o pluralismo político não existe ou é quase nulo. Apesar de poder existir alguma forma de instituição democrática, são apenas formalidades que não possuem nenhum poder. As eleições, se existirem, não são livres nem justas. Existem claros abusos de direitos e liberdades civis, e uma repressão constante contra críticas ao governo junto de uma forte censura. O sistema judicial não é independente.

⁶⁶ Pouco tem sido alcançado na Síria, as eleições presidenciais de 2014 que elegeram o presidente Assad para o seu terceiro mandato, com 88,7% do voto popular foram fortemente

é superado pela Coreia do Norte como o país menos democrático do mundo. Os países da região com políticas autocráticas bem estabelecidas têm-se mantido constantes nos últimos 5 anos, não havendo progressos significativos onde existem monarquias absolutas que mantêm a hegemonia sobre o processo de tomada de decisão (Puddington e Royslance, 2017; The Economist Intelligence Unit, 2017).

Na Argélia, os movimentos pró-democráticos nos países vizinhos falharam em servir de catalisadores para providenciar um modelo alternativo convincente ao regime autoritário do presidente Bouteflika. No território líbio, devastado por uma guerra civil que não parece ter fim, o “*vazio de poder, a anarquia e o caos*”⁶⁷ é fonte de grande preocupação e as duas grandes administrações, o governo de Tobruk e o Congresso Geral Nacional, não possuem grande legitimidade democrática. Marrocos, que após o período da «Primavera Árabe» viu o rei alterar o regime para uma monarquia constitucional e transferir alguns dos seus poderes para outros órgãos, é classificado como regime híbrido mas tem vindo a aumentar o seu índice de democracia, com uma maior consciencialização dos direitos civis. Nas eleições parlamentares realizadas em 2016 mais de 20% dos 395 lugares disponíveis foram ocupados por candidatos femininos (The Economist Intelligence Unit, 2017).

O caso do Iraque criou um argumento bastante forte contra a imposição com recurso à força armada de um regime democrático. O país contou com 8 anos de presença das forças armadas americanas e com uma grande ajuda financeira na tentativa de instalar um regime democrático funcional. Apesar de ter tido sucesso na realização de eleições e de ter uma boa participação política, tem o pior valor de funcionamento do governo na região do MENA⁶⁸ e também tem falhado em resolver a grande problemática da divisão de poderes entre as grandes comunidades que caracterizam a sociedade iraquiana⁶⁹. Este mau funcionamento do governo e da democracia foi coadjuvado pela tendência americana em colocar e manter no poder políticos iraquianos que estavam

contestadas pelo Mundo Ocidental, no que diz respeito à sua legitimidade, apesar de terem sido defendidas pelos apoiantes do regime de Assad.

⁶⁷ Entrevista com Dra. Ana Santos Pinto no dia 31 de Janeiro de 2017, pág. A-7.

⁶⁸ Excluindo a Síria, o Líbano e a Líbia que se encontram em guerra civil.

⁶⁹ Os Sunitas, Xiitas e os Curdos.

alinhados na ótica dos interesses americanos, criando um sentimento contra a democracia daqueles que não estão no poder e não vêm *eye to eye* com a ajuda externa (Caryl, 2013; The Economist Intelligence Unit, 2017).

O país mais democrático da região é Israel situando-se em 29º lugar⁷⁰. Nos últimos anos, têm sido feitos esforços para tornar o governo mais transparente para o público, no período entre eleições, mas esta tendência no aumento do índice democrático tem mascarado a disparidade de direitos que existe entre a população judia e a população muçulmana. Apesar de ser o país com o maior índice de democracia da região do MENA ainda tem um regime classificado como Democracia Imperfeita (The Economist Intelligence Unit, 2017).

⁷⁰ Portugal ficou classificado em 28º, apenas um lugar melhor que Israel, com um Índice de Democracia de 7,86.

(página intencionalmente em branco)

5 Hibridismo

O *peacebuilding* contemporâneo, em vez de criar uma paz democrática liberal, com ordens sociais e económicas, levou a situações caracterizadas pela superficialidade democrática das suas instituições políticas e sociais, que por sua vez são concebidas como ilegítimas, restritivas e como experiências de insucesso por aqueles que as experienciam. Tanto as políticas internacionais como locais convergem para uma situação de aparente mudança, que deixa intacta as condições primitivas. O resultado desta política interventiva deixou uma condição híbrida que opõe elementos liberais a iliberais e democráticos a autoritários. Esta coexistência não deliberada em vez duma versão forte de paz assemelha-se mais a um armistício, onde existe uma paz superficial que facilmente pode despoletar um novo conflito (Belloni, 2012).

“À medida que a construção da paz começou a exigir um aumento da dependência do uso da força, os analistas começaram a questionar as motivações e os objetivos da agenda internacional de construção da paz e a viabilidade do modelo liberal de construção da paz nas sociedades não ocidentais afetadas por conflitos.”(Tschirgi, 2014, p. 26)

Apesar do conceito de construção de paz liberal ser pensado para ter uma origem interna, a realidade consiste em estratégias operacionalizadas por intervenientes externos com uma consulta meramente cosmética aos atores locais. Nesta ótica de pensamento, os investigadores críticos começaram a contestar as “*questões normativas e estruturais subjacentes – e não para os desafios operacionais – que afligiam a construção da paz internacional*” (Tschirgi, 2014, p. 26). Como resultado, surge o argumento que este modelo de construção de paz pode almejar no máximo por uma solução híbrida entre a agenda internacional e as dinâmicas complexas dos países em conflito. Recentemente, tem havido um maior entendimento que os processos de construção de paz, em vez de serem algo com resultados garantidos *a priori*, são caracterizados pela sua imprevisibilidade fruto da sua diversidade de contextos locais. Assim surge o hibridismo, que vem contestar a viabilidade do paradigma de *peacebuilding* contemporâneo (ibid.).

O conceito de hibridismo surgiu recentemente na área das Relações Internacionais e nos Estudos para a Paz como resposta aos desafios que a paz liberal criou. Integrando o conceito numa ordem liberal mundial, a paz liberal intensificou a sua influência na área das Relações Internacionais com a queda da União Soviética e o *terminus* da Guerra Fria até ao início do séc. XXI. No entanto, com a chegada do novo milénio, começaram a surgir resultados frágeis nas intervenções, no sentido em que não foram capazes de estabelecer democracias e manter uma paz sustentável, que revelaram o carácter coercivo do *peacebuilding* internacional⁷¹ (Nadarajah e Rampton, 2015).

As intervenções lideradas pelos países Ocidentais têm tido o objetivo de conter e transformar os Estados problemáticos e as suas ordens sociais de modo a que os mesmos se conformem ou não constem como ameaça aos requisitos democráticos, económicos e que respeitem o Estado de Direito (Sisk, 2010).

A paz liberal, como abordado no capítulo anterior, com as suas tendências tecnocráticas e fixação com a construção de mecanismos estatais e institucionais, cria uma paz radical que falha em responder às necessidades do ponto de vista da experiência local e indígena, principalmente em territórios e sociedades afetadas por conflitos. A aproximação atual, baseada na imposição do modelo ocidental de Estado, ignora aqueles que se opõem ao modelo e as categorias subalternas da sociedade, dando primazia aos interesses dos atores preponderantes do conflito e dos intervenientes externos. Este afastamento da formação do Estado cria problemas da legitimidade do Estado e coloca obstáculos à sustentabilidade e avanços do mesmo. Surge assim a necessidade de uma aproximação que contemple a fusão dos interesses internacionais e locais, sendo mais inclusiva e participativa, com origem nas fundações da sociedade, e não no topo, tornando-se assim mais legítima aos olhos dos seus constituintes apesar de se afastar da ideia de paz liberal (Nadarajah e Rampton, 2015).

De fato, a necessidade de originar os processos na base das sociedades é uma necessidade crítica para o problema da legitimidade e para resolver as

⁷¹ Sendo os exemplos mais demonstrativos deste carácter as intervenções ocidentais lideradas pelos americanos do Iraque e Afeganistão no pós 11 de Setembro de 2001.

divisões inerentes da sociedade que o conflito exacerbou. Como diz a Dra. Ana Santos Pinto⁷²: “... as questões que têm sido tidas com maior sucesso são os chamados *people to people programs* em que são comunidades, que são colocadas a funcionar em conjunto para que, seja através de currículos de escolas, através da convivência entre bairros, cidades, que levam as pessoas a conhecer-se, e o conhecer implica que eu não tenha medo do outro, porque eu sei o que é que vem do outro lado.”

É neste contexto que surge o hibridismo, como resposta às debilidades do *peacebuilding* contemporâneo, colocando o assunto de paz na agenda local e no quotidiano, não se reservando apenas às elites da sociedade. Esta aproximação híbrida cria à partida um diálogo entre as aproximações liberais internacionais e as normas iliberais e práticas locais, em vez de se remeter apenas à aproximação híbrida, quando a liberal falha. O registo recente mostra que as configurações híbridas estão a tornar-se no resultado inevitável das intervenções liberais, sendo assim torna-se importante atestar a viabilidade de ser este o molde pretendido à partida, em vez de ser considerado como um obstáculo à criação de paz. Ao mesmo tempo que quer ser um ideal para uma paz sustentável, serve também como ponte entre os níveis locais e internacionais e como meio de garantir autonomia às sociedades (Nadarajah e Rampton, 2015).

“O hibridismo fornece uma nova perspetiva para compreender as relações assimétricas, mas interdependentes entre a gama variada de atores externos e internos envolvidos na construção da paz, ao mesmo tempo que levanta a questão central da legitimidade que se verifica nessa mesma construção.” (Tschirgi, 2014, p.27)

5.1 Governação de Paz Híbrida

Os esforços internacionais para promover um regime democrático e uma paz sustentável têm-se deparado frequentemente com pontos de vista contrários por parte das sociedades onde as intervenções são realizadas. Tanto os atores domésticos como os internacionais acabam por ter que entrar no processo de

⁷² Entrevista no dia 31 de Janeiro de 2017, pág. A-5.

negociação em que cada lado tenta implantar os seus valores, normas e práticas. Este processo resulta numa condição de paz híbrida em que elementos contrários coexistem num contexto em que a violência tem uma grande influência e desempenha um papel importante. O nível de hibridez entre as normas liberais e iliberais é representado na figura seguinte, por Jarstad e Belloni, em que no extremo liberal encontramos o Estado Westefaliano, que é utilizado no atual conceito de transição de guerra para democracia como o ponto final a atingir. No extremo iliberal está representada a captura do Estado por parte fações ou indivíduos que resulta na criminalização do Estado, onde as instituições estatais são exploradas para o seu próprio bem, em detrimento da restante sociedade. Entre os dois extremos existe uma série de condições híbridas⁷³ que vão buscar certas caraterísticas de ambos os lados do espectro (Jarstad e Belloni, 2012).

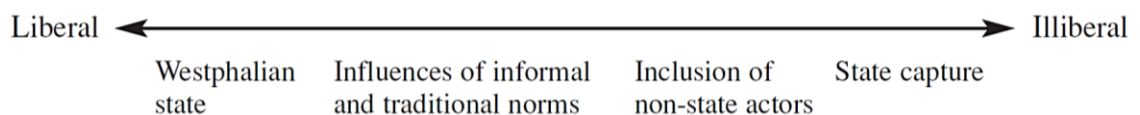


Figura 8 - Espectro híbrido da liberalidade na construção de paz

Fonte:(Jarstad e Belloni, 2012, p. 2)

Outro fator relevante que caracteriza as fases de transição de guerra para paz é a violência, sendo que pode influenciar direta ou indiretamente o período de transição. Na análise do espectro, Jarstad e Belloni identificam uma continuidade que começa com a guerra civil, passa pela ocorrência de conflitos violentos localizados até chegar à monopolização da força por parte do Estado (ibid.).

⁷³ Desde a inclusão de “senhores da guerra” nas instituições estatais, até à influência informal e tradicional dos atores locais, como por exemplo as sociedades religiosas.

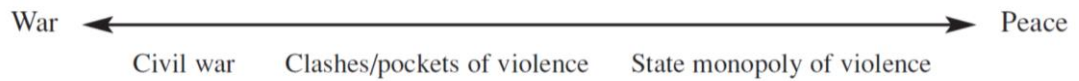


Figura 9 - Espectro híbrido de violência na construção de paz

Fonte:(Jarstad e Belloni, 2012, p. 2)

Os mesmo autores combinaram os dois espectros da dimensão liberal e da violência para atingir uma matriz de quatro categorias, representadas na figura seguinte.

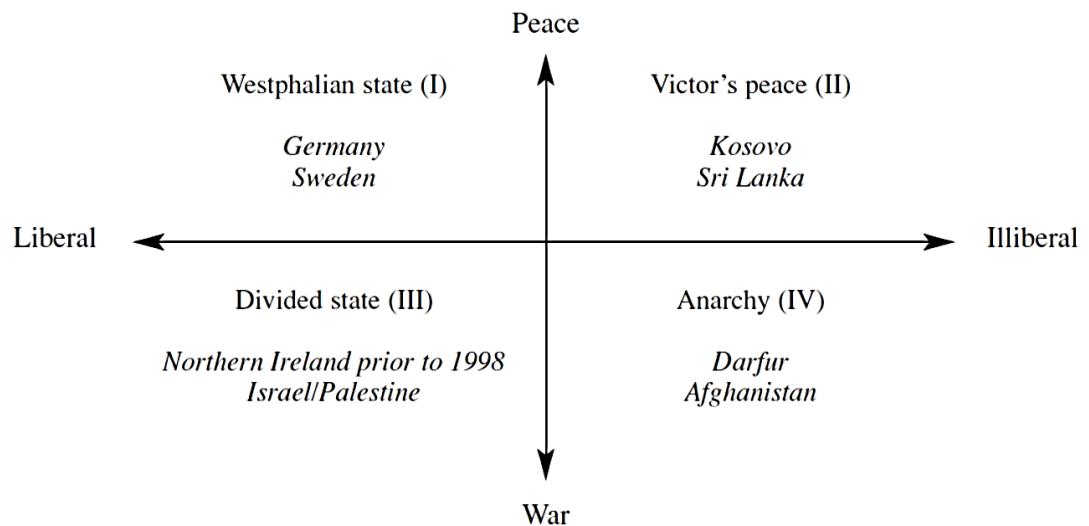


Figura 10 - Exemplos de Governação de Paz Híbrida e Liberal

Fonte: (Jarstad e Belloni, 2012, p. 3)

A primeira categoria consiste numa governação baseada na teoria da paz liberal contemplada de acordo com o modelo do Estado Vestefaliano que combina os valores democráticos com as normas liberais. Este método ideal é encontrado na maioria dos Estados Ocidentais no entanto encontra-se materializado em sociedades que não surgiram, ou que tiveram pouco contato, com o contexto pós guerra (ibid.).

As três categorias restantes representam diferentes níveis de governação de paz híbrida. A situação referida como a paz do vencedor é o tipo de

governança de paz híbrida mais frequente, onde a situação de paz pode ser descrita como um processo de tréguas, no qual existe uma predominância de normas, instituições e práticas iliberais. Nesta situação podem existir instituições liberais e democráticas, no entanto o cenário político, económico e social é marcado por elementos iliberais. A condição de paz é atingida, não pela aceitação legítima de quem governa por parte da maioria, mas pela derrota decisiva da oposição, no entanto, mantêm-se a possibilidade de se iniciar um novo conflito. A terceira situação é caracterizada pela existência de instituições, que de certa forma são consideradas liberais, que coexistem com vários graus de violência. Este tipo de Estado dividido é espelhado nos casos da Irlanda do Norte antes dos Acordos de 1998 e no caso Israelita e Palestino. Por fim, a última categoria reflete a situação anárquica nos cenários em que o *peacebuilding* resultou numa maioria de instituições iliberais envolvidas num contexto de guerra, com grandes níveis de violência (ibid.).

A governança híbrida é caracterizada pela conjunção das práticas formais relativas à governança de paz liberal com normas que vão contra os princípios liberais. Em contraste com a paz liberal, a governança híbrida pode conter instituições informais que são baseadas no poder hereditário, étnico ou tradicional. Na mesma perspetiva, como atores da governança liberal estão incluídos os políticos, uma sociedade civil aberta, a imprensa livre, a polícia e os tribunais independentes, enquanto a governança híbrida reconhece poder a outros atores, como os chefes locais, instituições religiosas e tradicionais, grupos rebeldes e “senhores da guerra”. No que diz respeito aos valores liberais, a meritocracia⁷⁴, o Estado de Direito, a transparência do governo e os direitos humanos são conjugados, ou ignorados, com os valores iliberais do poder autoritário, o patrimonialismo⁷⁵, as ordens religiosas e a conceção de que os direitos internacionais são secundários à soberania do Estado (Belloni, 2012).

Enquanto o *peacebuilding* contemporâneo promove a paz e as normas liberais, a estabilidade tende a ser priorizada. Como refere Reis⁷⁶: “*cada vez mais os atores externos, nomeadamente os ocidentais, estão mais interessados em*

⁷⁴ Ideologia governamental onde o mérito é o critério de promoção para atingir posições de topo.

⁷⁵ Atribuição a um Estado que não faz diferença entre o foro privado e o público.

⁷⁶ Em entrevista no dia 9 de Fevereiro de 2017, pág. B-3.

pacificar a situação e menos em democratizar, embora também não seja completamente assumido, mas acho que apesar de tudo se pode dizer que parece haver essa tendência, para dar primazia a essa pacificação”

Esta primazia pela estabilidade resulta num envolvimento com atores e instituições iliberais o que, mesmo inadvertidamente, promove e reforça os valores iliberais. A transmissão das normas liberais são restringidas pela postura dos atores locais devido à falta de representação e da capacidade de influenciar os seus constituintes (Zahar, 2012).

Outro fator que realça a governação híbrida é a divisão dentro dos intervenientes externos. O envolvimento de Estados não liberais como a China e a Rússia mostram que não se trata apenas de uma divisão entre a comunidade local e internacional. A crescente influência e participação de poderes internacionais não liberais contribui para uma hibridização da situação doméstica, havendo assim uma maior mobilização contra as intervenções liberais dos outros atores internacionais (Höglund e Orjuela, 2012).

Por um lado, existe a possibilidade de que uma governação híbrida possa reforçar sistemas políticos e sociais classificados com feudais, sexistas e patriarcais⁷⁷, no entanto, na perspetiva dos autores referidos, a condição híbrida é aquela que proporciona a maior estabilidade e legitimidade aos processos de paz, algo que o *peacebuilding* contemporâneo tem falhado em estabelecer. Neste contexto, o conceito de Governação de paz híbrida deve ser considerado como mais do que a solução a adotar em torno das limitações do *peacebuilding* liberal, tornando-se no ponto de partida para uma resolução eficaz.

O surgimento da governação de paz híbrida é explicado por quatro linhas de investigação.

A primeira é baseada na proposta de Barnett e Zürcher (2009) que sugerem que esta condição híbrida se deve à interação entre atores domésticos e internacionais e as suas agendas conflituosas. Na implementação dos processos de paz, a comunidade internacional com a vontade de impor os

⁷⁷ Sociedade ou Governo controlado por homens.

elementos do *peacebuilding* liberal, vê-se obrigada a comprometer-se nas suas ideias, fazendo assim um jogo de ideais em que o resultado mais comum é a mera transferência das normas dum Estado Liberal democrático, deixando por reformar as instituições informais e as redes normativas intrínsecas da sociedade. No período de intervenção, os atores externos alteram as suas aspirações com base na realidade local, podendo até priorizar a estabilidade sem qualquer reforma, o que resulta num fracasso do ponto de vista liberal.

A segunda linha de investigação baseia-se num maior entendimento dos detalhes específicos a cada caso. Assumindo que cada caso é um caso, existe a possibilidade dos processos de paz produzirem resultados diferentes. No entanto, teoriza-se o processo como um caminho dinâmico em que não há maneira de reverter o resultado, ou recuar a um ponto anterior do caminho, uma vez que tenha sido tomada uma decisão. À medida que se desenrola um certo processo, políticas alternativas que inicialmente pareciam alcançáveis começam a ser descartadas como possibilidade (Boas, 2008). A lógica desta teorização cria a dúvida sobre a possibilidade da existência de fases críticas que possam ser manipuladas com o propósito de forçar um resultado específico desejado. Colocando o foco no *timing* e em sequências específicas dos processos de paz, esta linha de investigação apoia-se também no dilema temporal que foi identificado no capítulo anterior por Jarstad. No processo interventivo, os atores externos deparam-se com os dilemas já identificados, por sua vez, a resolução dos mesmos passa pela gestão de prioridades onde cada escolha vai marcando o caminho delineado, abrindo espaço para uma nova oportunidade em detrimento de outras. Num processo marcado pelo forte controlo e intrusão da comunidade internacional, é possível alcançar um sucesso relativo a curto prazo mas, a longo prazo, irá prejudicar a apropriação local do processo de paz. No entanto, se ao processo for atribuído uma forte primazia às iniciativas locais, o processo pode ter poucos resultados a curto prazo e, com um progresso lento, torna-se mais difícil manter o envolvimento internacional (Belloni, 2012).

A terceira teoria tenta relacionar o surgimento da condição híbrida com a utilização de medidas recompensadoras e sancionadoras por parte da comunidade internacional na sua relação com os atores locais. Ao fazer a

distribuição de recompensas através da colaboração com os esforços e as atividades de implementação da paz liberal e sanções para a não complacência com o processo, os atores internacionais criam uma reciprocidade forçada e um padrão de negociação entre os grupos locais e uma competição interna pela disputa das recompensas internacionais. Por um lado, serve de incentivo para o poder do processo de liberalização, mas por outro, pode criar a capacidade o sentimento de resistência contra a paz liberal, abrindo caminho para formas alternativas de governação. Existe uma dinâmica complexa por parte das fações do conflito em perseguir os seus próprios objetivos através das ações dos atores externos, o que cria o desafio de regular a tentativa da manipulação da ajuda externa face as aspirações individuais das partes dos conflitos (Griffiths e Barnes, 2008).

Por fim, a última linha de investigação consiste numa crítica que realça o carácter exaustivo dos esforços internacionais que se focam na construção de instituições estatais com resultados considerados contraproduativos. Nesta modalidade dos cenários interventivos, revela-se a capacidade internacional de coerção, de falta de consentimento e a priorização dos interesses elitistas em detrimento dos interesses da maioria. A construção externa de instituições estatais centralizadas com base no modelo Vestefaliano, à custa das necessidades da população, torna todo o processo superficial, sendo que falha em corresponder às expetativas da população. Enquanto a criação de mecanismos democráticos⁷⁸, e a existência de direitos abstratos do cidadão pode aparentar um processo legítimo no quotidiano das sociedades Ocidentais, a realidade num contexto não-Ocidental e num cenário pós-conflito é de que o Estado torna-se irrelevante para a proteção das necessidades básicas e não é capaz de resolver as ameaças à dignidade humana que provêm da marginalização económica e social presentes nas regiões em conflito. O afastamento das necessidades da maioria da população cria um incentivo contra o apoio da paz liberal, abrindo assim caminho para uma governação híbrida (Richmond, 2011).

⁷⁸ Como eleições, parlamento, governo, imprensa livre e um poder judicial formalmente independente.

5.2 Hibridismo vs. Governação de paz híbrida

Do ponto de vista conceitual, é essencial fazer a distinção entre hibridismo e governação de paz híbrida. Apesar dos conceitos se misturarem, são conceptualmente distintos. Ambos os casos resultam do confronto entre a ideologia liberal do Estado moderno e do ponto de vista internacional com as práticas, normas e conceitos das sociedades locais.

Os conceitos compreendem dinâmicas complexas e paradoxais no que diz respeito aos sistemas políticos e a procura da paz. De certa forma, estas duas óticas de contestação à política internacional dominante procuram reconstruir o entendimento liberal de emancipação ⁷⁹. Simultaneamente, caracterizam-se pelo reconhecimento de moldes alternativos no que diz respeito à identidade das instituições, culturas, costumes, economia e sociedade. Esta oposição à arquitetura da paz reúne, num clima tenso, os atores globais, regionais e locais (Boege, Brown e Clements, 2009).

O conceito de governação de paz híbrida surge da contestação reativa da intervenção liberal. Neste caso, os padrões e moldes adotados pela comunidade internacional na construção de paz e do Estado, sendo que na ótica da paz liberal a construção do Estado é parte integrante do *peacebuilding*, deparam-se com as práticas históricas, costumes e normas locais, religião e com a sociedade civil que resistem localmente e adaptam os aspetos sociais e políticos face à realidade da intervenção da paz liberal. Isto quer dizer que o conceito de híbrido surge como resposta e contestação às instituições e alterações que a comunidade internacional introduziu, forjando uma governação de paz híbrida (Richmond, 2015).

O hibridismo, por sua vez, deve ser considerado como a rede conceptual que representa as complexas dinâmicas de poder e a multiplicidade de identidades que estão presentes ao nível local, regional e internacional. Ou seja, como rede conceitual é o molde híbrido, que contempla o nível endógeno e exógeno, sobre o qual o processo de paz se irá basear. Deste modo, permite fazer uma distinção mais clara entre a construção do estado e a construção de

⁷⁹ Referindo-se à noção de que o indivíduo é constituído de direitos de propriedade, humanos, comércio livre e democracia.

paz, realçando a complexa relação entre paz e governação. Pode ser concetualizado como a evolução das práticas intervencionistas por parte do mundo desenvolvido liberal, com o objetivo de findar conflitos e simultaneamente, manter a legitimidade do sistema internacional e da perspetiva liberal. Ao mesmo tempo que fortalece o poder e a autoridade local, junta as perspetivas conflituosas internacionais (ibid.).

Como alternativa concetual ao *modus operandi* da comunidade internacional, o projeto híbrido, onde o poder está materializado e circula pelos seus coinstituentes, cria uma variedade de dilemas, derivado das diferenças existentes ao nível dos interesses estratégicos, das normas diplomáticas, da cultura e identidade local e da perspetiva do sistema internacional.

Um processo híbrido positivo passa por uma resolução gradual destes dilemas, através do ponto de vista de quem se encontra a viver os mesmos, em vez de se originar dum processo engendrado internacionalmente. A falta de apropriação local resulta numa paz híbrida negativa que se baseia num sistema político de governação de paz híbrida pois dá-se maior importância às preferências da comunidade internacional, aos elitismos locais e porque torna as estruturas de poder bastante localizadas. Uma aproximação híbrida positiva, também passa por encontrar o ponto de equilíbrio entre o que é consentido pela maioria, o que não é contaminado pelo poder, o que é emancipatório e o que é o quotidiano da sociedade. No entanto, esta aproximação que dá primazia à paz não deve considerar como formas híbridas de paz as estruturas opressivas económicas, políticas, militares e sociais (Boege, Brown e Clements, 2009; Richmond, 2011, 2015)

O modelo híbrido positivo, em teoria, consegue resolver o problema central da legitimidade que o atual modelo encontra na construção de paz, através do compromisso entre os atores envolvidos. O processo tem que ser capaz de resolver a disputa entre as normas e a concetualização local de paz e os padrões internacionais. Partindo dum processo devidamente mediado e contextualizado, surge uma formação de paz legítima aos níveis locais, estatais e internacionais. De modo a atingir tal resultado, deve se afastar do favorecimento elitista e dar primazia a práticas que englobam o grosso da

comunidade. Um processo com sucesso materializa-se na capacidade de resolver os fatores intrínsecos do conflito, atender às necessidades da população, num melhoramento contextual dos direitos humanos e na criação de estruturas políticas e sociais que sejam abrangentes e pró reconciliação, tanto a nível endógeno como a nível exógeno, facilitando assim a ajuda internacional e a evolução gradual e a longo prazo das normas locais.

De acordo com Tschirgi (2014), existem duas razões pela qual o hibridismo tem recebido maior atenção no conceito de construção de paz. Por um lado reconhece a multiplicidade e diversidade de contextos inerentes a cada sociedade à medida que as mesmas se integram no projeto internacional de *peacebuilding*. Algo que tem sido negligenciado pela comunidade internacional que supõe que “*que as sociedades afetadas por conflitos são tabula rasa que estão abertas a modelos de paz externamente induzidos*” (2014, p. 28). O hibridismo valoriza a existência de ordens internas derivadas de poder e legitimidade. Por outro lado, o hibridismo reconhece a necessidade de integrar os esforços de paz liberal externos com os atores nacionais, sendo estes últimos os mediadores. Como Pinto⁸⁰ refere, “*a democracia enquanto regime político só funciona se as comunidades políticas às quais se dirigirem a assimilaram, porque um regime político não é imposto, um regime político pode ser apoiado.*”

Como ponto de partida para operacionalizar novas teorias sobre como se proceder à construção de paz, o hibridismo liga o *peacebuilding* diretamente à construção do Estado, fazendo uma clara distinção, ao mesmo tempo que contesta internamente a perspetiva local e externa dos parâmetros da construção do mesmo (Aguirre e Borgh, 2010).

Este conceito revela uma necessidade de maior colaboração e diálogo entre os intervenientes externos e internos. No entanto, também implica que as relações nos processos de *peacebuilding* deixem de ser simplesmente reduzidas ao nível de doadores internacionais *versus* recipientes locais. Sendo que devem passar a ser considerados como uma negociação política entre uma

⁸⁰ Em entrevista no dia 31 de Janeiro de 2017, pág. A-1

multiplicidade de agendas num espectro que vai desde os atores internos aos externos (Lidén, MacGinty e Richmond, 2009; Tschirgi, 2014).

Como o modelo de reestruturação do Estado tem que ter origem interna para ser legítimo, a comunidade internacional em vez de tentar impor os seus moldes Ocidentais, deve tentar influenciar a ordem política no sentido de formar comunidades políticas que se integrem no modo de vida local. Deste modo torna-se mais real uma apropriação do processo de paz em detrimento duma apropriação forçada dos ideais externos (Boege *et al.*, 2009).

Na ótica de reenquadrar as práticas que têm vindo a moldar o *peacebuilding* contemporâneo, o hibridismo, como processo de construção e não apenas como resultado, pede uma alteração ao paradigma, passando duma liderança externa dos processos para uma negociação aberta e contínua que seja conduzida a partir de dentro. Esta mudança tem que ser dinâmica, sendo sensível a cada conflito, onde os resultados não são determinados á partida (Tschirgi, 2014).

Estes processos *“implicam que nós não temos o resultado como caracterizável á partida, porque é um regime que está em construção e que se vai consolidando por si mesmo. Isto implica que haja de fato essa interação e um processo de mudança e de dinâmica”*⁸¹.

Na perspetiva académica, as políticas e normas do *peacebuilding* contemporâneo têm sido dominadas por académicos Ocidentais. No resto do Mundo, a construção de paz tem sido um campo que não é aprofundado, o que faz com que não seja dado peso a outras teorias que não estão de acordo com a norma Ocidental e resulta numa pequena quantidade de estudos académicos locais dos países em conflito. Esta falta de estudos académicos resulta numa ausência de voz por parte de países em conflito nas discussões sobre *peacebuilding*. O hibridismo como método de construção de paz precisa de ser investigado empiricamente. Baseado na interação das normas em conflito, é necessário a análise de agendas e estratégias dos vários atores para que se possível verificar os esforços que contribuem para resultados sustentáveis. Além

⁸¹ Entrevista com Dra. Ana Santos Pinto no dia 31 de Janeiro de 2017, pág. A-10

da análise sistemática, também precisa de mecanismos onde seja possível fazer a reunião dos atores locais e externos de modo a alcançar um quadro interventivo comum (Boege *et al.*, 2009; Tschirgi, 2014).

5.3 Mecanismos híbridos

O hibridismo reflete um maior potencial para a consolidação de processos de paz na realidade local de regiões em conflito. Isto significa uma maior necessidade por parte da comunidade internacional de desenvolver um contexto sensível nesta ótica e para o afastamento da singularidade que é o modelo de Estado na tradição Vestefaliana (Jarstad e Belloni, 2012).

Na transformação do conflito, é necessário que existam capacidades internas de modo a gerir as tensões recorrentes do conflito e transformá-las em oportunidades de reforma e de mais inclusão. De modo a suportar este desafio, a ajuda internacional deve servir como mediadora e facilitadora, a fim de ajudar os países a construírem estas capacidades. Ao fazerem a mediação entre as normas internacionais e as práticas locais para a gestão do conflito, baseada num apoio que favoreça a apropriação local e as capacidades nacionais, é mais provável que o processo seja mais inclusivo e que conte com maior atuação local (Kumar e la Haye, de, 2012).

Em parte, este processo já se começa a desenvolver, tomando como exemplos recentes esforços por parte da ONU (Kumar e la Haye, de, 2012) e com a consagração do grupo G7+⁸² como agência para a construção local de processos de construção de paz. No entanto, para a comunidade internacional, principalmente a ONU, a combinação com as normas locais⁸³ pode criar conflitos com os direitos humanos internacionais (Belloni, 2012).

⁸² O grupo G7+ “*Goodbye Conflict, Welcome Development*” é uma organização intergovernamental de caráter voluntário com o propósito de juntar países que estejam a passar por conflitos ativos, ou que os tenham experienciado. Surgiu com o âmbito de facilitar a partilha de boas práticas no que concerne o *Peacebuilding* e a construção do Estado, promover a necessidade de haver um *ownership* local na criação dos processos e para advogar reformas nas políticas de envolvimento internacional nos seus países membros.

⁸³ Primariamente no que diz respeito aos direitos das minorias e das mulheres.

Um dos mecanismos que tem ganho maior relevância nos últimos anos tem sido as *Infrastructures for Peace*⁸⁴ (I4P), que consiste em aproximações cooperativas baseadas no diálogo e em meios não violentos de modo a desenvolver mecanismos institucionais, engendrados a cada país e à sua cultura específica, de modo a gerir a nível local e nacional a prevenção do conflito e de um novo eclodir da violência na região. Ou seja, as I4P são definidas pela rede de capacidades, recursos, mecanismos e instituições que têm os objetivos de construir relações políticas e sociais dentro duma sociedade dividida pelo conflito e de impedir uma recaída para um conflito violento (Giessmann, 2016).

Nos últimos anos, o *United Nations Development Programme*⁸⁵ (UNDP) tem tentado estabelecer e consolidar estas infraestruturas em cerca de 30 países. Reconhecendo que as intervenções externas na melhor das hipóteses colocam em *standby* os conflitos se não forem acompanhados de processos endógenos de mudança, este braço político da ONU tem vindo a aumentar o apoio nas I4P de modo a prevenir conflitos e a promover o desenvolvimento local (Kumar e la Haye, de, 2012).

As I4P tornam-se essenciais nos processos de *peacebuilding* pois têm grande poder na fase inicial de transição do conflito. Servindo como plataforma de negociação e de fortalecimento dos mecanismos institucionais e das capacidades operacionais do Estado, permite uma maior participação e colaboração, pelo menos temporária, baseada nos interesses mútuos das partes conflituosas. Esta plataforma pode e deve ser aproveitada para explorar alternativas não violentas e para estabelecer o processo de criação dum Estado legítimo (Giessmann, 2016).

De acordo com a tipologia das I4P, as aproximações que comecem pela base das sociedades em vez do topo são componentes críticas das infraestruturas nacionais e constituem um ponto forte no que diz respeito à legitimidade do processo. As iniciativas baseadas na sociedade, como os

⁸⁴ O I4P formou-se no Quênia, em 2010, quando catorze países africanos se juntaram para desenvolver uma definição de infraestruturas e de dinâmicas para promover a construção de paz.

⁸⁵ O UNDP é a rede de desenvolvimento global das Nações Unidas que se esforça por promover a mudança e a interligar os países através do conhecimento, da experiência e dos recursos.

movimentos dos direitos das mulheres, a advocacia e mediação interna por parte de grupos não governamentais como as instituições religiosas, são consideradas como atores influentes e credíveis nos seus respetivos países. Estas entidades, sendo mais inclusivas, oferecem uma voz participativa no diálogo a comunidades que possivelmente não fariam parte do processo tradicional de construção de paz, é assim criado uma maior espaço político para o diálogo e cooperação (ibid.).

O aproveitamento da experiência internacional, juntamente com uma maior entendimento que os processos endógenos trazem melhores resultados, tem permitido combinar as competências internacionais de modo a ajudar a criar uma apropriação local que coloca uma maior responsabilidade no governo e na sociedade civil local para fazer a prevenção de conflitos (Kumar e la Haye, de, 2012).

Através dum melhor entendimento das características intrínsecas aos processos de paz, o UNDP consegue especificar e melhorar as I4P, entendendo as mesmas como processos estruturais necessários para a restauração e manutenção das relações sociais e de modo a promover um ambiente de paz sustentável. Nesta ótica, as I4P transcendem a divisão existente entre aquilo que é concetualizado e o que é materializado através do seu papel de suporte local, servindo de plataforma para uma disputa participativa e pacífica sobre a arquitetura do processo a seguir, em rumo a um governo legítimo e uma paz sustentável (Giessmann, 2016).

Tendo já obtido resultados no Nepal, Gana, Quénia, Tailândia, na região do MENA também tem dado provas de que uma aproximação híbrida baseada numa cultura de apropriação local tem maior capacidade de se sustentar. Naquele que foi o processo de transição democrático da Tunísia, existem vários exemplos de mecanismos institucionais e locais que foram criados de modo a prevenir que o processo de transição sofresse retrocessos e que diminuísse o potencial conflituoso após várias crises políticas. No rescaldo do período revolucionário da Tunísia, o UNDP ajudou o novo regime a criar modelos políticos locais e diálogos sociais, oferecendo assim uma voz mais forte no processo constitucional e do novo governo a fações políticas e à sociedade civil.

A formação do Comité Consensual dentro da Assembleia dos Constituintes e a criação dum diálogo nacional permitiu, por um lado, que as decisões fossem tomadas com base no consentimento inicial dos 22 representantes no Comité, podendo as decisões serem adotadas ou rejeitadas pela Assembleia. Este Comité era adjuvado de especialistas e consultores civis pertencentes ao UNDP e permitiu que fossem alcançados vários compromissos que viriam a constar como parte integrante da nova constituição. Por outro lado, o diálogo nacional permitiu fazer a ponte entre aqueles que criam um governo baseado na decisão maioritária e aqueles que almejavam um governo que funcionasse na base do consentimento. Como resultado do diálogo, alcançou-se um fim à estagnação política que se vivia e abriu-se o caminho para os processos eleitorais, governamentais e constitucionais (Giessmann, 2016; UNDP, 2013).

O diálogo nacional tunisino foi crucial para quebrar o impasse político através da criação dum fórum onde todos os partidos políticos tinham voz, o que permitiu atingir-se um acordo para o processo de transição vindouro. Além da criação do fórum, o diálogo também estabeleceu um governo provisório de transição, um comité eleitoral para supervisionar as futuras eleições e um compromisso entre as perspetivas dum governo eleitoral ou de consenso. No geral, as I4P na Tunísia, juntamente com os mecanismos institucionais e os mecanismos não-institucionais baseados no consenso foram conjugados com êxito no processo constitucional e na transição democrática. O processo de transição teve sucesso imediato devido à flexibilidade dos partidos em reconhecer a necessidade de chegar a um compromisso e à pressão dos atores civis e ao papel dos mediadores internos⁸⁶. A comunidade internacional, principalmente através do UNDP, facilitou a experiência, organização e consultação nas questões principais de foco nacional (ibid.).

Na emergência do conceito híbrido e a consciencialização do seu potencial para fortalecer a resolução de conflitos, o hibridismo tem despoletado várias reações no panorama internacional, onde por um lado é visto como um benefício para construir um processo sustentável com apropriação local baseado

⁸⁶ A intervenção da sociedade civil tornou-se essencial devido à vontade de intervir, que foi facilitada por processos e mecanismo nacionais, quando o processo político estagnava.

na inclusão da população, e, por outro lado, é visto como um retrocesso das normas liberais e da responsabilidade dos atores internacionais em ajudar as populações. Nesta formulação pós-liberal, o desafio consiste na reforma institucional e na alteração local do paradigma do papel do Estado e da soberania territorial, bem como na resolução das divisões sociais que foram criadas pelos conflitos. Na região do MENA, um processo com sucesso não se materializa apenas na construção eficiente do Estado, nem apenas na representação da vontade e aspirações da maioria, passa também pela reconciliação dos vácuos sociais existentes espalhado por territórios e soberanias disputadas (Richmond, 2015).

Naquela que é a região mais autocrática do mundo, o hibridismo pode surgir como o mecanismo que coloca na mesma mesa a vontade internacional e os atores preponderantes da região de modo a alcançar uma estratégia inicial para responder à vontade da população, exibida pelas manifestações da «Primavera Árabe». No caos espalhado pela região, com a Síria, a Líbia e o Iémen destruídos por conflitos civis, o conflito ancestral que separa os sunitas e os xiitas, a influência crescente dos curdos iraquianos, sírios e turcos, a luta contra o terrorismo de matriz islâmica, as aspirações de um Estado Palestino que estão em decadência e a rivalidade entre os grandes atores da região, nomeadamente a Arábia Saudita sunita e o Irão xiita, a comunidade internacional tem de ser capaz de arranjar modelos de intervenção alternativos ao modelo puramente liberal que se baseia no conceito Ocidental de como um Estado deve funcionar. Como resposta a este desafio surge o conceito de hibridismo em que o objetivo passa por dar voz a todos os atores envolvidos e através de mediação e facilitação por parte da comunidade internacional, de modo a consolidar uma solução legítima a longo prazo que tenha uma base endógena.

6 Conclusões

Desde a segunda metade do século XX, o regime democrático e a economia de mercado têm emergido no Mundo Ocidental. O colapso do Bloco Comunista, na última década do mesmo século, catalisou a proliferação do sistema democrático. Na comunidade Internacional, devido à natureza mais pacífica com que as democracias atuam na resolução de conflitos e sendo o sistema que oferece maiores garantias no que diz respeito aos direitos fundamentais do Homem, o sistema democrático tornou-se no modelo a adotar nos processos de paz em sociedades numa situação de pós conflito.

Na tentativa de replicar uma ordem mundial liberal, a ideia de que a democracia, do ponto de vista Ocidental, é um modelo facilmente exportável e aplicável de imediato em todas as regiões do Mundo, viu nas sociedades em que os conflitos violentos e regimes opressivos marcavam o dia-a-dia das comunidades, interesses diferentes. A aproximação coerciva, relativa à implementação do sistema democrático, criou uma forte resistência local contra a intervenção Ocidental. A falta de apropriação local e de um processo endógeno e a não complacência com os costumes e a especificidade de cada cultura resultou numa intervenção Ocidental, que orientada para as elites das sociedades e ignorando as populações, estabeleceu mecanismos liberais superficiais e uma situação de paz híbrida. Nestas sociedades, o liberal e o iliberal e a paz e violência materializam-se não como o resultado concetualizado, mas como fruto da política liberalista da comunidade internacional e da resistência local.

Num mundo cada vez mais globalizado e numa economia mundial dependente da estabilidade, a região do MENA surge como um grande desafio para a comunidade internacional, devido à sua enorme importância estratégica no setor energético e à forte presença terrorista na região. Após um grito de democracia em vários países da região na sequência das revoltas Árabes de 2011, a região mais autocrática do mundo conta apenas com duas democracias, Israel e Tunísia.

Ao longo dos últimos três capítulos, a investigação foi orientada com o intuito de responder à pergunta de partida.

No terceiro capítulo foi realizada a caracterização da região do MENA. Após a rápida proliferação do Islão no século VI d.C. e até ao século XVIII, a região foi dominada na sua maioria por líderes Muçulmanos. A cultura árabe e muçulmana rapidamente se propagou pela região tendo inclusivamente chegado a vários pontos da Europa.

No advento dos impérios Britânicos e Franceses, a zona desde Marrocos até ao Egito começou a sentir a presença colonialista imperial das potências europeias. Por outro lado, a zona do Médio Oriente manteve até ao final da Primeira Guerra Mundial a soberania muçulmana, materializada no Império Otomano que durante seis séculos foi o principal poder da região. Além das práticas e costumes que deixou, ao ser o principal opositor do poderio Europeu deixou impressa na sua sociedade uma cultura anti Ocidente.

Com a desintegração do Império Otomano e a separação geopolítica dos territórios do Médio Oriente tratada nos acordos de Sykes-Picot, a região passou a estar sob controlo do Mundo Ocidental. Após o fim do colonialismo europeu e do início do confronto entre o Capitalismo Americano e o Comunismo Soviético, o *status quo* do poder na região do MENA passou a ser controlado por ditadores que durante décadas foram implementado os seus regimes opressivos enquanto forneciam o resto do mundo os seus recursos energéticos.

O início desta década viu a região do MENA a ser devastada por uma vontade popular contra os regimes autoritários decadentes face a uma grande população jovem educada. Por toda a região protestos foram surgindo contra os regimes ditatoriais. Apesar do sucesso dos protestos no país onde o movimento teve origem, na Tunísia, na restante região a situação ou voltou à estabilidade frágil dos regimes autoritários ou mergulhou os países em guerras civis, como na Líbia e na Síria.

O impacto da comunidade internacional na região do MENA é notória. Desde a separação, baseada nos interesses estratégicos dos vencedores da Primeira Guerra Mundial, da região do Médio Oriente, à complacência com

regimes iliberais em favor dos seus interesses energéticos ao apoio de forças rebeldes contra os regimes autoritários, a atuação da comunidade internacional, do ponto de vista Ocidental, na região tem sido fortemente marcado pelo potencial energético do MENA.

No quarto capítulo analisou-se a ligação intrínseca entre os conceitos de *peacebuilding* contemporâneo e a paz liberal, bem como os desafios e dilemas inerentes com que a comunidade internacional se depara quando promove a democracia e paz em simultâneo em ambientes onde a violência é um ator preponderante. Também foram investigados os níveis democráticos da região do MENA, sendo esta a região menos democrática no mundo inteiro.

Na análise efetuada tornam-se evidentes os problemas matriciais da aproximação contemporânea. As grandes críticas à intervenção da comunidade internacional surgem do carácter superficial dos processos de paz. Por um lado as intervenções falham em resolver as causas que geraram o conflito, dando primazia à resolução imediata do conflito, negligenciam os problemas intrínsecos que, se não forem resolvidos, levam a retorno da violência. Por outro lado, a falta de ligação com a maioria da população, reforça o poder das elites e replica padrões de exclusividade no quotidiano da sociedade.

Os dilemas apresentados mostram os desafios que as transições de guerra para democracia têm encontrado. O processo de transição entre violência e paz e o processo de transição para democracia são processos que não devem ser confundidos num mesmo processo. Em cada caso existem caminhos que são contraditórios e criam obstáculos para o outro. Esta interligação dos processos faz com que cada obstáculo seja uma encruzilhada que cada decisão vai formando o caminho do processo de paz e que, na maioria dos casos, a primazia pelo processo de paz cria bastantes problemas em relação ao processo de democracia, questionando a sua eficácia tanto a curto como a longo prazo.

Por fim, no quinto capítulo foi investigada a governação de paz híbrida e foi teorizada a concetualização do hibridismo como sucessor ao paradigma do *peacebuilding* contemporâneo e foi feita também a análise dos mecanismos híbridos que têm surgido nos últimos anos.

As situações de governação de paz híbrida surgem da contestação reativa por parte da comunidade local aos modelos intervencionistas do sistema internacional. Assim, dentro das quatro linhas de investigação ponderadas, a governação de paz híbrida consiste na relação dinâmica entre a implementação Vestefaliana dum Estado por parte da comunidade internacional, aliado aos mecanismos institucionais instaurados e às recompensas e punições oferecidas por parte dos atores externos, e entre as diferentes agendas competitivas por parte dos diferentes atores locais. O resultado pode forjar um novo sistema que apenas se assemelha a uma democracia para os atores externos, enquanto para as sociedades locais se torna em mais um meio de reforçar o poder das elites, excluindo a restante população.

Em contraste à governação de paz híbrida surge o hibridismo, como alternativa concetual, que torna o resultado híbrido entre os sistemas liberais e iliberais como o objetivo inicial pretendido num processo de paz e não apenas como o resultado com que ambas as partes se têm de contentar no balanço entre o liberal e o iliberal decorrente de cada processo.

O hibridismo dá assim uma maior importância à necessidade dos processos serem orientados localmente e coloca a responsabilidade na população, criando assim legitimidade. Dando primazia à resolução dos problemas enraizados na sociedade e atendendo às necessidades da população, é possível uma maior mediação entre as concetualizações liberais e iliberais. Neste aspeto, o papel da comunidade internacional passa por um papel mais observador, sendo que a mediação e facilitação externa torna-se vital para a implementação do processo de paz e dum eventual novo sistema político.

Nos últimos anos, com o desenvolvimento de novos atores no sistema internacional que não partilham o mesmo ponto de vista Ocidental e com a consciencialização que os processos endógenos oferecem maiores probabilidades de sucesso à partida, o conceito do híbrido entre os pontos de vista liberais e iliberais tem sido cada vez mais explorado. Neste contexto, as I4P tem sido cruciais para a resolução de conflitos por todo o Mundo. Em particular no processo de transição da Tunísia, que resultou assim na primeira democracia Árabe na região do MENA.

Assim, com base no estudo efetuado e na investigação desenvolvida neste trabalho académico, encontram-se materializadas as condições necessárias para responder às perguntas desenvolvidas inicialmente, bem como para se proceder à validação ou refutação das hipóteses formuladas.

“De que maneira é que a comunidade internacional condicionou a atual situação vivida na Região do Médio Oriente e Norte de África?”

Partindo da pergunta inicial, foi possível identificar que os últimos 100 anos foram cruciais para definir o xadrez geopolítico atual da região do MENA. O fator energético foi crucial na definição dos interesses estratégicos das nações que direta ou indiretamente foram influenciando a região.

O caos político vivido no MENA é em grande parte culpa da dependência que o fluxo do setor energético criou na comunidade internacional. A tentativa de por um lado satisfazer a procura pelo recurso mais procurado e utilizado no mundo enquanto simultaneamente se tenta manter a defesa duma ordem democrática mundial, criou-se uma série de ambiguidades paradoxais que obrigou os sistemas democráticos a defender regimes autoritários.

Em relação às perguntas derivadas:

PD1 – “Deverá manter-se a atual abordagem política por parte da comunidade internacional face à atual conjuntura da região?”

PD2 – “De que maneira é possível atingir uma paz sustentável na presença de interesses estratégicos por parte da comunidade internacional?”

Tornou-se claro durante a investigação que a atual abordagem política por parte da comunidade internacional não tem demonstrado os resultados pretendidos através do *peacebuilding* liberal. Em vez de ter conseguido instaurar democracias e estabelecer a paz, os resultados analisados mostram que as intervenções internacionais criaram regimes de governação de paz híbrida onde coexistem através da resistência mecanismos liberais e iliberais e a paz vivida

não passa duma bolha superficial que não foi capaz de resolver as divisões enraizadas nas sociedades.

É difícil definir um processo de paz sustentável na região do MENA, isto porque apesar de estarem agrupados na mesma região, não significa que o que resulta num determinado contexto dum país irá resultar noutro. Também é certo que a presença de interesses estratégicos na região podem por em causa os progressos na criação de paz, no entanto, são esses mesmos interesses que levam os atores externos a prestar auxílio às sociedades devastadas por conflito. Quer seja devido a interesses energéticos ou políticos, não se pode assumir que os Estados atuem simplesmente de boa fé.

Apesar de não se ter atingido uma definição de modelo de paz sustentável, para este poder ter sucesso necessita de ser endógeno e de abranger a maioria da população, não dando apenas primazia aos interesses elitistas da sociedade. Numa economia de mercados, o apoio internacional torna-se vital para suportar as sociedades devastadas por conflitos que sem pacotes de apoio não tem como suportar um novo regime.

De acordo com a investigação efetuada, torna-se essencial que haja uma mudança concetual no paradigma da construção de paz, em sociedades conflituosas havendo assim uma aproximação híbrida. Os resultados falhados da aproximação liberal revelam que o atual modelo não é funcional e pede assim uma reestruturação do mesmo. Do ponto de vista concetual, o hibridismo colmata as lacunas encontradas no molde liberal, havendo uma maior legitimidade local e um maior envolvimento da população, bem como uma plataforma de mediação entre os mecanismos liberais e iliberais. Assim, face ao que foi referido fica provado que na questão de mudanças de regime, deve ser procurada uma aproximação híbrida e não tentar impor diretamente uma democracia. Perante os fatos referidos pode-se validar a primeira hipótese secundária:

HS1 – “Deve-se procurar uma aproximação híbrida quando se trata de mudanças de regimes políticos.”

No que diz respeito à democracia na região do MENA, atualmente a região é a mais autocrática do mundo, totalizando apenas duas democracias num total de vinte países. Em relação à Tunísia e à sua jovem democracia, ainda é muito cedo para se tirar conclusões se o atual modelo democrático funciona ou não. O que se pode concluir é que o sucesso da transição deu-se primariamente devido ao fator endógeno do processo. Sendo que a intervenção externa foi reduzida e serviu de suporte às I4P que surgiram no país. A democracia como regime político não pode ser exportada, deve ser apenas apoiada.

A comunidade internacional em vez de tentar implantar os moldes democráticos Ocidentais deve criar mecanismos de forma a dar a conhecer as populações as formas diferentes de poder político e de forma a criar uma consciência política na sociedade. O foco da comunidade internacional deve ser cessar o conflito e servir como mediadora e potenciadora da discussão entre as partes envolvidas do conflito e entre a população para descobrir o melhor modelo de atuação. Assim, com base nos fatos apresentados fica validada a segunda hipótese secundária:

HS2 – “A comunidade internacional não deve intervir com o objetivo de implantar uma democracia liberal.”

Tendo sido validadas as hipóteses secundárias, o passo seguinte e final deste trabalho académico consiste na validação da hipótese principal que serviu de corolário desta investigação académica:

HP1 – “A comunidade internacional, começando pela Organização das Nações Unidas, tem que ser mais pragmática na sua abordagem para resolver as crises no Médio Oriente e no Norte de África, não deve tentar manter paz e estabelecer uma democracia em simultâneo.”

Com base no que foi exposto ao longo da investigação e neste capítulo final, a necessidade de definir bem o processo de paz e do afastamento do ideal democrático é um passo vital para a resolução dos problemas que surgiram com o *peacebuilding* liberal. Numa altura em que a conflitualidade e instabilidade são as características associadas à região do MENA, o desafio da comunidade

internacional passa por tentar arranjar soluções de modo a terminar o conflito e formular o processo transitório consequente. Como foi abordado o processo de transição para democracia é um processo que aumenta o potencial conflituoso da sociedade, aumentando assim a probabilidade duma recaída num novo conflito. Simultaneamente a tentativa de impor um regime democrático sem que haja uma consciencialização política da população sobre o quotidiano numa sociedade democrática, sem que haja também uma vontade endógena da população e sem que haja os mecanismos e seja dado o tempo necessário para que a cultura democrática se desenvolva, torna a viabilidade do processo bastante reduzida.

Mais que estabelecer democracias, deve ser dada primazia e maior importância aos processos de paz de modo a alcançar uma situação de paz sustentável e tempo para se resolverem os problemas intrínsecos que estão enraizados nas sociedades. Assim, valida-se a hipótese principal desta dissertação.

A primazia do processo de paz e a subsequente adoção do hibridismo como modelo concetual para substituir o paradigma liberal que impera são os passos principais que a comunidade internacional deve de adotar para se proceder à resolução dos Desafios Geopolíticos do Médio Oriente e Norte de África. Apesar de sermos da opinião de que, atualmente, o melhor sistema político é o regime democrático, também estamos cientes de que dada a contextualização específica de cada região, em particular a região do MENA e a sua matriz muçulmana, nem todas as sociedades estão preparadas para uma democracia de acordo com os moldes que conhecemos. Assim, o reconhecimento de regimes híbridos como a solução transitória para sociedades em conflito permite uma maior resolução das causas do conflito, ao mesmo tempo que oferece uma voz à maioria da população no que diz respeito ao novo modelo político.

Bibliografia

AGUIRRE, Mariano; BORGH, Van Der - Building peace , states and hybrids: International operations in post-conflict countries. The Broker. (2010) 8–11.

AMIRAHMADI, Hooshang - Dark Geopolitics of the Middle East. The Cairo Review of Global Affairs. 15:18 (2015) 86–94.

ANNAN, Kofi - **Why Democracy Is an International Issue** [Em linha], atual. 2001. [Consult. 18 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2001-06-19/cyril-foster-lecture-why-democracy-international-issue-secretary>.>.

BARNETT, Michael; ZÜRCHER, Christoph - The Peacebuilders Contract - How External Statebuilding Reinforces Weak Statehood. Em PARIS, Roland; SISK, Timothy D. (Coord.). The Dilemmas of Statebuilding: Confronting the Contradictions of Postwar Peace Operations. 1ª ed. Nova Iorque : Routledge, 2009. ISBN 978-0-203-88483-6. p. 23–52.

BELLONI, Roberto - Hybrid peace governance: Its emergence and significance. Global Governance. ISSN 10752846. 18:1 (2012) 21–38.

BERGHOF FOUNDATION - Peace, Peacebuilding, Peacemaking. Em AUSTIN, Beatrix; GIESSMANN, Hans J.; JÄGER, Uli (Coord.). Berghof Glossary on Conflict Transformation. 1ª ed. Berlim : Berghof Foundation Operations, 2012. ISBN 978-3-941514-09-6. p. 59–65.

BOAS, Taylor C. - Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis . By Paul Pierson. (Princeton University Press, 2004.). The Journal of Politics. ISSN 0022-3816. 70:1 (2008) 283–285.

BOEGE, Volker *et al.* - Building Peace and Political Community in Hybrid Political Orders. International Peacekeeping. ISSN 1353-3312. 16:5 (2009) 599–615.

BOEGE, Volker; BROWN, M.Anne; CLEMENTS, Kevin P. - Hybrid Political Orders, Not Fragile States. Peace Review. ISSN 1040-2659. 21:1 (2009) 13–21.

BOUTROS-GHALI, Boutros - **An agenda for peace** [Em linha], atual. 1992. [Consult. 22 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.un->

documents.net/a47-277.htm>.

BRETT, Michael - **North Africa after 1830** [Em linha], atual. 2015. [Consult. 28 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.britannica.com/place/North-Africa/North-Africa-after-1830>>.

CARYL, Christian - **The Democracy Boondoggle in Iraq** [Em linha], atual. 2013. [Consult. 8 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/03/05/the_democracy_boondoggle_in_iraq>.

CLEVELAND, William L.; BUNT, Martin - **A History of the Modern Middle East**. 6ª ed. Boulder, Colorado : Westview Press, 2016. ISBN 978-1-4587-8155-0.

DAFOE, Allan - Statistical Critiques of the Democratic Peace: Caveat Emptor. American Journal of Political Science. ISSN 00925853. 55:2 (2011) 247–262.

DARBY, John; MACGINTY, Roger - What Peace? What Process? Em DARBY, John; MACGINTY, Roger (Coord.). Contemporary Peacemaking. 2ª ed. Londres : Palgrave Macmillan UK, 2008. p. 1–6.

DIAMOND, Larry - **What is Democracy?** [Em linha], atual. 2004. [Consult. 3 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://web.stanford.edu/~ldiamond/iraq/WhatsDemocracy012004.htm>>.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFT JR., Robert L. - **Relações Internacionais: As Teorias em Confronto**. 1ª Edição ed. Lisboa : Gradiva, 2011. ISBN 978-972-662-934-4.

DOYLE, Michael W. - Kant , Liberal Legacies , and Foreign Affairs. Philosophy & Public Affairs. 12:3 (1983) 205–235.

ETTEN, Therese - **How Convincing is the Democratic Peace Thesis?** [Em linha], atual. 2014. [Consult. 21 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.e-ir.info/2014/04/26/how-convincing-is-the-democratic-peace-thesis/>>.

EYTAN, Freddy - **The Failures of the International Community in the Middle East since the Sykes-Picot Agreement, 1916-2016** [Em linha], atual. 2016.

[Consult. 22 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://jcpa.org/the-failures-in-the-middle-east-since-the-sykes-picot-agreement/>>.

FANTZ, Ashley - **Egypt's road after Arab Spring: From hope to chaos** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 28 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://edition.cnn.com/2016/04/27/middleeast/egypt-how-we-got-here/>>.

FRIEDMAN, George - **The Middle East: The Way It Is and Why** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 19 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.mauldineconomics.com/this-week-in-geopolitics/the-middle-east-the-way-it-is-and-why>>.

GIESSMANN, Hans J. - **Embedded Peace - Infrastructures for Peace: Approaches and Lessons Learned** [Em linha]. Berlim : [s.n.] Disponível em WWW:<URL:[http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic Governance/Conflict Prevention/Berghof-UNDP_EmbeddedPeaceI4P_2016.pdf?download](http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/Conflict%20Prevention/Berghof-UNDP_EmbeddedPeaceI4P_2016.pdf?download)>.

GRIFFITHS, Aaron; BARNES, Catherine - Incentives and Sanctions in Peace Processes. Em GRIFFITHS, Aaron; BARNES, Catherine (Coord.). Powers of Persuasion: Incentives, Sanctions and Conditionality in Peacemaking. Londres : Conciliation Resources, 2008. ISBN 978-1-905805-12-9v. Accord 19. p. 9–13.

HALL, John - **Sunni and Shia muslims: Islam's 1,400-year-old divide explained** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 15 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/sunni-and-shia-islams-1400-year-old-divide-explained-a6796131.html>>.

HISTORY.COM STAFF - **Suez Crisis** [Em linha], atual. 2009. [Consult. 24 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.history.com/topics/cold-war/suez-crisis>>.

HÖGLUND, Kristine; ORJUELA, Camilla - Hybrid peace governance and illiberal peacebuilding in Sri Lanka. Global Governance. ISSN 10752846. 18:1 (2012) 89–104.

HROUB, Khaled - **The Arab revolutions and al-Qaida** [Em linha], atual. 2011. [Consult. 17 jan. 2017]. Disponível em

WWW:<URL:<https://www.opendemocracy.net/khaled-hroub/arab-revolutions-and-al-qaida>>.

HROUB, Khaled - **Arab third way: beyond dictators and Islamists** [Em linha], atual. 2011. [Consult. 18 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.opendemocracy.net/khaled-hroub/arab-third-way-beyond-dictators-and-islamists>>.

JARSTAD, Anna K. - Dilemmas of war-to-democracy transitions: theories and concepts. Em JARSTAD, Anna K.; SISK, Timothy D. (Coord.). From War to Democracy [Em linha]. Cambridge : Cambridge University Press, 2010 Disponível em WWW:<URL:<http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511755859A012>>. p. 17–36.

JARSTAD, Anna K.; BELLONI, Roberto - Introducing hybrid peace governance: Impact and prospects of liberal peacebuilding. Global Governance. ISSN 10752846. 18:1 (2012) 1–6.

JARSTAD, Anna K.; SISK, Timothy D. - Introduction. Em JARSTAD, Anna K.; SISK, Timothy D. (Coord.). From War to Democracy [Em linha]. Cambridge : Cambridge University Press, 2010 Disponível em WWW:<URL:<http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511755859A010>>. p. 1–14.

JAZEERA, Al - **Syria's Civil War Explained** [Em linha], atual. 2017. [Consult. 8 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.aljazeera.com/news/2016/05/syria-civil-war-explained-160505084119966.html>>.

KING, Nigel - Using Interviews in Qualitative Research. Em CASSELL, Catherine; SYMON, Gillian (Coord.). Essential Guide to Qualitative Methods in Organizational Research [Em linha]. Londres : SAGE Publications Ltd, 2004 Disponível em WWW:<URL:<http://sk.sagepub.com/books/essential-guide-to-qualitative-methods-in-organizational-research/n2.xml>>. p. 11–22.

KINSELLA, David; ROUSSEAU, David L. - Democracy and Conflict Resolution. The SAGE Handbook of Conflict Resolution. 12:18 (2009) 477–493.

KUMAR, Chetan; LA HAYE, Jos DE - Hybrid peacemaking: Building national «Infrastructures for peace». Global Governance. ISSN 10752846. 18:1 (2012) 13–20.

LEWIS, Bernard - **The Middle East: A Brief History of the Last 2,000 Years**. 1ª ed. Nova Iorque : Scribner, 1995. ISBN 978-0684807126.

LIDÉN, Kristoffer; MACGINTY, Roger; RICHMOND, Oliver P. - Introduction: Beyond Northern Epistemologies of Peace: Peacebuilding Reconstructed? International Peacekeeping. ISSN 1353-3312. 16:5 (2009) 587–598.

MALSIN, Jared - **Tunisia Celebrates Fifth Anniversary of the Arab Spring** [Em linha], atual. 2015. [Consult. 25 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://time.com/4154134/arab-spring-tunisia-anniversary/>>.

MANFREDI, Primož - **What Is the Arab Spring? A Definition** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 23 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://middleeast.about.com/od/humanrightsdemocracy/a/Definition-Of-The-Arab-Spring.htm>>.

MAOZ, Zeev - Realist and cultural critiques of the democratic peace: A theoretical and empirical re- assessment. International Interactions. ISSN 0305-0629. 24:1 (1998) 3–89.

MARCONI, Maria; LAKATOS, Eva - **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo : Atlas, 2003. ISBN 85-224-3397-6.

MARKUS, Jud - **A Short Definition of Democracy** [Em linha], atual. 2010. [Consult. 3 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.democracy-building.info/definition-democracy.html>>.

MARTINS, Raul Francois - Geopolítica e Geoestratégia - O que são e para que servem. IDN - Revista Nação e Defesa. 21:78 (1996) 23–78.

MDN - **Conceito Estratégico de Defesa Nacional** [Em linha], atual. 2013. [Consult. 23 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=008&cod=03072013x2#sth_ash.sPtPuFHf.dpbs>.

MEARSHEIMER, John J. - **The Tragedy of Great Power Politics** [Em linha]. 1ª

ed. Nova Iorque : W. W. Norton & Company, 2001 Disponível em WWW:<URL:<http://books.google.com/books?id=9kg3geTnQ0wC>>. ISBN 0393020258.

MOORE, Barrington; MORGENTHAU, Hans J. - Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace. American Sociological Review. ISSN 00031224. 14:2 (1949) 326.

MOREIRA, Adriano - **Teoria das Relações Internacionais**. 8ª ed. Coimbra : Livraria Almedina, 2014

NADARAJAH, Suthaharan; RAMPTON, David - The Limits of Hybridity and the Crisis of Liberal Peace. Review of International Studies. . ISSN 0260-2105. 41:1 (2015) 49–72.

NEWMAN, Edward; PARIS, Roland; RICHMOND, Oliver P. - Introduction. Em NEWMAN, Edward; PARIS, Roland; RICHMOND, Oliver P. (Coord.). New Perspectives on Liberal Peacebuilding [Em linha]. Tokyo : United Nations University Press, 2009 Disponível em WWW:<URL:http://archive.unu.edu/unupress/sample-chapters/liberalPeacebuilding_sample_chapter.pdf>. ISBN 978-92-808-1174-2. p. 3–25.

ONU - **Carta das Nações Unidas** [Em linha], atual. 1945. [Consult. 22 dez. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/onu-carta.html>>.

ONU - **UN Covenant on Civil and Political Rights** [Em linha], atual. 1997. [Consult. 4 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.hrweb.org/legal/cpr.html>>.

PANGLE, Thomas L. - The Morality of Exporting Democracy: A Historical-Philosophical Perspective. Em BARANY, Zoltan; MOSER, Robert G. (Coord.). Is Democracy Exportable? [Em linha]. Cambridge : Cambridge University Press, 2009 Disponível em WWW:<URL:<http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511809262A010>>. ISBN 9780511809262. p. 15–34.

PFEFFER, Anshel - **Why the Arab Spring failed - Haaretz** [Em linha], atual.

2016. [Consult. 27 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.haaretz.com/middle-east-news/1.698071>>.

PLATTNER, Marc F. - Introduction. Em BARANY, Zoltan; MOSER, Robert G. (Coord.). Is Democracy Exportable? [Em linha]. Cambridge : Cambridge University Press, 2009 Disponível em WWW:<URL:<http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511809262A008>>. p. 1–12.

PUDDINGTON, Arch; ROYLANCE, Tyler - **The Dual Threat to Global Democracy**. Washington D.C.: 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van - **Manual de Investigação em Ciências Sociais** [Em linha]. 5ª ed. Lisboa : Gradiva, 2008 Disponível em WWW:<URL:<http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/manualinvestig.pdf>>. ISBN 9726622751.

RAGHAVAN, Sudarsan; HABIB, Heba - **Five years after Egypt's Arab Spring: 'We didn't need a revolution'** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 27 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2016/02/10/five-years-after-egypts-arab-spring-we-didnt-need-a-revolution/?utm_term=.ed46f6333fe0>.

RATNER, Michael; NERURKAR, Neelesh - **Middle East and North Africa Unrest: Implications for Oil and Natural Gas Markets**. Washington D.C.: 2011.

REILLY, Benjamin - Democratic Validation. Em DARBY, John; MACGINTY, Roger (Coord.). Contemporary Peacemaking [Em linha]. 2ª ed. Londres : Palgrave Macmillan UK, 2008 Disponível em WWW:<URL:http://link.springer.com/10.1057/9780230584556_17>. p. 230–241.

REILLY, Benjamin - Post-war elections: uncertain turning points of transition. Em JARSTAD, Anna K.; SISK, Timothy D. (Coord.). From War to Democracy [Em linha]. Cambridge : Cambridge University Press, 2010 Disponível em WWW:<URL:<http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511755859A019>>. p. 157–181.

RICHMOND, Oliver - The UN and Liberal Peacebuilding: Consensus and Challenges. Em DARBY, John; MACGINTY, Roger (Coord.). Contemporary Peacemaking [Em linha]. 2ª ed. Londres : Palgrave Macmillan UK, 2008 Disponível em

WWW:<URL:http://link.springer.com/10.1057/9780230584556_17>. p. 257–270.

RICHMOND, Oliver P. - **A Post-Liberal Peace** [Em linha]. Nova Iorque : Routledge, 2011 Disponível em WWW:<URL:<http://www.tandfebooks.com/isbn/9780203810262>>. ISBN 9780203810262.

RICHMOND, Oliver P. - The dilemmas of a hybrid peace: Negative or positive? Cooperation and Conflict. ISSN 0010-8367. 50:1 (2015) 50–68.

ROSER, Max - **Democracy** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 2 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://ourworldindata.org/democracy/>>.

SAMPIERI, Roberto Hernand COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Batista - **Metodologia de Pesquisa**. 5ª ed. [S.l.] : McGraw Hill, 2013. ISBN 978-85-868-0493-9.

SANTOS, Eduardo E. S. - **A ez; Geopolítica do Médio Oriente** [Em linha], atual. 2009. [Consult. 4 jun. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=474>.

SAYLOR ACADEMY - **Types of Democracy** [Em linha], atual. 2012. [Consult. 14 fev. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.saylor.org/site/wp-content/uploads/2012/10/POLSC221-4.1.5-TypesDem-FINAL.pdf>>.

SHAH, Anup - **Middle East and North Africa Unrest** [Em linha], atual. 2012. [Consult. 20 nov. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.globalissues.org/article/792/mideast-north-africa-unrest>>.

SISK, Timothy D. - Peacebuilding as democratization: findings and recommendations. Em JARSTAD, Anna K.; SISK, Timothy D. (Coord.). From War to Democracy [Em linha]. Cambridge : Cambridge University Press, 2010 Disponível em WWW:<URL:<http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9780511755859A023>>. p.

239–259.

STEPHEN, Chris - **Libya's Arab spring: the revolution that ate its children** [Em linha], atual. 2016. [Consult. 29 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.theguardian.com/world/2015/feb/16/libyas-arab-spring-the-revolution-that-ate-its-children>>.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT - **Democracy Index 2016 Revenge of the «deplorables »**. Londres: 2017.

TOMÁS, Maria João - **Da Primavera ao Inverno Árabe**. 1ª ed. Lisboa : Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2013. ISBN 978-989-644-231-6.

TOMÉ, Luís - **A Geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões Teóricas e Concetuais**. Universidade de Coimbra, 2010, Tese de doutoramento.

TSCHIRGI, Necla - Construção da paz: A interface entre abordagens nacionais e internacionais. Revista Crítica de Ciências Sociais. 104:Setembro (2014) 21–44.

UNDP - **Issue brief: Infrastructure for peace** [Em linha]. Nova Iorque: 2013. Disponível em WWW:<URL:<http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/crisis-prevention-and-recovery/issue-brief--infrastructure-for-peace.html>>.

WORLD BANK - **Middle East and North Africa** [Em linha], atual. 2017. [Consult. 9 jan. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://beta.worldbank.org/en/region/mena>>.

ZAHAR, Marie Joëlle - Norm transmission in peace- and statebuilding: Lessons from democracy promotion in Sudan and Lebanon. Global Governance. ISSN 10752846. 18:1 (2012) 73–88.

(página intencionalmente em branco)

Anexos

Anexo A - Transcrição Integral da entrevista com Doutora Ana Santos Pinto	A-1
Anexo B - Transcrição Integral da entrevista com Doutor Bruno Cardoso Reis	B-1
Anexo C - Índice de Democracia no MENA em 2016	C-1

(página intencionalmente em branco)

Anexo A - Transcrição Integral da entrevista com Doutora Ana Santos Pinto

Entrevista realizada à Professora Doutora Ana Santos Pinto, (2017), Professora Auxiliar do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a entrevista teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa no dia 31 de Janeiro de 2017.

1 – Do seu ponto de vista, a comunidade internacional deveria exportar a Democracia como modelo político para o Médio Oriente e Norte de África?

R: Eu acho que a democracia não é exportável, ou seja, a democracia enquanto regime político só funciona se as comunidades políticas às quais se dirigirem a assimilaram, porque um regime político não é imposto, um regime político pode ser apoiado. Por exemplo, a democratização em Portugal teve um apoio externo, certo, mas teve uma origem interna. Se olharmos para esta região, o único caso que tem algum índice de sucesso é o da Tunísia nos movimentos recentes. Porquê? Porque foi aí que foi originado o processo, há um envolvimento direto da comunidade e o que externamente se pode fazer é apoiar o desenvolvimento desse processo. Portanto, impor regimes, normalmente, não dá bom resultado, e não é só no caso do Médio Oriente, é numa série de áreas regionais. O que a comunidade pode fazer e designadamente no caso do MENA é dar a conhecer não só as elites mas às populações, que existem formas diferentes de organizar o poder político: formas mais plurais, formas mais participadas, vários instrumentos de participação que não passam só pelas eleições, passam pela formação de partidos políticos, passam pela participação de organizações da sociedade civil, pela forma como o processo político pode decorrer, mas principalmente pela garantia de direitos e liberdades, das minorias e de grupos mais fragilizados. É isso que a comunidade internacional pode fazer no Norte de África e Médio Oriente e noutras regiões. O regime não é um material, algo que se consiga exportar, é algo que se consegue expeditar e que se consegue de alguma forma convencer de que é uma forma melhor de governar. Mas não é exportável enquanto modelo, principalmente não podemos pensar que a

democracia liberal tipo ocidental é replicável em todos os contextos sociais. Isso parece-me que a experiência recente mostra que é verdade.

2 – Entende que é possível que outro regime político funcione melhor num mundo não Ocidental?

R: A democracia é um mal menor, ou seja, a democracia quando é aplicada para além das eleições é, de facto, o regime político que por um lado protege mais as minorias, quando vai para além das eleições, saliento. Por outro lado que garante o maior número liberdades, designadamente a liberdade de expressão e de associação, mas mais do que isso é aquele que assenta na soberania do povo, é isso que é a democracia. Ora até agora não há nenhum dado empírico que diga que democracias conflituam entre si, o que diminuiria, no caso de termos regimes democráticos no MENA, o índice de conflito. Nós temos países muçulmanos que são democráticos, designadamente a Indonésia, que é um dos maiores países muçulmanos do mundo, e apesar de alguns indicadores recentes menos positivos, a Turquia. Mas as sociedades do MENA têm características diferentes da Indonésia que têm um islão asiático diferente e o caso da Turquia que tem uma matriz colada à república. Portanto, o que eu acho que é necessário desenvolver, é um modelo de democracia enquanto soberania popular aplicada a sociedades com estas características. O que nos leva à discussão do Islão político. Ou seja o Islão não é apenas uma religião, é uma forma de organização de sociedade em que a legitimidade seria sempre decorrente do profeta e não do povo, o que à partida implicaria uma impossibilidade da soberania do povo. Mas, do ponto de vista do que tem sido feito em matéria de Islão político e até porque o próprio Alcorão possibilita a existência de eleições e do afastamento do líder no caso de ele não estar a cumprir com os seus deveres, não há pelo menos do ponto de vista concetual, não há nenhuma incompatibilidade entre a sociedade muçulmana e a democracia. Se é o melhor ou não para o MENA estamos para ver, porque não há. Ou seja a Turquia tem como lhe disse um sistema diferente e a Tunísia está a dar os primeiros passos neste tipo de modelo. Israel é a única democracia do MENA mas tem uma organização social diferente, que não tem a sociedade muçulmana. Portanto, eu não sei se é o melhor regime. Do ponto de vista daquilo que é a experiência internacional no século XX e agora no início do século XXI, o regime democrático é aquele que

tem diminuída conflitualidade entre Estados e garantido direitos e liberdades, para já é o melhor que nós temos. Agora, não há naquela região um modelo consolidado que permita dizer que esta é que vai funcionar bem porque os casos que existem não são árabes e não estão no MENA enquanto maioria muçulmana. A Tunísia ainda é muito cedo para se dizer.

3 – Do seu ponto de vista, quais as características de um modelo de paz sustentável na região do MENA?

R: Um modelo de paz sustentável implica à partida um mecanismo de diálogo e negociação entre atores estatais e não-estatais na região. O que é que eu quero dizer com isto, ao contrário do que aconteceu em praticamente todas as outras grandes áreas regionais internacionais, desde a Europa à América Latina à Ásia, etc., não há integração regional no MENA. Ou seja, nem sequer comparando com o caso que é a União Europeia que é incomparável, nós temos o MERCOSUL na América Latina, temos a ASEAN no caso da Ásia, temos o mecanismo relativamente continental no caso da América do Norte, no caso do MENA isso não acontece do ponto de vista da integração, ou seja não há proximidade política, económica e comercial entre os vários Estados normalmente porque eles se dão mal entre si. Existe no caso de Norte de África, a União do Magrebe Árabe, mas que é uma não existência do ponto de vista político, ou seja, como há um conflito entre Marrocos e Argélia não há um diálogo aprofundado sobre esta matéria. Porque é que há uma paz e uma estabilidade, ou seja, porque é que não há uma conflitualidade real, há uma conflitualidade latente por elementos não estatais no caso do Norte de África, é porque nós temos ali Estados tampão, como é o caso da Argélia e de alguma forma Marrocos também, que vão assegurando do ponto de vista da sua própria segurança interna. No caso do Médio Oriente, nós temos o caso da Cooperação do Golfo mas que é estritamente comercial e basicamente energética. Portanto a base de uma estabilidade e de paz implica que as pessoas não queiram fazer guerra entre si, e uma das teses que leva a que isto aconteça é que eu crie dependência, desde logo do ponto de vista comercial e económico uns com os outros. Como não existe em nenhuma destas regiões trocas profundas do ponto de vista comercial e económico eu não tenho necessidade de depender um do outro, se os laços políticos são complicados isto fica mais difícil de fazer. Um dos

primeiros pilares é a participação das comunidades, as comunidades têm que ser envolvidas num processo político. A segunda é a criação de laços económicos, ou seja, têm que ser dependentes do outro para não entrarem em guerra entre eles. Na base disto está a vontade política de nos sentarmos todos à mesma mesa. No caso não tanto do Norte de África mas mais no Médio Oriente, especialmente no atual caso de conflitualidade não me parece fácil sentar à mesma mesa o Irão, a Arábia Saudita e a Turquia. E sem estes três, que são os atores que influenciam os restantes parece-me muito difícil. Isto para não entrar na lógica do conflito israelo-palestiniano, porque esse então tem sofrido todo o tipo de experiências do ponto de vista do *peacebuilding* e não está fácil. Mas a razão é simples, não há vontade política e capacidade de implementação por ambos os lados. Isto implica tudo isto, vontade política, capacidade de mediação e negociação de atores internos e externos, criação de laços económicos e por participação das comunidades políticos e isto tem níveis baixíssimos e nalguns casos inexistentes no caso do MENA.

4 – Pensa que é possível alcançar resultados imediatos? De que maneira?

R: Não. Primeiro porque esses resultados nunca se conseguem no curto prazo e é por isso que não existe vontade política, porque quando se toma uma decisão difícil quer-se que os ganhos sejam rápidos, seja em democracias, porque tem que se ser eleito, seja em decisões difíceis, mesmo em regimes autoritários. E nada disto é possível num curto prazo, e a tendência pode ser manter o mesmo *status quo* de conflitualidade ou pode ser agravada. Resultados positivos no imediato e o meu imediato são três, quatro anos, acho muito difícil. Pelo menos quando falo em resultados positivos, falo do ponto de vista sustentável, não é um acordo que se assine um papel e que um ano e meio depois não resulta. Resultados positivos do ponto de vista da paz, estabilidade, etc., sustentáveis em três ou quatro anos acho que não.

5 – Nos atuais processos de democratização e peacemaking/peacebuilding que processo deverá ter primazia sobre o outro?

R: O primeiro é de facto a construção duma cultura cívica e democrática. As democracias não são feitas de processos eleitorais, o Irão tem um conjunto de processos eleitorais e isso não faz com que o Irão seja uma democracia. Há

vários estados que têm processos eleitorais que são plebiscitos ou meramente cosméticos. Portanto, as eleições são um resultado, são um processo de escolha, a democracia implica um conjunto de outras coisas, implica a garantia de liberdades fundamentais, desde logo, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e um conjunto de direitos como é o caso das minorias e a tolerância em função da opinião do outro. E isto, é uma das razões pelas quais não se consegue resultados imediatos, é que isto implica a existência duma cultura política, uma cultura política democrática, e por outro lado uma cultura cívica, que é uma cultura de participação no processo político, que implica que as pessoas participem em partidos, participem no debate político através de associações do ponto de vista individual, participem em eleições e no limite façam aquilo que nós chamamos de *accountability*, ou seja, façam a responsabilização da tomada de decisão e dos resultados. Ora há democracias com quinze, vinte anos que ainda estão neste processo de construção de cultura política democrática e de cultura cívica de participação e isto demora algum tempo a fazer, mas esta para mim é a base para a construção de regimes sustentáveis que permitam depois a pacificação das comunidades. Depois temos outros elementos do *peacemaking*, que é por exemplo, a não exclusão de comunidades. Ou seja mesmo que sejam comunidades que em processos anteriores tenham tido comportamentos entendidos como negativos, elas devem de alguma forma participar, mesmo que com mecanismos de controlo e de proximidade para não se sentirem afastadas do processo. Porque o afastamento do processo é meio caminho andado para motivar conflitualidade. Outro elemento é a questão da justiça transicional, ou seja, não fazermos julgamentos a que automaticamente culpabilizem ou levem à vitimização duma dada comunidade que posteriormente podem ser utilizados. Há uma série de instrumentos que têm vindo a ser desenvolvidos, com experiências um pouco por todo o mundo, designadamente no continente Africano ou mesmo na América Latina, em termos de *peacebuilding* e *peacekeeping* que podem ser adaptados a outros cenários como este caso. No que diz respeito ao conflito israelo-palestiniano, as questões que têm sido tidas com maior sucesso são os chamados *people to people programs* em que são comunidades, que são colocadas a funcionar em conjunto para que, seja através de currículos de escolas, através da convivência entre bairros, cidades, que levam as pessoas a

conhecer-se, e o conhecer implica que eu não tenha medo do outro, porque eu sei o que é que vem do outro lado. Isto são coisas que levam imenso tempo a se fazer, e quando há ressentimentos, o caso da guerra civil da Síria vai demorar muito por isso, porque há ressentimentos tão profundos entre comunidades que não se vão apagar numa geração. E tudo isto faz parte do *peacebuilding* e do *peacekeeping* de forma experimental.

6 – O que pensa da existência de interesses estratégicos por partes dos intervenientes externos? De que maneira poderão por em causa o progresso na região?

R: Eu acho que a história recente mostra exatamente isso, claro que há interesses estratégicos por parte de atores externos e não são um nem dois, são vários. Para não irmos mais longe na História, com a queda do Império Otomano tivemos os acordos de Sykes-Picot e a divisão entre a Grã-Bretanha e a França, depois da crise do canal do Suez tivemos a afirmação dos Estados Unidos, cujo objetivo era, por um lado, assegurar a sobrevivência e a manutenção da segurança do Estado de Israel e, por outro, garantir o acesso a recursos energéticos, nomeadamente o petróleo a preços acessíveis. Se isto não são interesses estratégicos, não sei o que seja. Tanto no caso do Reino Unido que utilizava o Médio Oriente para a comercialização com a Índia e através do canal do Suez, a França porque tem uma relação próxima com a comunidade cristã marroquina do Líbano, porque o controlo do mediterrâneo tem demonstrado que é importante. No caso da Rússia, apesar de algumas ligações a vários movimentos durante a Guerra Fria, é agora mais presente no caso da Síria designadamente pelo acesso ao Mediterrâneo e posteriormente, provavelmente, uma questão de interesse geoestratégico no sentido de rotas energéticas, não vem á toa que uma série de atores também virão, também a China provavelmente, têm interesses materiais do ponto vista económico e comercial, designadamente o fornecimento de recursos energéticos no caso da China, da Índia, para além da Índia ter uma importante diáspora mediana nos países do Golfo, por isso precisa de ter relações próximas com aqueles países. Os países europeus são dos principais interlocutores comerciais de bens e serviços com aquela região. Portanto, há imensos interesses de atores externos que com certeza condiciona esse processo. Porque este processo de negociação é um

processo de ganhos absolutos, ou seja, eu ganho dum lado e vou perder do outro. E quando temos vários atores neste tabuleiro que passa por investimentos externos, pela presença de empresas naqueles territórios, por investimentos destes estados em dívidas externas de outras regiões, sim, esses interesses são materialmente visíveis, são empiricamente verificáveis e têm vindo a condicionar uma série de processos de tomada de decisão dos atores externos, mais uma vez, não são só os Estados Unidos. Os Estados Unidos, a Federação Russa, a República da China, os Estados Europeus, nomeadamente, a Alemanha, a França e o Reino Unido. No caso da Alemanha mais do que as dimensões estratégicas, é uma dimensão de memória histórica relativa ao conflito israelo-palestiniano e a União Europeia que obviamente tem interesse do ponto de vista comercial. Tudo isto, além do interesse de estabilidade regional e da matéria de segurança, portanto sim, existem interesses e estes condicionam os *outputs* e os resultados.

7 – No seu ponto de vista, qual é a opinião das elites locais face ao “apoio” externo? Varia de país para país ou de etnia para etnia/cultura para cultura?

R: Eu creio que varia de país para país, ou seja, de tipologia de regime para tipologia de regime e o discurso das elites para o exterior é diferente do discurso das elites para o interior, ou seja, cada país tem uma forma de sobreviver internamente, mesmo que seja um regime autoritário, que normalmente tende a dizer estou a ser pressionado por fora, eles não são nossos amigos, etc., só que depois externamente aproximam-se como amigos porque a garantia de sobrevivência destes regimes passa em parte pelo apoio externo e no caso do Norte de África, porque em boa verdade foi o que garantiu a estabilidade durante as últimas décadas. Devido ao que se passou na Líbia, em que caiu o regime do Coronel Gaddafi e nem sequer estamos a olhar para o que é que lá está a acontecer senão estávamos profundamente preocupados com o vazio de poder e a anarquia e o caos que existe hoje no território líbio. Portanto, estes regimes olham dependente de estado para estado com interesses diferentes para os atores externos, uns entendidos como amigos outro como opositores para puderem de alguma forma obterem maior capacidade negocial. Internamente

tentam valorizar sempre em função do que está lá fora. A União Europeia o que quer é entrar no comércio e esmagar a agricultura, os Estados Unidos querem impor os seus interesses, etc., mas na prática eles precisam destes interesses externos para sobreviver, todos eles.

8 – Na sua opinião, o que falhou até agora e o que é que está a impedir que se atinjam resultados significativos na região do MENA?

R: Falhou tanta coisa, olhe, falhou por um lado a adaptação das estruturas económicas ao desenvolvimento do ponto de vista de instrução e capacitação das novas gerações, porque se durante um período foi possível ao Estado e às economias absorver o mercado de trabalho, com um índice de crescimento demográfico, por um lado e com a melhor preparação das novas gerações, porque têm níveis de instrução superiores, porque convém ter as pessoas na escola para não irem para a rua criar conflitualidade interna, as economias não estão preparadas para absorver e portanto temos altos níveis de desemprego, taxas elevadíssimas de desemprego. Portanto por um lado, falhou por aqui, por outro, falhou o desenvolvimento da tal cultura política e cívica. Ou seja, estas comunidades foram habituadas a não participar e a serem reprimidas na maior parte das vezes pela violência dos regimes autoritários e, portanto, repetidamente isto cria problemas de conflitualidade social. Depois falhou aquilo que diz respeito à própria autonomia nos destinos do país, ou seja, pegando também pela pergunta anterior, há uma intervenção significativa dos poderes externos, tanto no caso do Norte de África, como no Médio Oriente, foram alvos de impérios que acabaram, no caso do império otomano no início do século XX, e a partir dos impérios tiveram os protetorados da Liga das Nações, e só a partir daí, portanto estamos a falar da década de 50, é que foram regimes independentes, por sua vez autoritários. Portanto não há uma experiência de liberdade política, de cultura política de participação. E os investimentos que foram feitos por atores externos na promoção desta cultura cívica e política de participação foram pontuais e deram resultados meramente cosméticos, e mais, as pessoas que ousavam, através destes mecanismos e destes instrumentos que eram dados, designadamente pelos atores europeus e norte-americanos eram reprimidos pelo regime, eram presos e tinham que ir para o exílio. Portanto, houve ali uma série de coisas que falharam, a própria pressão nos regimes para

desenvolverem alterações foram muitas delas, e na esmagadora maioria, cosmética. Mesmo ao nível da comunicação social, países como o caso de Marrocos que tem uma maior liberdade da comunicação social, não deixa de ser profundamente condicionada. O Egipto tem enormes condicionantes no ponto de vista do exercício. No tempo do Ben Ali, a Tunísia tinha um enorme condicionamento do ponto de vista de liberdade de imprensa e portanto falharam uma série de coisas, mas o diagnóstico está feito há muito tempo. Do ponto de vista socioeconómico é muito complicados porque estes países ou têm formas de subsistência com uma fonte única, que são os recursos energéticos, é o caso da Argélia, é o caso da Arábia Saudita e de todos os países do Golfo, os restantes não têm economias sustentáveis, procuram desenvolver novos modelos económicos mas com enormes dificuldades e portanto isto tem um potencial de insustentabilidade na sobrevivência económica destas comunidades que depois tem consequências sociais. Para além de que os crescimentos demográficos são assustadores. São países que têm todos eles taxas de crescimento acima dos 3%. E que podem duplicar a população num espaço de 10 a 20 anos dependendo dos Estados, e se olharmos por exemplo o caso do Líbano ou o caso do Djibouti estamos a falar de crescimento na casa dos 300% e isso cria problemas de sustentabilidade nos estados. Agora, esses diagnósticos estão feitos, o problema está nas soluções. Nem é encontrar soluções, as soluções também podem ser encontradas, o problema é implementar estas soluções, porque há uma série de interesses, há uma série de atores internos e externos, que implicam que esta implementação seja muito difícil de fazer e que normalmente se pode fazer de forma muito lenta, muito gradual e com enorme conflitualidade.

9 – Como vê o hibridismo como alternativa á atual política de intervenção utilizada pela comunidade internacional na resolução de conflitos?

R: Os regimes híbridos são normalmente de regimes de transição, entre uma coisa e outra. Exatamente por serem de transição eles são pontuais, são contextuais, são epifenómenos. O que nós temos agora, não são exatamente regimes de transição, são regimes que, excetuando o da Tunísia que de fato é muito recente e o da Líbia que não existe, os outros são regimes que têm vindo a ser alterados, no caso de Marrocos e da Jordânia, ou alterados, no caso da

Argélia, no caso do Egipto depois do regresso ao autoritarismo, e o caso dos Países do Golfo são os regimes perfeitamente consolidados. Se o ponto de partida para o híbrido for uma interação entre os vários agentes e as estruturas nacionais e internacionais, pois é assim que se constroem os regimes, e que nós não sabemos o resultado, é exatamente esse o ponto. É que os regimes híbridos implicam que nós não temos o resultado como caracterizável á partida, porque é um regime que está em construção e que se vai consolidando por si mesmo. Isto implica que haja de fato essa interação e um processo de mudança e de dinâmica, e nem em todos os casos isto se verifica. Pelo menos de forma evidente, e pelo menos de forma que seja possível verificar num curto-médio prazo. Normalmente as alterações de regime fazem-se muito mais pela rutura do que de forma pactuada, e os casos que nós temos são essencialmente pela rutura e depois com retrocesso ou não. Os regimes híbridos, como lhe digo dependem desta interação e duma dinâmica de construção, e só assim é que ele funciona. Mas também depende muito da vontade de quem intervêm do ponto de vista externo, parece-me que nós podemos estar a assistir ao reinício duma época de reduzido intervencionismo, não especificamente do ponto de vista militar mas sim do ponto de vista do intervencionismo mais lato, de participação ou tentativa de apoio ou influência noutras comunidades, principalmente no caso dos Estados Unidos. A União Europeia tem uma política deste ponto de vista mais antigo, mais consolidado e também decorre daquilo que é a história dos seus próprios estados membros. Mas isto demora muito tempo e o híbrido tende a cristalizar-se em função daquilo que vai conseguindo alcançar. Eu tenho sempre grandes problemas com os regimes híbridos, podemos chamar regimes híbridos, podemos chamar em alguns casos autocracias liberais, como no caso da Jordânia e mesmo no caso de Marrocos, autoritarismos ligeiros por oposição aos musculados. O híbrido é transitório, a partir do momento em que se vai consolidando deixa de ser híbrido e passa a ter uma caraterização e acho que nós ainda, eu pelo menos tenho a esperança de estarmos a passar por esse momento de transição, não sei se já estamos numa fase de maior consolidação ou não. Mas esta consolidação pode levar a novos fatores de conflitualidade porque as pessoas continuam com as suas expetativas por cumprir seja ela do ponto vista económico, social, ou político.

Anexo B - Transcrição Integral da entrevista com Doutor Bruno Cardoso Reis

Entrevista realizada ao Professor Doutor Bruno Cardoso Reis, (2017), Investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e investigador no *King's College*, a entrevista teve lugar no Instituto de Defesa Nacional no dia 9 de Fevereiro de 2017.

1 – Do seu ponto de vista, a comunidade internacional deveria exportar a Democracia como modelo político para o Médio Oriente e Norte de África?

R: Eu aqui penso que, por um lado é o que entendemos exatamente como comunidade internacional, e aí com os dados novos do contexto atual em que não há um consenso tão grande como parecia existir no pós-Guerra Fria. Temos atores muito importantes como a China, como a Rússia, por exemplo a Rússia que está muito presente na região e que não segue claramente este modelo. Em termos dos países ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos, da Europa, eu penso que a tendência para exportar o modelo já foi maior. Qual é que é o meu ponto de vista, digamos, pessoal? Eu penso que há uma tendência natural para, sobretudo os Estados com algum poder, e também com alguma capacidade de influência, tentem, de uma forma mais direta ou menos direta, promover o seu próprio modelo de funcionamento da sociedade, da economia, do Estado, é uma tendência natural, porque no fundo, estão a dar dinheiro, estão a dar apoio a um determinado governo, é normal que façam isso um pouco em função dos critérios das próprias sociedades, dos seus próprios regimes e da sua cultura política. Portanto, acho que o Ocidente faz isso, mas não é de estranhar, a questão de facto é que há outros modelos e há outras potências importantes, nomeadamente a Rússia, que não têm o mesmo modelo.

2 – Entende que é possível que outro regime político funcione melhor num mundo não Ocidental?

R: Quer dizer, eu não aceito o argumento que a democracia, no sentido de regime de estado de direito, dos direitos fundamentais, da ausência de tortura, sejam necessariamente uma coisa só do Ocidente, e há democracias de

sucesso, não só no Ocidente, noutras regiões e noutras identidades culturais muito diversas, a Índia por exemplo, se formos para a América Latina, o Brasil, se quisermos ir para a Ásia por exemplo o Taiwan, e se falarmos do modelo asiático temos o Japão e sociedades que em muitos aspetos são mais tradicionais e tradicionalista que por exemplo a China comunista e no entanto têm regimes democráticos, claro que com algumas adaptações e algumas características próprias. O que eu acho que é importante é que se encontre na própria cultura política local, formas de legitimação desse modelo democrático, e que esse processo seja o mais possível endógeno, ou seja, que seja o mais possível com base em atores locais, em função da cultura política local e não duma imposição exterior, que eu acho que é problemático e o próprio Ocidente reconhece que é problemático, esta ideia de que no fundo se pode impor um modelo político pré-fabricado exatamente igual ao do Ocidente, ou qualquer modelo político pré-fabricado a partir do exterior, isso é que acho que há partida não irá dar bons resultados.

3 – Do seu ponto de vista, quais as características de um modelo de paz sustentável na região do MENA?

R: É uma questão muito interessante, mas muito difícil de responder. Por um lado, porque eu acho que há muitos regimes que estão a sofrer uma crise de legitimidade, há casos em que isso foi óbvio, nas chamadas «Primaveras Árabes», a partir de 2011, na Tunísia, na Líbia, na Síria, no Iémen, mas este processo de mudança de regime é, muitas vezes, altamente problemático. Aí o problema é que esse processo de crise de legitimidade muitas vezes leva a mudanças de regime que muitas vezes são violentos, agora dizer que, simplesmente manter os regimes que estão é a solução para manter a paz, digamos que, eu acho que é uma resposta tentadora mas é uma resposta muito simplista. Por um lado, porque independentemente do que nós possamos dizer, não quer dizer que seja errado no terreno, acho que há aqui problemas que mesmo em países onde não se verificaram mudanças por razões várias, como por exemplo a Argélia, eu acho que há problemas sérios, temos um presidente que está moribundo há anos, claramente não há uma alternativa credível ao poder e isso mostra que mesmo em países onde ainda não houve problemas porque têm dinheiro do petróleo, do gás natural, isso não significa que os

problemas não estejam lá. Eu acho que não uma solução única e para mim não é evidente que seja possível evitar conflitos sérios no Médio Oriente nos próximos anos, tal como em anos anteriores, precisamente por causa disso, porque há estas crises de legitimidade dos regimes vigentes e geralmente na mudança de regime leva a conflitos e muitas vezes a conflitos violentos

4 – Pensa que é possível alcançar resultados imediatos? De que maneira?

R: Tendo em conta aquilo que disse, não, acho que é muito difícil obter resultados imediatos porque não há repostas simples a questões muito complexas como estas, nomeadamente as intervenções a partir do exterior utilizam muitos instrumentos e também não é garantido que tenham resultados imediatos, portanto eu acho que uma das coisas que se tem de explicar aos decisores, às opiniões públicas, etc. é que não é possível obterem resultados imediatos tendo em conta a complexidade e a profundidade dos problemas que existem na região.

5 – Nos atuais processos de democratização e peacemaking/peacebuilding que processo deverá ter primazia sobre o outro?

R: O que eu acho aqui, digamos que não é uma resposta certa em termos académicos, dependerá daquilo que os atores decidam, nomeadamente os atores externos, sejam eles europeus ou os que virão. Aquilo que me parece, sobretudo nos casos em que o processo de mudança de regime resultou numa guerra civil, no Líbano, na Líbia, na Síria, tem havido uma mudança nas perceções e nas prioridades e cada vez mais os atores externos, nomeadamente os ocidentais, estão mais interessados em pacificar a situação e menos em democratizar, embora também não seja completamente assumido, mas acho que apesar de tudo se pode dizer que parece haver essa tendência, para dar primazia a essa pacificação, tendo em conta os enormes custos, inclusive humanos, refugiados, as vagas migratórias que esses processos tem tido na Líbia e na Síria, parece-me que há claramente essa tendência. Mesmo no Ocidente dá-se primazia à questão da pacificação do que a democratização.

6 – O que pensa da existência de interesses estratégicos por partes dos intervenientes externos? De que maneira poderão por em causa o progresso na região?

R: Eu acho que isso é inevitável, por regra não se espera que os atores externos funcionam numa forma completamente altruísta e só em função dos seus valores e princípios, têm sempre algum interesse a defender também ou sobretudo. Portanto, acho que isso se verifica e é claro que, a Rússia tem determinados interesses estratégicos, por exemplo marcados no caso da Síria, que é o seu grande aliado tradicional, é o único sítio onde tem uma base naval no Mediterrâneo, como o Ocidente também tem os seus interesses estratégicos a defender. Acho que isso pode interferir um pouco na definição duma política para a região, do meu ponto de vista isso é inevitável, isso vai acontecer sempre e não é necessariamente uma coisa negativa, pode ter ou não um impacto negativo, depende do contexto específico em que estamos a falar. Na atuação da Rússia na Síria teve muitos aspetos negativos, mas também se pode dizer o mesmo sobre a atuação do Ocidente no caso da Líbia, em que existia uma grande hostilidade entre o regime do Coronel Gaddafi e alguns interesses por parte do Ocidente, seja na região do Norte de África, ou mais para o interior de África, e o histórico de conflitos por parte de apoio de ataques terroristas por parte da Líbia, e o bombardeamento da Líbia por parte dos Estados Unidos, portanto havia aí um histórico de conflitos que podem interferir e interfere na forma como são geridas as relações com a região, mas penso que isso é inevitável

7 – No seu ponto de vista, qual é a opinião das elites locais face ao “apoio” externo? Varia de país para país ou de etnia para etnia/cultura para cultura?

R: Sim, eu concordo no fundo com a ideia aqui implícita nesta questão, que varia bastante, embora eu acho que há uma tendência geral no Médio Oriente para, ao contrário daquilo que aconteceu por exemplo na Europa do Leste, em que o apoio externo, nomeadamente dos países europeus ocidentais e dos Estados Unidos era muito bem visto, era muito bem recolhido, isso de facto não se verifica de todo na maior parte dos países desta região, em que de facto há uma tradição histórica duma intervenção do Ocidente, muitas vezes sob uma fachada de independência, protetorados de facto ou um controlo sob o sistema político, o caso talvez mais óbvio é o do Egito que promove a independência desde 1922, mas na verdade a sua política externa, de defesa, etc. foi sendo muito controlada até aos anos 50 e portanto, isso deixou uma marca, uma herança e uma grande

reserva em relação a interferências de fora, até porque de facto é uma cultura política diferente e distinta da do Ocidente. Portanto, eu acho que apesar da diversidade, o grau de hostilidade face a intervenção externa varia de país para país. Eu diria que por exemplo na Tunísia é muito inferior, porque há uma maior predisposição para aceitar apoios ocidentais, do que existirá no caso da Líbia ou doutros países do Levante, portanto eu penso que também é outro fator a ter em conta, sendo que aqui há que ter uma noção linear que os apoios não vêm só necessariamente do Ocidente, há apoios da Rússia, há apoios dos países da própria região, dos vários países do Golfo, da Arábia Saudita, do Qatar e, portanto, de países com agendas diversas e que depois da região que também colocam problemas, á partida poder-se-ia dizer que seriam mais facilmente aceites mas, por exemplo, no Egipto houve uma forte reação nacionalista em relação aquilo que surgiu na sua exterior proximidade e independência em relação aos países do Golfo, nomeadamente à Arábia Saudita. Eu acho que é sempre uma questão delicada, e acho que é particularmente delicada no contexto pós-colonial, porque estes estados ganharam a sua independência á poucas décadas atrás e há uma grande preocupação de afirmação de soberania e autonomia em relação ao exterior e em particular em relação ao Ocidente.

8 – Na sua opinião, o que falhou até agora e o que é que está a impedir que se atinjam resultados significativos na região do MENA?

R: Eu acho que é possível se falar de falhanços, mas mais ainda do que falhanços, há a dificuldade intrínseca do processo. Estes processos de mudança de regime são muito complexos, muitas vezes a intervenção externa aberta é contraproducente, em particular tendo em conta a história política em torno desta região. Eu acho que é muito difícil atingir resultados rápidos, de forma simples e não há caminhos pré-definidos que sejam fáceis de se definir, que se possa dizer que não foram seguidos e portanto que falhou. Há que evitar esta ideia de que no fundo havia uma receita bem definida para se fazer uma boa transição para a democracia e que possa ser aplicada em todo o lado, independentemente do contexto local. Se alguma coisa falhou, foi esta ideia simplista de que se podia muito facilmente fazer uma transição de regimes, dum regime autoritário para um regime democrático com alguns apoios externos, claramente isso falhou, mas eu acho que essa ideia á partida estava destinada a falhar, porque de facto

é uma ideia errada, tem que se ter em conta que os processos são complicados e que também é preciso adaptar as intervenções ao contexto local.

9 – Como vê o hibridismo como alternativa á atual política de intervenção utilizada pela comunidade internacional na resolução de conflitos?

R: Entendendo o hibridismo pela ideia que, no fundo, se procura uma agenda negociada e que tenha, digamos, *ownership*, em que haja um envolvimento grande entre os atores locais eu acho que isso é uma aposta indispensável, qualquer mudança de regime para ter alguma base relativamente sólida tem que assentar sobretudo na agenda e nas ações dos atores locais, tem que ser um processo com uma forte base endógena, não quer dizer que não possa haver apoios externos importantes, nomeadamente no campo económico, mas o processo tem que ter sobretudo, e essencialmente, protagonistas locais, não há substituto para isso, e aí eu acho que é um marco importante, ou seja, procurar ouvir, ajudar, mediar, promover conversações, negociações entre as várias comunidades, entre os vários atores locais de forma a dar-lhes espaço para eles construírem por eles próprios o sistema que considerem que funciona melhor, que se adapta melhor ao seu país, ao seu contexto local, acho que esse é o modelo provavelmente mais realista. Mas mais uma vez não quer dizer que seja simples, ou fácil, ou com resultados imediatos, sobretudo quando se já está numa situação de conflito, em que muitas vezes demora tempo para se conseguir que as partes falam umas com as outras ou que parem de combater, quanto mais contruir um sistema político, mas eu penso que não há alternativa a isso, a envolver e dar protagonismo essencial às comunidades locais e olhar para a comunidade internacional em termos de ser o facilitador e o mediador entre todos.

Anexo C - Índice de Democracia no MENA em 2016

	Overall score	Overall rank	Regional rank	I Electoral process and pluralism	II Functioning of government	III Political participation	IV Political culture	V Civil liberties	Regime type
Israel	7.85	=29	1	9.17	7.50	8.89	7.50	6.18	Flawed democracy
Tunisia	6.40	69	2	6.00	6.07	7.78	6.25	5.88	Flawed democracy
Lebanon	4.86	=102	3	4.42	2.14	7.78	4.38	5.59	Hybrid regime
Morocco	4.77	105	4	4.75	4.64	4.44	5.63	4.41	Hybrid regime
Palestine	4.49	110	5	4.33	2.14	7.78	4.38	3.82	Hybrid regime
Iraq	4.08	114	6	4.33	0.07	7.22	4.38	4.41	Hybrid regime
Jordan	3.96	=117	7	4.00	4.29	3.89	4.38	3.24	Authoritarian
Kuwait	3.85	121	8	3.17	4.29	3.89	4.38	3.53	Authoritarian
Algeria	3.56	126	9	2.58	2.21	3.89	5.00	4.12	Authoritarian
Egypt	3.31	133	10	2.58	3.93	3.33	3.75	2.94	Authoritarian
Qatar	3.18	135	11	0.00	3.93	2.22	5.63	4.12	Authoritarian
Oman	3.04	141	12	0.00	3.93	2.78	4.38	4.12	Authoritarian
Bahrain	2.79	146	13	1.25	3.21	2.78	4.38	2.35	Authoritarian
United Arab Emirates	2.75	147	14	0.00	3.57	2.22	5.00	2.94	Authoritarian
Sudan	2.37	=151	15	0.00	1.79	3.89	5.00	1.18	Authoritarian
Iran	2.34	154	16	0.00	3.21	3.89	3.13	1.47	Authoritarian
Libya	2.25	155	17	1.00	0.00	1.67	5.63	2.94	Authoritarian
Yemen	2.07	156	18	0.00	0.00	4.44	5.00	0.88	Authoritarian
Saudi Arabia	1.93	=159	19	0.00	2.86	2.22	3.13	1.47	Authoritarian
Syria	1.43	166	20	0.00	0.00	2.78	4.38	0.00	Authoritarian

Fonte:(The Economist Intelligence Unit, 2017, p. 43)